RS e SC Cr$ 7,00 — Outros Estados Cr$ 10,00

coojORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre, Ano II, nº 18 Julho de 1977

PESQUISA

4.682
É O NÚMERO TOTAL DE
CASSADOS
EM 13 ANOS DE REVOLUÇÃO

O líder do MDB na Câmara Federal, Alencar Furtado, é o 4.682º

UM GAÚCHO PODE SER PAPA

A Copa do Mundo e o terror na Argentina

coojornal

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 315 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e qualidade de suas publicações próprias e de 18 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa
Redação
Jacqueline Joner, Jorge Polydoro, José Antônio Vieira da Cunha, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig (**editores**), André Pereira, Carlos Rafael Guimarães, Elaine Lerner, Jorge Freitas, Luiz Cláudio Cunha, Marcelo Oscar Lopes, Marco Antonio Schuster, Maria Angélica de Moraes, Najar Tubino, Ricardo Schmit, Vera Teresa Costa (**repórteres e redatores**), Luís Recena Grassi e Severino Góes (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Jorge Escosteguy, Geraldo Hasse e Patrício Renato (**São Paulo**), Hélio Teixeira (**Curitiba**), Paolo Marconi (**Salvador**), Gleizer Neves (**Belo Horizonte**), José Maria de Andrade (**Recife**), Maria da Graça Seligman e Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Eneida Serrano e Luís Abreu (**fotografia**), Juvenal da Luz, Luís Carlos Ferré (**arte**), Jorge Gallina, Lilian Bem David (**diagramação**), Francisco Alba (**coordenação técnica**), Dejair Boeira, Maria Isabel Timm, Beti Stifelman, Paulo França (**revisão**), Nilson Figueiredo, Carlão Rios (**produção**), Paulo Sá, Atil Vineton, Luíz Gustavo Machado, Jorge Patrício (**montagem**), Hélio Pinho, Ivan Carlos Franco, Julio Cesar Romano (**composição**).
Gerência
Eládio Dios V. da Cunha
Comercial
Gabriel Matias e Leonardo Dourado
Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Gilberto Taurino Ribeiro, Sérgio Gigante
Números atrasados
À venda somente a partir da edição nº 10. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de Coojornal.
Endereço
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre, RS — CEP 90.000
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605
Registro nº 33170/Livro A1
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Osmar Trindade (Vice-Presidente), Marcelo Oscar Lopes (Secretário), Luís Cláudio Cunha, Jorge Olavo de Carvalho Leite, José Guaraci Fraga, Carlos Karnas, Antônio Oliveira, Maria da Graça Seligman, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Henrique Bastos, Edgar Vasques (Conselheiros de Administração), João Borges de Souza, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Agnese Schiffino, Sérgio Becker, Antônio Gonzales, Carlos Mosmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski (Conselheiros Fiscais), Jorge Polydoro (Diretor-Superintendente), Adélia Yates Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Affonso Ritter, Angela Riccordi, Antônio Britto Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria Cêsar, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson A. de Oliveira, Pedro Maciel, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig Laux, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Omar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Rogério Mendelski, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Paulo Burd, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Hélio Gama, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Luiz Paulo de Pilla Vares, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, Andre Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebés de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neuza Tasca, Otília Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Santa Irene Rosa, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Edgar Planella, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockyman, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cíntia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebés Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Ana Elusa Sperb Rech, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Roberto Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Carlos Gilberto X. da Rocha, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Luiz Telmo Emerim, Valdir da Silva, Norberto Hoffmann, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Gilberto Ribas dos Santos, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Iara Terezinha Schilling Pereira, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luís Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Veríssimo, José Luiz Goulart Prévidi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger e Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zoratto Sanvicente, Riomar Béssio da Trindade, Rômulo Kraft, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coelho, Juvenal B. da Luz Neto e Juan Carlos Gómez.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor,

O medo, você sabe, é uma coisa terrível. Principalmente esse medo permanente, que já não causa sobressaltos. Esse que vai entrando, penetrando e se instala junto ao osso, uma camadinha de gelo entre a carne e a alma da gente.

O medo de ser covarde e não estar dizendo as coisas que pensa, que acha certo. O medo de dizer e... será que?

Nós, os jornalistas, sofremos muito isso, prensados entre a verdade e a autoridade. E sofremos tanto que, não raras vezes, achamos que é um privilégio nosso. Duro e triste privilégio. Como nos enganamos!

A matéria sobre as cassações, que começa na página 16 desta edição, nos proporcionou um episódio exemplar de quanto é disseminado e profundo esse sentimento que, dizem, nasce de um instinto de preservação, mas pode também ser aniquilador.

Encomendamos a reportagem a três colegas de São Paulo que já tinham um levantamento amplo sobre o assunto. Um levantamento, pelo que sabemos, ainda não feito no país. Durante dois dias eles trabalharam sem parar. Na segunda-feira, 4, às seis horas da manhã o repórter Hamilton Almeida Filho saiu direto da máquina para o aeroporto de Congonhas.

É um recurso comum em casos de emergência: para evitar a burocracia dos despachos, quando não se tem mais tempo, pede-se favor a um passageiro para trazer o material que alguém espera no ponto de chegada. No vôo das 8h30min da Cruzeiro, Hamilton localizou um cidadão de maneiras afáveis, simpático. Era um funcionário do Ministério da Fazenda que, prontamente, aceitou trazer o envelope.

No aeroporto de Porto Alegre, era outro o homem. Nervoso, gaguejando, travou o seguinte diálogo com a pessoa que foi apanhar o envelope:

— Olha, me desculpa, eu derramei cafezinho no material, ficou inutilizado.

— Não, mas o senhor pode me dar assim mesmo. Deve dar para ler, a gente arruma...

— Mas ficou imprestável, joguei fora...

— Isso é um absurdo, como é que o senhor fez isso? O senhor sabia o que tinha no envelope? Era uma reportagem.

A esta altura o homem mudou o tom de voz e explicou:

— Aconteceu o seguinte: abri o envelope e li o que tinha dentro. Aquele assunto... Eu sou um funcionário do governo, não podia desembarcar com aquilo. Tinha autoridades me esperando, não posso me comprometer... Eu destruí o material. Você deve compreender a minha situação...

Tremia o homem e não havia como reclamar dele. A solução foi esperar uma cópia, providencialmente guardada em São Paulo e, desta vez, remetida pelas vias normais. Ao saber do fato, inédito em sua carreira de 15 anos de jornalismo, Hamilton exclamava do outro lado da linha:

— Isso é o Brasil, minha gente!

Leia a reportagem, leitor. E depois nos diga: vai chegar o dia em que teremos medo de comprar um jornal na banca? Ou já chegou?

O Editor

Bom, bom, bom...

Companheiros dos Pampas:

Companheiros, acabo de ler o **Coojornal** de junho. Com alegria, muita alegria mesmo, por ver um belo trabalho. Realmente muito bom, diversificado, bem escrito, bem apresentado, bom de ler. Como deve ser um jornal.

Amigos, parabéns a todos e a minha torcida, para que apareçam muitos outros Coojornais por esses brasis todos, nestes tempos tão difíceis.

Ronaldo Campos, secretário adjunto da Gazeta Mercantil, São Paulo.

Prezados editores:

Foi com grande prazer que durante uma feijoada deliciosa na casa de um colaborador de vocês, o Severo, tomei conhecimento do **Coojornal.** Pelo pouco que ouvi e pelo que vi ao folhear o jornal nº 16, me veio a alegria de ver nascer em Porto Alegre, cidade de tradição pela sua cultura e centro de inegável influência econômico-política no país, um jornal que realmente vai dar no que falar.

O cooperativismo, quando aplicado na sua forma real, e não na de mascarar grandes interesses (Copersucar, etc.), é uma das formas mais belas de conjugação de esforços humanos em prol de uma causa ou objetivo.

Vamos em frente, o começo é sempre difícil, mas às vezes o deserto apresenta surpresas magníficas.

Um grande abraço.

Hélio Delgado Jr., Rio de Janeiro.

Amigos:

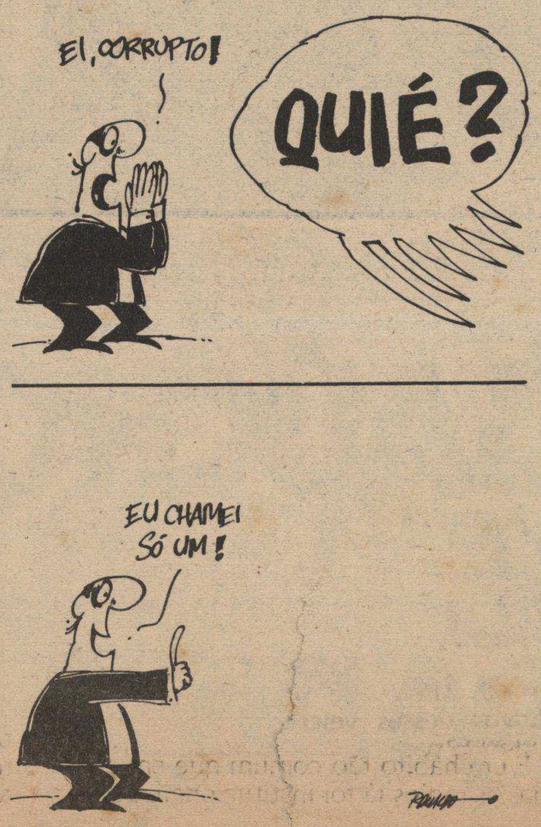
Aquele abraço e meus parabéns pela edição do **Coojornal.** Sem dúvida nenhuma, a assinatura que ganhei de aniversário foi um presentão de meus manos Jussara e Raul Sanvicente.

Li e gostei de diversas matérias, entre as quais destaco "A solução do trator", uma explanação detalhada do momento político nacional e suas conseqüências; "Cooperativismo na República da Guiana"; e "O sonho dos capuchinhos", do qual tive a infelicidade de participar quando trabalhei como repórter e posteriormente subchefe de reportagem da TV Rio...

Creio que todo jornal deve, além de conter as opiniões das diversas correntes de pensamento, ser escrito com responsabilidade, ser um fiscalizador do poder público e da sociedade em que vivemos, deve também ter sempre como lema "a verdade acima de tudo" — e vocês estão neste caminho.

Vou divulgar o trabalho de vocês na Associação Fluminense de Jornalistas, da qual faço parte como associado.

Luís Carlos Pereira Coelho, Niterói, RJ.



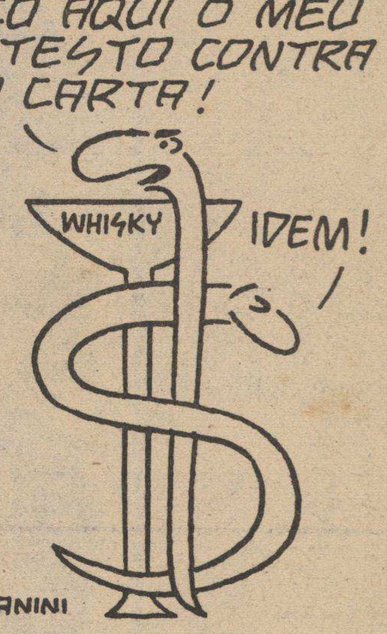
E a objetividade?

Senhores:

Há tempos que leio e gosto do seu jornal, mas desta vez me decepcionei. Li com avidez o noticiário sobre as reformas políticas do presidente Geisel, mas o **Coojornal** de abril me entristeceu. De todas as publicações que li (*Veja, Isto É, Correio do Povo,* etc.) o jornal de vocês foi o que tratou o assunto com mais superficialidade e pouca objetividade. De qualquer forma, ainda dou um crédito de confiança pelo que está por vir.

Paulo Antônio Cardoso, Pelotas.

$$$ da Medicina



Amigos do Coojornal:

Permitam o tratamento de amigos, embora não os conheça pessoalmente. Considero-os amigos pelo que leio no jornal de vocês. Sou estudante de Medicina e realmente me surpreendi com a leitura do **Coojornal,** pois constatei que muitos temas abordados por ele nunca foram mencionados no jornal que leio diariamente, cujo prefiro não citar o nome.

Quem me *apresentou* ao **Coojornal** foi um amigo médico. Ele ainda me recomendou que lesse um material especial publicado por vocês sobre o custo da Medicina. Como faço para conseguir lê-lo?

Carlos Guimarães, Porto Alegre.

Seu amigo deve ter-se referido à reportagem "Por que a Medicina é cada vez mais cara", publicada na edição nº 11. Envie o pedido, acompanhado da importância de Cr$ 7,00, que remeteremos o jornal pelo correio.

A Idade de Páo

Senhor Diretor:

Tomamos conhecimento, através do último número do **Coojornal,** da matéria assinada por Airton Centeno, intitulada "Um nanico feroz e debochado", onde pequena nota ao pé da página refere-se ao jornal de Pedro Boticário afirmando que "os números de 7 a 12 de *A Idade de Páo,* transferidos do Arquivo Público para o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, desapareceram".

Gostaríamos de esclarecer que:

1º — O referido jornal consta do catálogo do Arquivo Histórico, quando este ainda era um departamento do Museu Júlio de Castilhos;

2º — Transferido o acervo do Museu Júlio para o recém criado Arquivo Histórico, o jornal de Pedro Boticário constava do material, sendo, inclusive, pesquisado por estudiosos, conforme depoimentos a nós prestados;

3º — Quando foi criado o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em setembro de 1974, e o acervo de jornais foi, conseqüentemente, transferido para o seu acervo, os números 7 e 12 e não 7 a 12 de *A Idade de Páo* não acompanharam o material, pois constavam do volume número cinco, da caixa número 96, que desapareceu; com ele desapareceram também os jornais constantes desse mesmo volume conforme catálogo do Arquivo Público, do Museu Júlio de Castilhos, e que são igualmente preciosos: A Mutuca Picante (nº 29, Porto Alegre), O Anunciante (nº 167, Porto Alegre), O Vigilante (nº 2,

Porto Alegre), O republicano (nºs 3 e 8, Porto Alegre), O Quebra Anti-Evaristo (sem indicação de número, Porto Alegre), A Idade d'Ouro do Brasil (nºs 40, 42 e 47, Bahia), O Grito da Pátria (nº 47, Rio de Janeiro), além de O Mestre Barbeiro (nºs 6 a 17, Porto Alegre).

Lígia Maria Peres Tricot, responsável pela Direção do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre.

As informações sobre o jornal foram fornecidas por um funcionário do Museu Hipólito José da Costa.

Antipsiquiatria

Prezados amigos:

Primeiro quero parabenizar o **Coojornal** pelo que, no momento, ele representa para toda a Cultura brasileira. O realce dado a todos os assuntos de interesse da população transcende a região em que o jornal é editado, transformando-se sempre em matéria de interesse nacional.

Nenhum apoio deve ser negado, pois, para a manutenção "in-vivus" (vale o sacrifício literário) de tão importante publicação.

Agora, o pedido: gostaria de ler entrevista ou reportagem sobre o gaúcho dr. Ernesto Bono (se não me engano, psiquiatra do Hospício São Pedro), considerado o precursor da antipsiquiatria no Brasil.

Autor de dois livros (É a ciência uma nova religião? e Nós, a loucura e a antipsiquiatria — este último também editado em Portugal), o dr. Bono luta pela implantação no Brasil de novos métodos para tratamento da loucura, hoje em dia reconhecidamente tratada animalescamente.

O dr. Ernesto Bono teria muito a dizer.

Salomão Rovedo, Rio de Janeiro.

Vamos conferir esta, Salomão.

Grêmio não é pior

Senhor Editor:

Li ontem, no nº 17 do seu jornal, na matéria intitulada "Um buraco de 2 bi, palavras a mim atribuídas, de que "daqui para pior só indo para o Grêmio" e "para completar mesmo, só falta eu, no dia em que sair daqui, assumir as finanças do Grêmio".

Fiquei surpreso porque jamais expressei-me desta maneira, fazendo qualquer referência desairosa para um time que é o clube de minha preferência; e porque as finanças do Grêmio estão melhores do que as do estado. Portanto, não haveria razão para semelhante desabafo.

Quanto aos demais assuntos abordados na entrevista, em linhas gerais, expressam uma realidade que vimos combatendo e que pretendemos resolver com a colaboração e compreensão do Governo Federal.

Assim, pediria retificação do que foi exposto, certo de que repondo a verdade estaremos fazendo justiça a uma entidade esportiva que é uma glória do esporte brasileiro.

Um cordial abraço.

Jorge Babot Miranda, Secretário da Fazenda do Estado, Porto Alegre.

O corvo nos EUA

Meus amigos:

Excelente a reportagem sobre a morte do corvo Carlos Lacerda. Só houve uma falha detectada por este leitor atento: não é verdade que desde sua cassação, em 64, ele não dera entrevistas, a não ser aquela pouco antes de morrer. Em outubro de 67 ele deu uma entrevista a William Buckley no programa Linha de Fogo, levado ao ar só em 1º de setembro de 68 pelo Canal 9 de Nova Iorque. Vejam o que ele disse então:

"Johnson fez bem em apoiar a queda de Goulart, mas fez mal em apoiar o que veio depois, um governo militar e submisso a Washington e impopular no Brasil". "Quando os EUA convocaram tropas brasileiras para ajudá-los a impedir que os comunistas tomassem o poder em São Domingos, deviam pedir também que apoiássemos uma ação militar para derrubar o Papa Doc, presidente do Haiti". "Seria justo então invadir Cuba? Logo que Fidel tomou o poder, sim. Havia possibilidades. Agora não há". A última pergunta foi se ele queria ser presidente do Brasil. Rápido, respondeu: "Dizem que quero e não nego".

Paulo Gilberto, Porto Alegre.

Escritor proibido na Tv

Josué Guimarães é mais um atingido pelo rigor da censura

Na manhã de sexta-feira, dia 24 de junho, momentos antes do programa Meio-Dia, da TV Piratini, canal 5, entrar no ar, seu apresentador Sérgio Jockyman recebeu uma ordem lacônica da direção: "O Josué não trabalha mais na casa".

Josué Guimarães, 58 anos de vida, 30 de jornalismo e escritor, conta como recebeu a notícia: "Fiquei surpreso quando logo após a minha apresentação na sexta-feira recebi a comunicação do Jockyman que eu havia sido proibido de atuar 'por fazer subversão'. Perguntei se a subversão era através do programa e ele me informou que não, pois a proibição havia sido feita através da direção da Piratini, por 'dois coronéis da 2ª Secção do Exército'. Não fiquei sabendo o nome deles e nem se é verdade".

E é esta dúvida que Josué quer esclarecer: "Vou conversar com todo mundo, com o Jockyman, com a direção da Piratini e até com o comandante do III Exército se for preciso, pois não quero que fiquem dúvidas sobre os motivos da minha demissão. Que não digam depois que eu não servia para o programa. Na realidade considero um atentado à pessoa humana isso que acabam de fazer comigo. Estava exercendo a minha profissão e ninguém pode me proibir de ganhar a vida".

Mas se a dúvida permanece para Josué, maior ainda ela é para seus telespectadores, a quem não foi dada nenhuma explicação sobre sua saída. Aos que telefonam, a produção do programa responde com evasivas. Josué foi substituído pelo jornalista José Onofre.

O comentário diário de cinco minutos sobre assuntos da cidade — no último dia ele falou sobre a transferência da Santa Casa de Misericórdia para a periferia da cidade — não era exatamente o tipo de trabalho a que Josué se dispunha a fazer: "É evidente que passei a fazer uma espécie de água-com-açúcar a fim de poder ganhar a vida, já que o trabalho se inseria na minha profissão".

Com sua saída Josué perde um salário mensal de Cr$ 7 mil que recebia da Jockyman Produções, com quem tem um contrato assinado até 31 de dezembro. Esta empresa foi contratada pela TV Piratini para produzir o programa e é responsável pela contratação de pessoal.

Pai de 6 filhos, Josué está preocupado também com a sua sobrevivência, com um rendimento que permita continuar escrevendo seus livros (ele está trabalhando no 3º volume da trilogia "A Ferro e Fogo"), pois resta-lhe apenas o emprego como chefe da sucursal local do jornal Folha de São Paulo. Além disso corre na Justiça o seu processo contra o Tribunal de Contas do Estado, onde exercia a função de redator de atas, da qual foi demitido em 1975 por abandono de cargo. Esta função foi extinta em 1968 e Josué nunca recebeu a aposentadoria a que tinha direito. Depois de 1964 ele esteve desaparecido alguns anos temendo sua prisão caso se apresentasse, por ter sido chefe da Agência Nacional durante o governo João Goulart. Um inquérito interno instaurado pelo Tribunal inocentou-o da acusação de abandono de cargo, em 1975, mas mesmo assim nunca recebeu a sua aposentadoria.

No dia anterior à demissão de Josué outro jornalista teve problemas com a censura. João Batista Marçal foi demitido da rádio Metrópole de Canoas (integrante da Rede Brasil Sul de Comunicações), depois de entrevistar no seu programa diário de duas horas o deputado do MDB, Romildo Bolzan, sobre a proposta de convocação de uma Constituinte. Marçal foi chamado a depor na Polícia Federal onde foi informado que "aquele não era o tipo de programa para ir ao ar".

Nos setores jornalísticos do rádio e da televisão no Rio Grande do Sul o episódio com Josué Guimarães só aumentou a insegurança, já antiga e gerada por um controle rigoroso de parte da Censura. É rotina para os chefes de departamentos informativos desses veículos os telefonemas alertando para notícias que não podem ser divulgadas.

É um hábito tão comum que em quase todas as rádios já foi institucionalizado um espaço nos quadros de avisos onde são afixados os lembretes diários dos assuntos proibidos. Repórteres, redatores e mesmo apresentadores antes de começarem a trabalhar passam por ali para se informarem.

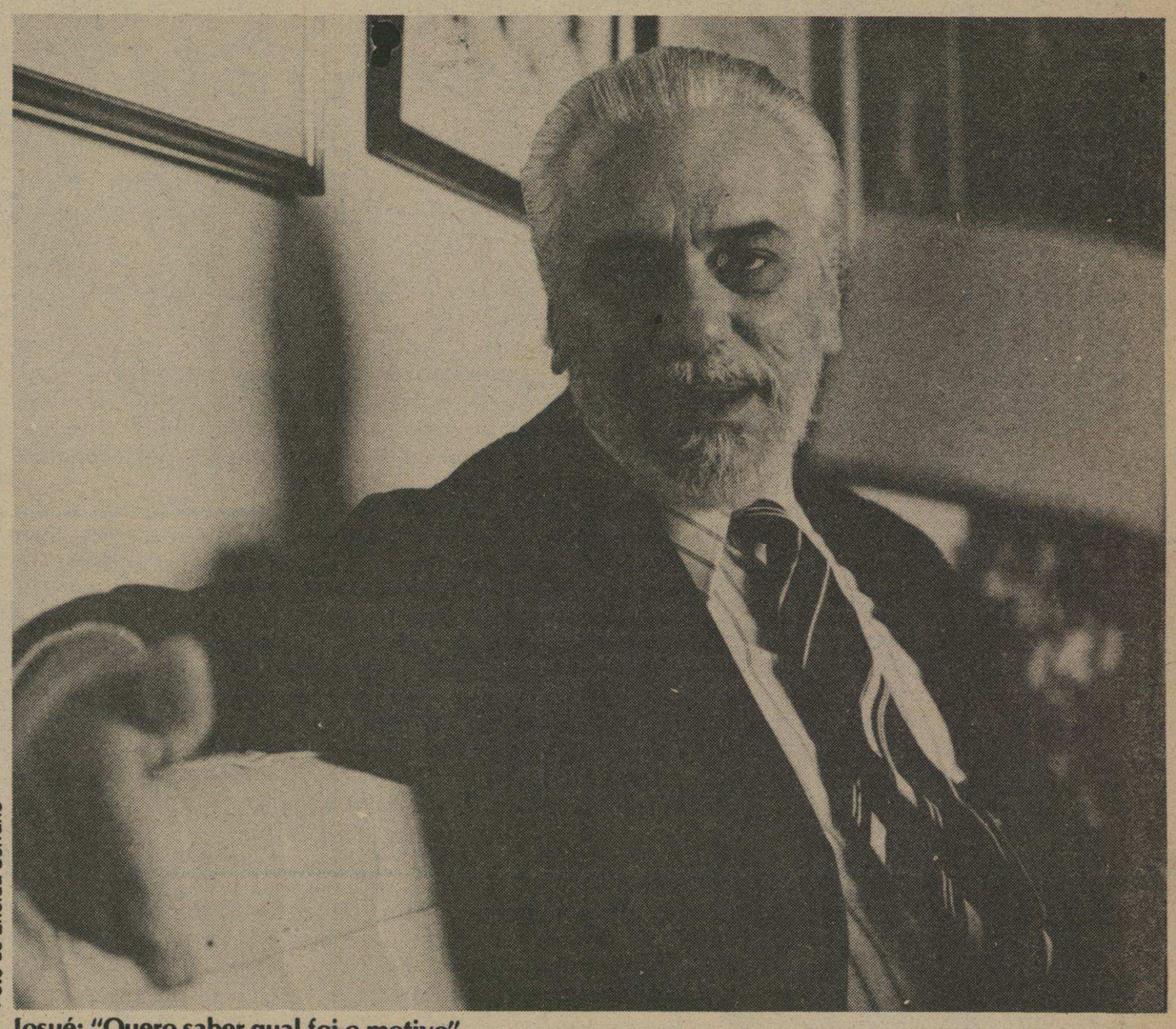


Foto de Eneida Serrano

Josué: "Quero saber qual foi o motivo"

Entre os assuntos vetados, predominam evidentemente os temas políticos, mas não há nenhuma regra (o que contribui para aumentar a insegurança). Por exemplo: no dia dois de fevereiro, quando o líder da bancada do MDB em Porto Alegre, vereador Glênio Peres, teve seus direitos políticos cassados, não houve proibição. Treze dias depois, no entanto, duas rádios de Porto Alegre divulgaram a nota da presidência da República cassando outro vereador do MDB porto-alegrense, Marcos Klassmann, antes mesmo do decreto da cassação estar assinado.

É que na preocupação de evitar maiores informações sobre o caso, a Censura antecipou-se comunicando às rádios que só poderiam divulgar "esta nota oficial de Brasília". Então, as duas rádios lançaram no ar edições extraordinárias dos seus noticiosos, lendo a nota.

No dia 14 de março último, o diretor da Rádio Continental (pertencente à Rede Globo), Fernando Westphalen, foi convocado a prestar depoimento na Censura. Junto com ele foram o chefe do Departamento de Notícias e o redator de uma notícia sobre uma concentração de estudantes, programada para os dias seguintes, para protestar contra a transferência de algumas faculdades da Universidade Federal para o novo campus (a 15 km do atual). A notícia foi considerada perniciosa porque soara como uma incitação ao protesto.

A Censura satisfez-se com as explicações dos "convocados" mas a direção da Rede Globo providenciou a demissão do redator.

Não se sabe de detalhes de como é feito o controle das informações. Mas não há dúvidas de que o esquema é eficiente ou, no mínimo, ágil. No dia 7 de junho passado, data em que se comemorava o Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, o informativo das 18h30m da Rádio Gaúcha, uma das mais ouvidas no estado, anunciou uma palestra do jornalista Alberto Dines, ex-diretor de redação do Jornal do Brasil e atual diretor da sucursal carioca da Folha de São Paulo. Três minutos depois, o telefone tocava advertindo de que não se poderia "falar mais nada sobre o Dines". O mesmo aviso foi dado logo a seguir a todas as outras emissoras.

Nas televisões o rigor é o mesmo, e os exemplos recentes são igualmente numerosos. Em abril, a TV Gaúcha teve um programa especial de quase uma hora de duração inteiramente vetado — era um documentário sobre a situação das tribos indígenas que ainda sobrevivem no Rio Grande do Sul.

Um outro programa dessa mesma série "Documento", desta vez sobre o problema habitacional mereceu sugestões de "pequenas modificações". Na principal concorrente da Gaúcha, a TV Difusora, a jornalista e psicóloga Ivete Brandalise foi afastada do noticioso *Câmera 10*, onde fazia comentários sobre assuntos variados, principalmente problemas urbanos de Porto Alegre.

O meio normalmente usado para essas comunicações proibitivas ou punitivas é o telefone. Um telefonema direto para o responsável pelo programa geralmente resolve o problema com rapidez. Mas quando isso não é suficiente, há o recurso de ir a escalões mais altos. Como aconteceu há pouco na rádio Gaúcha, onde o responsável pelo Departamento de Notícias avisou ao censor que não aceitaria mais vetos pelo telefone. O censor João Bispo Hora concordou e agora disca direto para o gerente executivo do sistema RBS de rádio, Nelson Sirotsky.

A eficiência, contudo, não afasta contradições. O rompimento do acordo militar entre Brasil e Estados Unidos foi proibido na primeira semana. Na segunda-feira seguinte, tudo foi liberado. Em compensação, durante o episódio da Reforma do Judiciário, em que o Congresso foi posto em recesso para que a reforma fosse efetivada, as rádios receberam uma nota oficial da direção regional do MDB. Como não havia recebido qualquer telefonema, os editores de notícias da rádio Gaúcha acabaram divulgando a nota na íntegra. Minutos depois, Nelson Sirotsky foi obrigado a prometer aos censores que isso não mais se repetiria.

Mas há surpresas engraçadas também. Até hoje, por exemplo, os radialistas estão querendo saber detalhes sobre uma bomba que explodiu num supermercado carioca no fim do mês de maio último. A única informação que eles receberam até agora sobre o assunto foi um telefonema da Censura proibindo qualquer comentário sobre "a bomba que explodiu num supermercado da Cobal, na Estação Deodoro, no Rio de Janeiro".

"Jornalistas? Faço pipi em cima deles"

"Quando entro pela primeira vez na redação de um jornal que acabo de comprar peço licença aos jornalistas para fazer pipi. A segunda vez vou fazer pipi sem dizer nada. A terceira, faço pipi em cima deles".

A declaração é de Robert Hersant, o magnata da imprensa francesa, proprietário de *Le Figaro* e *France Soir*.

Como este ex-nazista que conheceu a prisão duas vezes, uma delas por roubo, consegue hoje controlar 20% da imprensa francesa? É o que tenta responder o jornalista Nicolas Brimo (com a colaboração de Ann Guerin), repórter do jornal *Le Canard Encheiné*, num pequeno livro que está escandalizando a França: *Le Dossier Hersant — Como o Springer francês soube passar das prisões da república aos palácios oficiais*.

Nicolas Brimo resume em 126 páginas a carreira deste homem que se orgulha de dizer que não foi herói da Resistência e que começou a subir colaborando com a Gestapo. Brimo escreve também com todos os detalhes sobre a evolução política e a ascensão do empresário R. H. (como é conhecido nos meios jornalísticos de Paris), que mudando várias vezes de partido se elegeu deputado durante muitos anos. E Brimo questiona também o sistema que permite, apóia e aproveita-se de um tipo desonesto como Hersant.

JORNAL E SUPERMERCADO

"Não existe diferença entre um jornal e um supermercado. Os dois devem buscar clientes", diz Hersant, para quem "todos os jornalistas são imbecis". Ele compra todos os jornais "vendáveis" no país, principalmente se estão em crise. Atualmente, de cada seis leitores franceses um lê os jornais de Hersant.

E seu império jornalístico pode se estender dentro de pouco tempo para a Bélgica e a Suíça, onde já estuda as possibilidades do mercado. Usando os processos mais modernos de impressão, ele é o primeiro a chegar em todas as regiões da França e representa um sério concorrente mesmo para *Le Monde*, o mais respeitado diário francês.

Em junho de 76, quando *France Soir* entrou em crise, Hersant foi o primeiro candidato à compra. Mas o proprietário Jean Prouvost — do grupo Hacette, outro monopólio de imprensa na França — resolveu recusar desta vez. Ele já tinha vendido o *Le Figaro*, um ano antes, a R. H. e agora, em nome de seus princípios, negava passar mais um de seus diários.

Todos pensavam que *France Soir* estava livre das mãos do ex-nazista quando, dia 6 de julho, o jornal foi vendido ao húngaro Paul Winkler, editor das histórias de Walt Disney na França. Mas logo depois o jornal entrou em crise, com um deficit de 1,5 bilhão de francos. Hersant, atento, esperava este momento e apareceu imediatamente com o dinheiro que faltava. No dia 17 de agosto o jornal era dele. Também.

UM MAGNATA NAZISTA

Aos 18 anos R. H. fundou seu primeiro jornal, mas fracassou em seguida. Criou então uma auto-escola — mas foi obrigado a fechar porque ele próprio não tinha carta de motorista. Durante a ocupação da França pela Alemanha de Hitler, ele participou de um movimento de extrema-direita.

Em 1950, aos 30 anos, criou um jornal especializado em automobilismo, depois um semanário em Beauvois que transformou em diário. E aí deslanchou.

Agora, o que intriga bastante também são suas relações com o poder. Até *Le Monde* já fez um artigo atacando sua conduta. Sua resposta foi irônica: "Acho ótimo o que vocês, jornalistas de oposição, escrevem sobre minhas relações com o poder. Isto me facilita o concedimento de empréstimos porque os bancos pensam que estou munido de uma investidura oficial".

Entre seus maiores amigos e protetores despontam Michel Poniatowski, ministro do Interior do governo Giscard, e Edgar Faure, presidente da Assembléia Nacional.

E os comunistas também atacam Hersant, mas não é isto que o impede de negociar com eles. O magnata está criando o *Nouvelles Normandes*, que se define como um jornal de esquerda e onde serão admitidos jornalistas do PC. Para Hersant, diversificar o público não deixa de ser um negócio interessante, pois se manter coerência com sua opinião — jornalismo igual a supermercado—, comunistas também são clientes.

Zélia Leal

Quero dizer o que sinto...

"Acordo pela madrugada, hora de operário acordar
de pegar a marmita, de lutar pelo alimento
antes nosso, hoje importado (...)

Sou um simples empresário, sou povo, fui estudante
sou sensível, sou brasileiro, quero falar
enquanto posso falar (...)

Quero dizer o que sinto,
fugir da pressão da censura, lutar contra a omissão,
correr o risco de ser, enquanto posso falar (...)

Não queremos modelos técnicos,
chega de pacote de soluções,
queremos liberdade para progredir,
queremos liberdade de dizer,
queremos participar das decisões".

Os trechos acima pertencem ao poema **O Direito de Falar,** de autoria do empresário gaúcho Carlos Reinaldo Mendes Ribeiro, presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul e diretor-presidente da Indústria de Plásticos Neoform.

"Mais uma trincheira"

Foto de Márcio A. Barros

Prudente discursando, entre Petrônio Portela (esq.) e Pompeu de Souza

Para o contingente de 800 jornalistas que trabalham em Brasília foi o principal acontecimento do mês passado: a inauguração de uma representação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que a cidade, aos 17 anos, ainda não tinha. Submetidos todos os dias às maiores dificuldades para exercer a profissão, os jornalistas do Distrito Federal não raro precisam do apoio de uma entidade de classe com posição firme.

De certa forma, essa representação da ABI já vinha sendo exercida não oficialmente — na figura de Pompeu de Souza, diretor da sucursal de Veja em Brasília, considerado um dos reformuladores do estilo do jornalismo brasileiro na década de 40, um estilo que ainda hoje perdura em seus pontos essenciais.

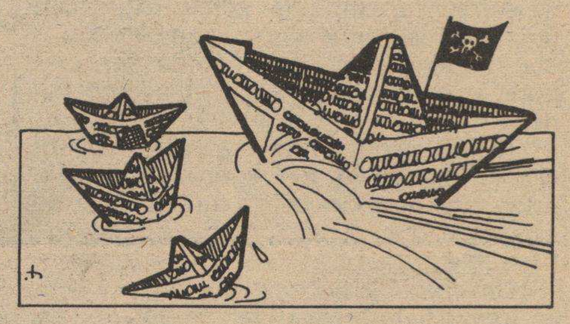
Ao ser empossado na ABI, numa cerimônia presidida pelo senador Petrônio Portela, no Clube do Congresso, Pompeu de Souza deu mostras que a entidade estava erguendo "mais uma trincheira em defesa da liberdade de manifestação de pensamento". Em seus 70 anos de existência — lembrou Pompeu — a ABI "jamais traiu e jamais serviu a outra causa que não aquela pela qual se fundou e sempre viveu e que há de para sempre viver: a causa da liberdade dos jornais e dos jornalistas".

O que Prudente de Morais Netto, presidente da ABI, completou: "Defendemos também o direito do povo a ser informado, orientado e esclarecido, o que não é possível senão pelo livre noticiário e pelo livre debate". Curiosamente, os dois ministros que compareceram — Almeida Machado, da Saúde, e Alysson Paulinelli, da Agricultura — acabavam de ter atritos com a imprensa. Almeida Machado dissera que desde a campanha de vacinação de Oswaldo Cruz a imprensa vinha informando errado. Alysson Paulinelli naquele dia (22 de junho) estava em atrito com o Jornal do Brasil por causa de uma série de reportagens sobre a Sudepe.

De qualquer maneira, o Jornal de Brasília assinalou que os dois ministros mostraram mais *fair-play* que os outros que, convidados, não compareceram.

Severino Góes

Os grandes estrangulam os pequenos (apesar da lei)



A Lei das Sociedades Anônimas — que entrou em vigor a 15 de fevereiro passado — parecia uma vitória dos pequenos jornais do interior, normalmente envolvidos em dificuldades financeiras. A partir daquela data — rezava a lei — os editais e atas das empresas deveriam ser publicados em jornais editados na mesma localidade da sede da empresa. Com isso os jornais editados nas capitais, principalmente os especializados em economia, perderiam uma considerável parcela do seu faturamento e por isso logo apelaram às juntas comerciais.

No mês passado, o Departamento Nacional de Juntas Comerciais interpretou o artigo 289 da Lei das S.A. à sua maneira e chegou à conclusão de que, além do jornal ser editado na cidade sede da empresa que publica o edital, deve ter circulação diária. O parecer eliminou a grande maioria dos jornais do interior do Rio Grande do Sul, onde apenas seis cidades têm jornais diários.

A Associação dos Jornais do Interior (Adjori) do Rio Grande do Sul, no entanto, está preparando um mandado de segurança contra a interpretação das juntas comerciais. O secretário da Adjori, Luiz Pauletti, afirma que só quer que a lei seja cumprida. E o diretor do jornal NH — que sai duas vezes por semana —, de Novo Hamburgo, Mário Alberto Gusmão, completa argumentando que a lei era uma velha reivindicação da Associação: "Não é agora que vamos desistir facilmente. Afinal, passamos quase 10 anos lutando por isso".

Enquanto se discute esses aspectos legais, o Jornal do Comércio, de Porto Alegre, já está editando cadernos especiais que circulam uma vez por semana nas cidades de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, São Leopoldo e Novo Hamburgo, todas com grande número de indústrias. Mário Alberto Gusmão interpreta a lei também à maneira que lhe convém, e diz que foi uma jogada mal feita do Jornal do Comércio. "Os cadernos seriam para chamar os balanços dessas cidades, mas a lei exige que o jornal seja editado na cidade".

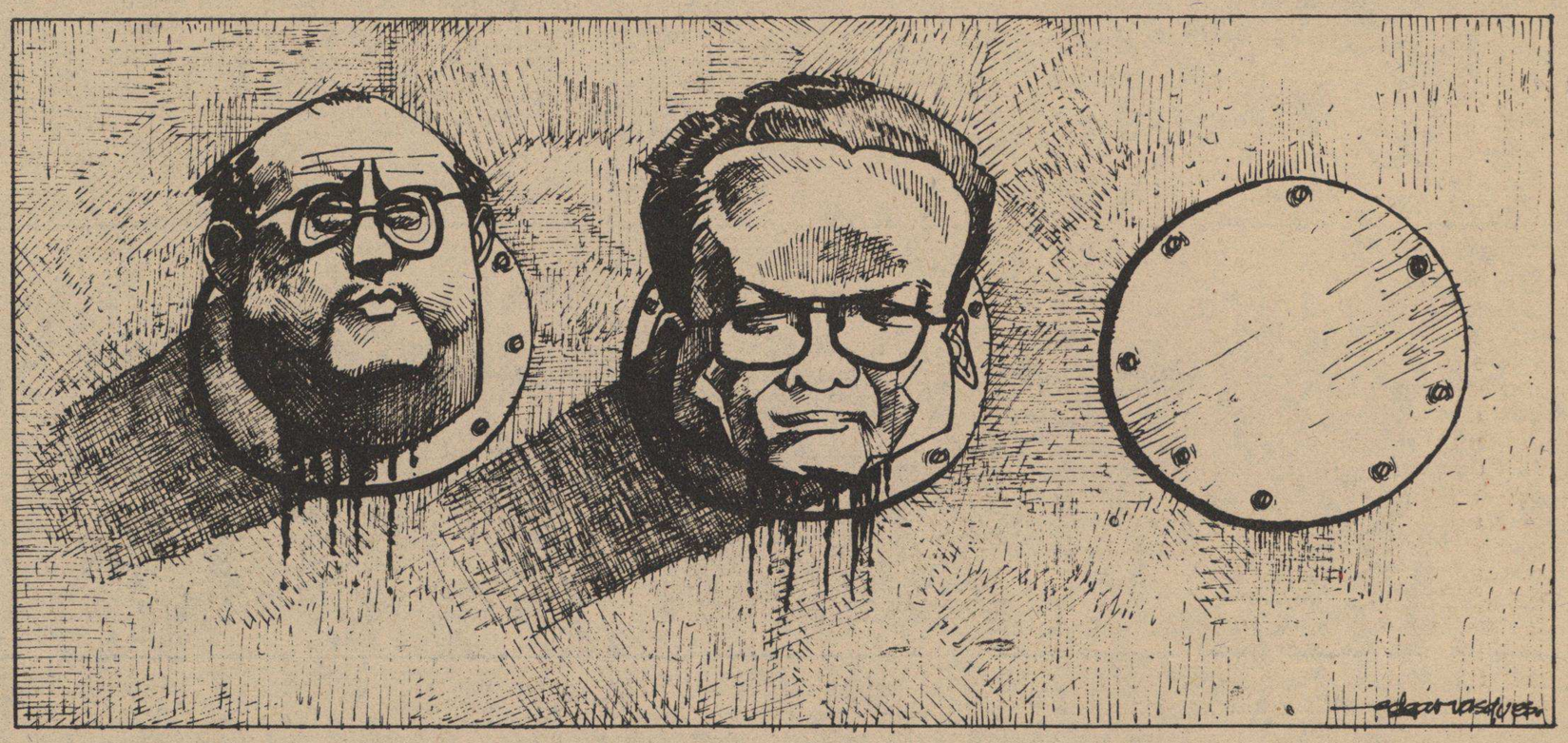
No outro lado, Roberto Brenol Andrade, secretário do Jornal do Comércio, tenta explicar que os cadernos eram uma idéia antiga e que substituíram uma página de notícias feitas pelas sucursais daquelas cidades. "Mesmo que publiquemos balanços o investimento não vai compensar. Nem um nem dezenas de balanços compensa. Os cadernos só têm interesse jornalístico", argumenta.

Este é o óleo indicado para as peças mais importantes do mundo da comunicação.

Olvebra. Fabricante do óleo Violeta

Perdão, Leitores

Por Luiz Cláudio Cunha



O deputado federal Marcos Tito, do MDB de Minas Gerais, teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos pela Revolução, no dia 14 de junho. O presidente do partido, Ulysses Guimarães, protestou dizendo que o governo se preocupava mais em punir do que em resolver os problemas maiores do país. Aí, quem não gostou foi o líder do governo no Senado, Eurico Rezende: "A maneira parcimoniosa com que o presidente Geisel vem acionando o AI-5 desmente categoricamente a péssima apreciação feita pelo ilustre presidente do MDB".

No dia 16, no seu principal editorial, o Estado de S. Paulo desmentiu categoricamente a péssima apreciação feita pelo ilustre líder da Arena: "Em 3 102 dias de existência, contados desde o 13 de dezembro de 1968, o AI-5 já puniu 109 deputados federais — mais ou menos um deputado federal a cada mês — 160 deputados estaduais — num ritmo de mais de um, a cada vinte dias —, além de seis senadores. Esse efeito devastador sobre as instituições políticas acentuou-se, porém, do governo Médici para o atual: enquanto o primeiro cassou apenas o mandato de um prefeito (de Anápolis, município logo transformado em área de segurança nacional) e de um deputado da Assembléia Legislativa paraense, o segundo cassou até agora os mandatos de um senador, seis deputados federais, dois deputados estaduais e dois vereadores".

Façamos votos que o equívoco do Senador Rezende tenha sido um acidente. Pois, na semana seguinte, à saída de uma audiência com o presidente da República, Rezende fez uma confidência que cabe perfeitamente na boca de um digno representante do povo: "O presidente Geisel não morre de amores pelo AI-5". Sentimentos à parte, o AI-5 e todos os seus aparentados já se incorporaram à História do Brasil pós-64. E com conseqüências tão fortes que renderam material para o professor Marcos Farias Figueiredo, do Instituto Universitário de Pesquisas da Faculdade Cândido Mendes, do Rio, elaborar uma tese de mestrado sobre a "Política de Coerção do Sistema Político Brasileiro" — publicada no último dia 20, com um belo senso de oportunidade, pelo Jornal da Tarde.

"A coerção, usada como recurso de poder, tem assumido várias formas: expurgo na burocracia civil e militar, cassação no sistema político, suspensão e expulsão na área universitária, demissão na área trabalhista e suspensão dos direitos políticos. Entretanto, a coerção está presente em outros atos que não são dirigidos a indivíduos específicos, como o decreto 477, a Lei Orgânica dos Partidos, a nova redação dos artigos 528 e 482 da CLT e a prática da censura política, jornalística, literária, etc.", diz a tese, que divide o período revolucionário em três ciclos: o primeiro vai até outubro de 65, com o AI-2, o segundo até dezembro de 68, com o AI-5, que marca o início do terceiro e atual ciclo, onde "a grande novidade é que, nele, já não se expurgam elementos comprometidos com o regime anterior mas as oposições geradas pelo próprio processo revolucionário".

Figueiredo mostra no seu trabalho que, apesar das 1.058 pessoas afastadas da vida política entre 64 e 74, a conquista do controle do processo político pela elite militar só se dá durante o terceiro ciclo. Mas não pensem que, aí, se inicie um período de harmonia e cordura: "Durante o governo Médici, a taxa de punições cai sensivelmente no setor político formal e é pequena, porém permanente, no interior do aparelho do Estado. Isso ocorre porque o sistema político já se encontrava desmobilizado, a oposição esgotada e a população de *puníveis* estaria reduzida ao mínimo, seja por já ter sido punida antes, seja pelo retraimento diante do efeito demonstrativo das punições".

Taí uma bela chance para o nobre Senador Rezende entender, de maneira nada parcimoniosa, por que nem o presidente Geisel morre de amores pelo AI-5.

●●●

Recomendação do general Luiz José Torres Marques, comandante do Grupamento do Leste Catarinense: "Defenda os interesses de sua classe no seu sindicato, mas evite posicionamentos políticos", disse ele ao presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, Moacir Pereira, aconselhando cuidado com "certas amizades" que poderiam estar fazendo do jornalista um "inocente útil".

Isso aconteceu no dia 8 de junho, um dia depois da divulgação oficial do manifesto que os jornalistas brasileiros enviaram ao Congresso Nacional, protestando entre outras coisas contra a censura. Na sede do sindicato, porém, é que Pereira passou mais trabalho: subitamente lembrados que tinham mulher e filhos, cargos de confiança ou coração fraco, sete jornalistas arrependeram-se e pediram para riscar o nome do manifesto. Vexame que o presidente da Casa do Jornalista não teve que passar: "Recebi um telefonema do secretário de Segurança. Eu é que não vou assinar este troço...". Mesmo assim, 67 jornalistas catarinenses assinaram o manifesto. Sem arrependimentos.

●●●

"A maior manifestação coletiva contra a Censura na história da imprensa" — assim o deputado oposicionista Álvaro Dias, do Paraná, classificou o manifesto de mais de 2.500 jornalistas brasileiros, levado ao Congresso no início de junho, narrando as várias formas de proibir a livre informação e firmando a posição contrária da classe "à manutenção dos atos de exceção que impedem o livre exercício da profissão e, com isso, sufocam o debate e a participação consciente da população".

Pois é. Mas o senador Tarso Dutra, representante do povo gaúcho pela Arena, não concorda que os jornalistas, no Dia da Liberdade de Imprensa, se manifestem sobre atos excepcionais e outros monstrinhos: "O AI-5 é transitório e, por isso, não cabe nem a mim nem aos jornalistas revogá-lo, mas àqueles que têm as reais condições para isto".

Para quem não lembra: Tarso Dutra, quando ministro da Educação do Governo Costa e Silva, foi o responsável pelas primeiras trovejadas do decreto-lei 477, que reprime as manifestações estudantis. Em outras palavras, o nobre senador é um daqueles que acha que estudante deve estudar, cantor cantar, trabalhador trabalhar... Já os jornalistas acham que os cidadãos, senadores ou não, têm o direito a dizer o que pensam — mesmo que seja bobagem.

●●●

No Dia da Liberdade de Imprensa, 7 de junho, o jornalista Alberto Dines, chefe da sucursal carioca da Folha de São Paulo, veio a Porto Alegre para debater, no Sindicato dos Jornalistas, os problemas que enfrentam os profissionais. No debate, ignorado pela chamada grande imprensa e tratado com atenção apenas nas páginas centrais do semanário *O Timoneiro*, de Canoas, Dines lembrou que "a imprensa hoje não é mais um instrumento dos desígnios do seu proprietário: é um instrumento social".

Nem tanto — pelo menos segundo o jornalista Maurício Sirotski Sobrinho, presidente da Rede Brasil Sul de Comunicações, RBS (integrada pelo jornal Zero Hora, 5 emissoras de rádio e 7 de TV). Discursando no dia 24 em Brasília, diante do ministro Euclides Quandt de Oliveira, das Comunicações, na solenidade de concessão do canal 12 de Florianópolis — TV Santa Catarina — à RBS, Sirotski disse, sem esclarecer, que "as empresas de comunicação têm compromissos que outras empresas comerciais não têm, e esses serão cumpridos". E acrescentou: "Não temos outra razão para alcançar senão a de continuar correspondendo à confiança que o poder concedente coloca sobre a nossa atividade".

●●●

Os alunos do último ano do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria vão se formar com uma boa experiência prática: o seu jornal-laboratório *Comunicação,* encartado mensalmente no semanário local A Razão, foi censurado e não circulou. O número que deveria sair no dia 12 de junho teve uma crônica sobre o movimento universitário brasileiro ("Maio Novo") e uma charge sobre prisão de estudantes cortada porque, segundo a direção do curso, eram "incompatíveis com a linha ideológica da Universidade".

Anunciando que o jornal não será mais editado, os estudantes publicaram nos dois jornais de Santa Maria, A Razão e Expresso, uma nota onde reafirmam a posição dos jornalistas brasileiros no manifesto contra a censura, "que está de tal forma institucionalizada que se exerce até nas Escolas de Comunicação". A leitura da nota nas rádios locais foi proibida pela Polícia Federal.

O mais grave, no entanto, é que os responsáveis pela censura na Universidade são três professores, um dos quais o próprio coordenador do curso de Jornalismo, Antonio Abelin, jornalista diretor da TV Imembuí e presidente da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (Agert).

Nota zero para o senhor Abelin — como professor, como jornalista e como líder da entidade empresarial.

●●●

E a errata, afinal chegou ao rádio. Por obra e graça de um locutor do programa *Rádio-Esportes Dreher,* apresentado ao meio-dia, pela rádio Guaíba. No dia 7, no meio de uma notícia, ele percebeu que havia anunciado para setembro um jogo que se realizará em agosto. Resoluto, leu o texto até o fim e, então, emendou solene:

— Errata: onde se leu setembro, ouça-se agosto!

(Perdão, ouvintes).

...ucandos.
...Rondon não é ...formação de magníficos universitários.
Mas, certamente, já é uma magnífica parcela na conquista dessa meta.
Convoque-nos.
PROJETO RONDON 10 anos
Integrar para não entregar

Todo atual reitor tem o direito de exigir universitários cada vez mais atualizados.

Campanha de interesse público deste jornal e do Conselho Nacional de Propaganda.

...assim como todo atual universitário tem o direito de exigir reitores cada vez mais atualizados.
Senão, que Rondon é este?

INPS: tudo é culpa dos neuróticos

Foto de Eneida Serrano

O INPS não é gratuito. Cada um dos seus 18 milhões de contribuintes descontam por mês 8% de seus salários. As 410 mil empresas do país pagam outro tanto por cada um daqueles empregados, formando um bolo que no ano passado somou Cr$ 78 bilhões. Mas em junho, quando o governo encaminhou ao Congresso um projeto de lei, prevendo o pagamento de serviços médicos de acordo com o nível salarial do contribuinte, todos parecem ter esquecido que quem contribui já paga para receber benefícios, entre eles o benefício dos serviços médicos.

Quem fez o projeto não mencionou o detalhe, quem noticiou não teve o cuidado de mencionar e quem tinha interesse no serviço médico pago logo apoiou a iniciativa. No Rio Grande do Sul foi a Associação Médica (Amrigs), pela palavra de seu presidente, o psiquiatra Harri Graeff — que não atende pelo Instituto, cobra Cr$ 400,00 por consulta que precisam ser marcadas com um mês de antecedência no mínimo.

Entrevista? "Quando eu achar necessário, marco uma coletiva", manda dizer Graeff pela assessoria de imprensa. Na entrevista (coletiva) que deu aos jornais no começo de junho, o presidente da Amrigs alegava que o pagamento de consulta reduziria a procura e beneficiaria a prestação de serviço. "Oitenta por cento dos usuários (do INPS) procuram vários médicos para solucionar o mesmo problema porque são neuróticos", dizia. Como não lhe foi perguntado, Graeff não falou sobre a eficiência dos médicos no diagnóstico de doenças dos pacientes encaminhados pelo INPS, normalmente atendidos aos magotes e sem tempo para um exame mais acurado de seus males.

As consultas pagas evidentemente diminuirão a procura, mas é pouco provável que resolvam os maiores problemas enfrentados pelos 55 milhões de beneficiários — segurados e dependentes — do INPS ao procurarem assistência médica, como o mau atendimento ambulatorial, as cirurgias desnecessárias. Neste aspecto, o maior exemplo é o índice de cesarianas. No ano passado, os hospitais próprios do Instituto mantinham um índice entre 5 e 10% de cesarianas. Nos hospitais particulares, esse índice chegou a 60% em alguns casos.

No Sul, a Amrigs deve ter visto a possibilidade de ficar de intermediária entre o INPS e os médicos, como já acontece há três anos em relação ao Funrural, cujos pagamentos são repassados. O INPS deve ter visto uma maneira de aumentar o seu orçamento, até agora superado apenas pelo da União. No ano passado, ele arrecadou Cr$ 78 bilhões e gastou Cr$ 76 bilhões e 400 milhões. A diferença de Cr$ 1,6 bilhão foi aplicada na "expansão e modernização das unidades de serviços próprios", explicou a assessoria do Ministério da Previdência Social. Do total arrecadado, só Cr$ 23 bilhões e 555 milhões foram gastos em assistência médica.

Para 1977, o orçamento previsto é de Cr$ 103 bilhões 621 milhões, dos quais Cr$ 27 bilhões 400 milhões deverão ir para a assistência médica. A parte previdenciária — benefícios e aposentadorias — deverá ficar com Cr$ 60 bilhões 895 milhões. E a formidável máquina burocrática do Instituto, com 120 mil funcionários, consumirá Cr$ 13 bilhões 400 milhões — 12,94% da despesa geral é quase a metade do que será aplicado para tratar dos *neuróticos* a que se referiu o presidente da Amrigs.

Elaine Lerner

Bem-vindos os canarinhos

Em nome da precaução, o gaúcho Cláudio Coutinho, técnico da seleção de futebol organizada pela Confederação Brasileira de Desportos para disputar as eliminatórias que antecedem a Copa do Mundo de 1978 prevista para a Argentina, teria lançado o primeiro alerta.

Já era hora de se pensar no local da concentração da equipe que, segundo ele, já está classificada para o Mundial. Lembrando que um dos locais onde será disputada a Copa é a fria Mar del Plata, Coutinho imaginou que o Rio Grande do Sul seria o lugar ideal para seu time concentrar.

Evidente que a idéia teve a melhor acolhida por estas plagas, mas... Sem contar o meio milhão de cruzeiros que o estado será obrigado a investir na honrosa hospedagem, o secretário de Turismo Mário Ramos tratou de alinhar as cidades que teriam condições de abrigar os ídolos nacionais.

De uma longa lista sobraram apenas Pelotas, Tramandaí, Caxias e Porto Alegre — nenhuma, porém, com todos os quesitos básicos exigidos. Tramandaí sequer tem um parque esportivo; Caxias e Pelotas não possuem campo de pouso para assegurar uma rápida saída da Seleção rumo à Argentina. Sobrou Porto Alegre, que por sua vez, é uma ameaça à tranqüilidade exigida para os 22 craques, devido ao interesse e curiosidade dos torcedores. Assim, o local ideal ainda não se encontrou. De qualquer maneira, Ramos faz questão de lembrar um fato para afastar qualquer otimismo exagerado dos gaúchos: "A CBD não fez nenhum pedido oficial de hospedagem ao governo do estado. E nós nem passamos das eliminatórias ainda". Calma, pois.

E.L.

A gente só queria dançar, Caetano!

Caetano Veloso disse certa vez (e agora suas palavras estão definitivamente registradas no livro *Alegria, Alegria*), que é contra tudo o que pensa. Foi mais longe ainda: advertiu, como aqueles que acreditam na rápida mutação dos pensamentos e ideologias, que ninguém deve levar ao pé da letra o que costuma dizer. Se seguíssemos o raciocínio do ex-líder da Tropicália, seria bom esquecer — e até ignorar — que, ao preparar o lançamento de seu novo disco, ele soprou para quem quisesse ouvir, que suas músicas eram dançáveis. Estranha incoerência que, afinal, não deve ser levada ao pé da letra. Porque, na verdade, nenhuma das nove faixas do LP *Bicho* (Philips — Phonogram) consegue sequer provocar um involuntário balançar de pés e muito menos um inconsciente remelexo de corpo. Pelo contrário. Em alguns momentos, o disco traz à lembrança aqueles velhos bailinhos, onde dançar de rosto colado, ao som de melosas melodias, era o êxtase supremo.

Há dois anos do último lançamento em disco (*Jóia* e *Qualquer Coisa,* de 1975), Caetano parece entregue ao culto do seu egocentrismo. Não que haja algum pecado em fazer disco para dançar. Nada mais saudável para quem, durante a fase tropicalista ignorou rótulos e tradições até então imaculadas e mantidas pelos que acreditavam na intocável pureza da música popular brasileira. Mas parece que, passados dez anos é preciso esquecer o antigo Caetano. E, a partir deste LP acostumar-se — mesmo que seja só em discotecas — a ouvir a música de um artista genial, mas cansado de liderar ou reivindicar qualquer coisa.

Regina Echeverria

Por favor, não culpem o Piauí

Da viagem que empreendeu ao Piauí, Jorge Baleeiro de Lacerda (*Coojornal*, maio de 77), trouxe impressões que chocam com a propalada realidade nacional. Fala-se muito em desenvolvimento brasileiro, em valorização do homem, em conforto, em bem-estar, mecanização da agricultura, essas coisas.

Mas no nordeste, especialmente no interior, o sertão do Piauí, a realidade é bem outra. E Jorge Lacerda, apesar de algumas pinceladas de exagero, não faltou com a verdade.

O Piauí sempre recebeu da União um tratamento discriminatório, especialmente na distribuição *irracional* da riqueza nacional e dos projetos e verbas dos órgãos oficiais, criados para desenvolver o nordeste — como a Sudene, que vem fugindo de suas finalidades mais específicas para exercer uma política de interesses de grupos.

Com 250.934 quilômetros quadrados (16,20% da área do nordeste) e uma população de quase dois milhões (67% na zona rural) o Piauí é um estado pouco conhecido no sul do Brasil. Às vezes até divulgado de forma estranha e caluniosa, o que tem oferecido uma imagem deformada de sua gente — simples, acolhedora, amiga — e de sua própria realidade sócio-cultural.

Felizmente o Piauí é um estado de ricas potencialidades. Tem rios riquíssimos como o Parnaíba e seus afluentes, entre eles o Poty, o Urucui Preto e o Gurguéia, com cursos permanentes e mais de 2.600 quilômetros de extensão de águas perenes. Projetos de agricultura irrigada que estão sendo implantados junto a grandes lagoas (Parnaguá, Buriti, Cajueiros) garantirão, em futuro próximo, o abastecimento interno de alguns gêneros de primeira necessidade, inclusive peixes.

As potencialidades do estado são fartas em águas abundantes, solos férteis para a agricultura e pecuária; em produtos nativos como a carnaúba, o babaçu, o tucum, a mamona; em madeiras de lei e em recursos minerais; além de se constituir numa grande opção para o turismo.

A disponibilidade de grandes recursos hídricos, entre outros, torna o Piauí um excelente campo para a aplicação de programas agrícolas. Cheio de enormes manchas agricultáveis e entrecortado de vales úmidos, com águas abundantes e terras produtivas, o Piauí é, sobretudo, uma opção para os investidores agropecuários.

Felizmente o Piauí é um estado de comprovada viabilidade. Seu solo permanece virgem, inexplorado. E o seu território representa uma opção para o país, quando os grandes centros produtores sentirem necessidade de recorrer a outras reservas naturais. Quando isto ocorrer, o Piauí, hoje aparentemente pobre, criticado na sua aparência física, maltratado especialmente por aqueles que têm recebido dos piauienses as melhores e mais sinceras manifestações de amor, mudará de imagem. E mudará, naturalmente, o estilo de vida que tem feito de seus habitantes pessoas *ainda* felizes.

É importante que não encarem o Piauí na sua aparência, mas no que ele possui de humano, natural, simples. Não culpem o Piauí. Se alguns estados do nordeste são incluídos naquela faixa de "extremamente pobres", é uma dívida que nos cabe cobrar da União.

Do leitor **Herculano Moraes**

AQUI VOCÊ COMPRA COOJORNAL

SÃO PAULO

O **Coojornal** está à venda em 50 bancas na capital paulista. Entre elas:

Centro
Av. Ipiranga esq. com Av. São João
Praça da República, junto à Rua 24 de Maio
Av. Duque de Caxias, esq. com Rua Barão de Limeira
Av. Duque de Caxias (Rodoviária)
Praça do Patriarca, em frente ao Oton Palace Hotel
Viaduto do Chá, esq. com Rua Xavier de Toledo
Vale do Anhangabaú,
Viaduto do Chá, esq. com Líbero Badaró
Av. São Luís
Livraria Diadorim
Sindicato dos Jornalistas

Santo Amaro
Livraria Favalle (Av. Santo Amaro, 184)
Av. Santo Amaro, 435 e 587

Jardins
Praça do Vaticano, 580
Av. Paulista, frente ao Center 3
Av. Paulista, frente à revista Isto É
Av. Paulista, esq. com Brigadeiro Luís Antônio
Av. Europa, ao lado do MIS
Av. Paulista, frente ao Clube Trianon

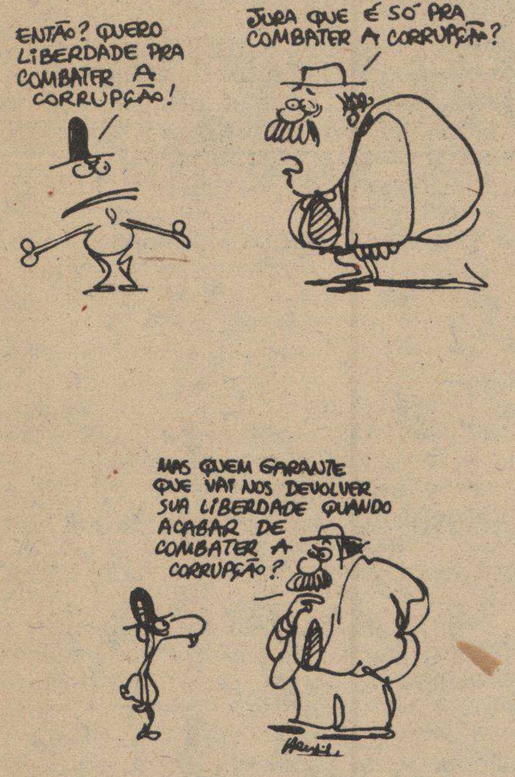
Pacaembu
Banca ao lado da FAAP

Moema
Center Ibirapuera, Loja 11

Lapa
Praça Panamericana, frente ao Senzala

Aeroporto de Congonhas

E agora, colega Henfil?



Na Isto É de 29 de junho, Henfil anuncia que vai passar a defender o governo. Não fosse um piadista, seria Henfil o primeiro entre as grandes expressões da inteligência nacional a ousar tal gesto de bravura. Até há pouco, Nelson Rodrigues tinha desses arroubos, mas sua adesão incondicional ao governo foi murchando, transferiu-se o ardor cívico para os campos de futebol e esgotou-se em saudosos aplausos a Francisco Horta — presidente do Fluminense carioca, do qual é fanático torcedor.

Teríamos então, na atual conjuntura, um Henfil solitário e heróico. Primeira providência do bravo espadachim a favor: orientar-se sobre o que pensa o governo, pois governista que se preza é disciplinado nas mínimas atitudes. Deve saber com precisão que idéias defender, que posicionamento adotar. Aliás, todo governista tem que ter, principalmente, um posicionamento. A palavra é mágica, basilar.

Esse posicionamento não obteria no endereço óbvio: a Assessoria de Relações Públicas e Imprensa do Planalto. Ali, além de amabilidades, muito pouco se consegue. A mensagem ao Congresso regulamentando o funcionamento das entidades de utilidade pública, por exemplo, já havia sido retirada e o atencioso assessor ainda procurava informar-se se ela já havia chegado "ao outro lado da rua".

Afastada essa hipótese e outras, como a procura de uma fonte que de antemão nada tem a declarar, a solução seria aventurar-se por conta própria pelos muitos gabinetes do Planalto. Uma chamada alta fonte não falaria das preocupações do governo com as instituições de caridade, mas daria orientação segura, por exemplo, sobre o que pensa o sistema da questão estudantil: dentro do campus os jovens podem fazer o que quiserem, na rua não. Na rua está proibido. "Isso eu posso assegurar porque a questão está afeta a mim", diria a alta fonte. Mas em Brasília e em Belo Horizonte, a determinação não foi seguida, houve até invasão dos campi — questionaria Henfil que, apesar do esforço, não pudera esquecer de tudo o que andara lendo nos jornais, antes da adesão. "Bem, isso fugiu ao meu controle. Mas eu protestei. A ordem veio do andar de cima. Aliás, recomendo que você não confie naquela gente porque não está no nosso esquema". Que esquema?

"Um esquema sobre sucessão, assunto aliás sobre o qual você só será informado quando houver a autorização, lá por janeiro."

Henfil mudaria de andar, para constatar que dera também um salto no andar de cima já, parece, janeiro ou mesmo fevereiro. Ali, sucessão não só é um assunto liberado e definido, como até já se discute o ministério.

Com um candidato no bolso, finalmente satisfeito, Henfil procuraria a saída, ansioso para levar a campanha eleitoral para as ruas. No elevador encontraria o chamado assessor direto: "Se você quer mesmo colaborar, não acredite no que ouviu até aqui, rasgue, inclusive — assessor direto gosta muito da palavra inclusive —, o papel em que anotou o nome do candidato. O homem não apóia nem o esquema do primeiro andar em que você esteve nem o candidato do segundo. Por enquanto, nós estamos pensando só na distensão".

Distensão? E a reação violenta à presença do MDB na televisão — de novo Henfil arraigado aos preconceitos da imprensa antes da adesão?

"Vai por mim, isso está nos planos, é só não fazer oposição que a oposição será permitida, por enquanto é o diálogo o que interessa, um diálogo com todas as forças vivas da nação."

O assessor direto se afasta e, no saguão, aparece o doutor Zezinho: "Diálogo é balela, se encontrar o diálogo chamo a polícia". Ao ouvirem a palavra polícia apresentam-se Boaventura e Galil. Trazem um catálogo telefônico e mostram: diálogo está nas páginas amarelas, sob o verbete — um verbetão — "cripi.... cript... criptocomunista", pronuncia finalmente Galil. Honrado por ter conhecido gente tão fina — as boas companhias que mamãe sempre recomendava —, o herói se retira convencido: tem pelo menos um posicionamento. Contra o diálogo, a polícia.

Do outro lado da rua, aproveita deputados que vêm e senadores que vão, para deblaterar contra o diálogo. "Você é um radical, menino, não dê ouvidos ao Zezinho e seu pelotão de fuzilamento", diz-lhe uma voz com sotaque piauiense. "Aproveite a vinda a Brasília para aprender que a solução é a pacificação. Com o diálogo, a redemocratização virá, lenta, gradual e segura, em algum momento dos seis anos do próximo governo".

Quer dizer que a tarefa deste governo terminou?

"Em parte. Agora que passou a reforma do Judiciário e também o divórcio, só falta o planejamento familiar. Estas são as grandes metas para o momento".

Nada mais?

"Nada mais, além de tarefas menores, como fazer calar os radicais. Esta é a minha missão".

E como fazê-lo?

"Simples: a cada reivindicação dos radicais da Arena, cassa-se um radical do MDB. E os radicais da Arena terão de ficar calados. Daí será a plenitude democrática."

Antes mesmo de procurar orientação sobre o que pensa o governo das questões econômicas, Henfil anunciará na Isto É que voltou à oposição. Aderir ao governo é fácil e saudável. Difícil é entendê-lo.

Paulo Totti

"Olha ali o Beckenbauer!"

— O problema é a falta de respeito. Hoje em dia ninguém mais tem medo dos jogadores da Seleção Brasileira.

A frase, dita na última semana de junho, durante um dos treinos da Seleção, é do grande Nilton Santos, lateral-esquerdo, campeão do mundo nas copas 58 e 62. Atualmente, apenas um bem sucedido vendedor de material esportivo, com loja estabelecida em Botafogo, Nilton Santos estava comparando sua época com os novos tempos:

— Antes, nós começávamos a ganhar o jogo antes do seu início, naquele momento de tirar as fotos. Basta observar os times perfilados para ver que eu tenho razão: os jogadores dos outros países estão sempre curvados para a frente, olhando para o lado, com medo e comentando entre si, "olha ali o Pelé, aquele é o Garrincha, veja o Didi". Hoje nós não temos mais nenhum monstro-sagrado e nossos jogadores é que olham para os lados com medo, curvando-se para olhar um Cruyff ou um Beckenbauer, ou mesmo jogadores como esse polonês Lato.

E é verdade. Quando o Brasil jogou em 69 com a Inglaterra — que havia vencido a última Copa do Mundo, três anos antes —, a vitória de 2x1 no Maracanã foi recebida como algo natural, quase uma obrigação. Mas agora, quando o Brasil enfrentou a Alemanha Ocidental — vencedora da última Copa, há três anos —, o empate de 1x1 — conseguido no último minuto — foi saudado com uma alegria incrível. Afinal, a Seleção havia mantido uma invencibilidade de 20 anos no Maracanã. E isso bastava. Os tempos realmente mudaram.

Ninguém se lembrou de dizer que a Seleção Brasileira havia dado uma notória demonstração de incompetência, em relação às suas possibilidades para o Mundial de 78. E depois de oito jogos amistosos — vitórias de 4x2 sobre um combinado carioca, 3x1 contra a seleção da Polônia e 2x0 contra a Escócia, empates de 0x0 contra a Inglaterra e a Iugoslávia, de 1x1 com a Alemanha Ocidental e um combinado paulista, além do jogo com a França — ninguém sabe oficialmente o que está acontecendo.

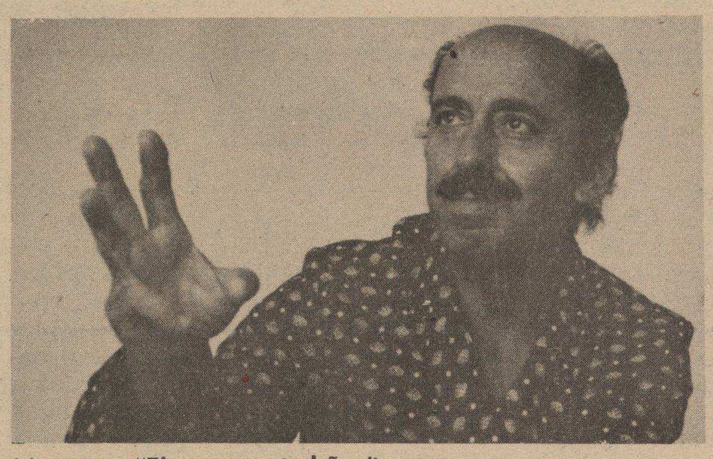
O técnico Cláudio Coutinho não consegue explicar se está mais preocupado com a própria Copa, ou com a fase final de suas eliminatórias sul-americanas, dia 10 com o Peru e a 14 contra a Bolívia, em Cáli. E os jogadores, que não entendem seu fraseado, feito de expressões como "polivalência", "ponto futuro", "funções múltiplas", também não se deram conta da evolução do futebol europeu — até mesmo no aspecto individual. O apoiador Toninho Cerezzo definiu a situação, do alto da sua auto-suficiência:

"Nós somos mais agilidosos" — explicou Toninho Cerezzo.

Então está tudo bem.

Irineu Dickel

O Ali Babá de Florianópolis



Menezes: "Ficaram os ladrões"

Alguns exemplares de "A Verdade": atrevidos

Isolado numa casa da semi-deserta Praia Mole, no litoral catarinense, ele prepara um livro intitulado *Retalhos do Tempo*, uma espécie de memórias onde conta 40 anos da vida política de Santa Catarina. Afastado do jornalismo desde 1960, Manoel de Menezes assina apenas como responsável no expediente do tablóide "Rock, surf e brotos" do seu filho Cacau e de linha bem diferente dos jornais que a família possuiu. O primeiro deles, fundado pelo bisavô Emílio Menezes, chamava-se "A Verdade" e era um jornal político. Menezes Neto, seu avô, dirigiu "O Dia e Noite na década de 40, notabilizado por defender o nazi-fascismo.

Manoel Menezes, por sua vez, foi proprietário e principal repórter do semanário também chamado "A Verdade", editado em Florianópolis de 1952 a 1960, mas que até hoje provoca polêmica à menção de suas escandalosas manchetes. A afirmação "prefeito gatuno", por exemplo, composta em tipo de madeira, era uma das mais freqüentes. E o próprio Manoel Menezes, com 52 anos, hoje reconhece: "O jornal era atrevido, sensacionalista, mas denunciava coisas que jamais seriam citadas". Por exemplo: "Um boi é mais difícil de comprar do que um deputado da nossa assembléia", anunciava o jornal em sua primeira página, provocando a acusação de que Menezes exercia um jornalismo de tonalidade marrom sem similar.

Conta-se em Florianópolis que nos anos 50 o governador Jorge Lacerda teria pago várias vezes para Menezes não publicar um capa que trazia como manchete a revelação "Jorge é grego". Acontece que durante a campanha de eleição de Lacerda, o próprio Menezes havia sido encarregado de conseguir uma parteira de araque que assegurasse ter feito o parto da mãe do candidato a governador em Paranaguá. Na versão do jornalista, na verdade Lacerda tinha nascido na Grécia.

Mas havia outras formas de Menezes conseguir dinheiro de suas vítimas. O jornal circulava às segundas-feiras, no entanto, já na sexta-feira a cidade era inundada por cartazes anunciando as principais manchetes. Assim, o fim de semana encarregava-se de patrocinar apressados apedidos que apareciam segunda-feira contestando a reportagem anunciada nos cartazes. Graças a estas estratégias, "A Verdade" circulou durante oito anos em tranqüila situação financeira. Sua tiragem de 20 mil exemplares semanais, por exemplo permanece até hoje como uma marca recorde nas vendagens de jornais catarinenses. E Manoel Menezes ainda conseguiu eleger-se deputado pela legenda do inexpressivo PSP.

Cassado em 1959 por "falta de decoro parlamentar" e acusado de ter atirado no filho de um delegado, o que lhe valeu 11 dias de cadeia e tempo suficiente para escrever "Das Grades da Penitenciária", livro que vendeu 15 mil exemplares, Manoel Menezes não esmoreceu. Absolvido do processo com a alegação de legítima defesa, do mesmo modo como fora inocentado em 30 processos por crime de imprensa, Menezes continuava freqüentando a principal praça de Florianópolis às segundas-feiras, quando circulava o jornal, cumprindo um estranho ritual: ali geralmente era vítima de grandes surras aplicadas pelos ofendidos personagens das páginas de "A Verdade".

Menezes seria pela segunda vez cassado em 1967. "Segundo me disseram", conta ele, "fui cassado pela simples razão de ser um ex-cassado". Mas como os tempos eram outros não se aventurou a respostas mais ousadas, como quando de sua primeira cassação. Naquela época, ao ter sua palavra cortada na tribuna, Menezes recorreu às páginas do jornal da assembléia, que tinha cassado seu 41º deputado. "Saiu o Ali Babá", disse, "ficaram os 40 ladrões".

Luiz Lanzetta

Como se derruba um técnico da Seleção

A Seleção Brasileira está de novo sob a poeira de uma crise. A propósito do assunto, publicamos trechos do depoimento dado pelo repórter Edson Scatamacchia, do Jornal da Tarde (SP), num debate promovido pelo jornal *Unidade*, do sindicato paulista, sobre o trabalho dos jornalistas junto à Seleção:

Edson Scatamacchia — *Não estamos aqui para julgar o Brandão. Vou apenas relatar o que aconteceu em Bogotá, onde me senti meio perdido, constrangido com tudo o que houve. Desde o primeiro dia, a gente sentia que havia um movimento da imprensa contra o Brandão. Não era muita gente, não. Mas eu ouvia alguns repórteres cariocas — que no Rio o movimento antiBrandão era bem maior — confessarem que nem conheciam o Brandão, mas que queriam que ele saísse do cargo. Ouvia-se, também, que o Coutinho seria o seu sucessor. Por exemplo: eu perdi muito mais tempo checando (confirmando) informações, boatos, sem conseguir me aplicar integralmente ao meu trabalho de crítico. Pois toda noite aparecia uma informação: que Brandão havia brigado com alguém, que havia discutido com o médico. Todo dia havia uma necessidade de checar. Às dez da noite, depois de redigir a última linha, eu era obrigado a sair do meu hotel e ir para o hotel da delegação a fim de checar um boato. Ora, isso acabou prejudicando o trabalho do próprio Brandão, que aliás tinha outros problemas pessoais. Todo dia havia uma convocação nova, um desentendimento novo. E a gente começou a sentir que havia um plano, préestabelecido desde o Rio. Inclusive, alguns repórteres confessaram que existia a determinação do jornal em que trabalhavam, para meter o pau, e não só no caso do Brandão. Um exemplo é o fato de que havia um bom ambiente entre os jogadores, embora isso não tenha sido noticiado. Ao contrário, havia repórteres a fim de perturbar, arrumar uma encrenquinha entre jogadores. Tudo para criar matéria. O que me deixa uma pergunta: será que a necessidade de se redigir 300 linhas por dia, para o jornal, não é um fato a ser questionado. Pois não é todo dia que se pode arrumar uma personagem pra fazer um perfil. E, além desse fato de alguns repórteres cariocas precisarem meter o pau no Brandão, por ordem do jornal, eles também tinham que criar atritos entre os jogadores, pra poder escrever algo sobre a Seleção, principalmente essa Seleção que não tem figuras brilhantes, líderes. A ligação dos jornalistas cariocas com a Comissão Técnica, com a CBD, facilita esse tipo de conduta. O jornalista chega no ouvido de alguém da Comissão e diz, logo de manhã: "Olha, fulano, o Brandão falou tal coisa..." À tarde, isso tinha virado notícia. Foi um negócio muito comum: alguém provocava uma notícia de manhã, pois tinha pauta para cumprir, e, à tarde, como a notícia tinha rodado bastante, era só colher o retorno. Fabricação de notícias, né?*

Pra citar um exemplo: os dois repórteres do Globo tinham uma preocupação só: a de descobrir, especulando com todos da delegação, do massagista ao chefe, se havia algum problema com o Brandão. Eles podiam estar fazendo qualquer matéria, mas no meio tinha que entrar esse detalhe. Um dia, sem querer, vi no telex uma dessas pautas, que dizia, inclusive cobrando: "Cadê a matéria da queda do Brandão?"

Isso antes do jogo, o de Bogotá. Outro detalhe: convocava-se o Carlos Alberto num dia, o Pintinho no outro. A coisa era assim: "Brandão, você vai convocar alguém?" "Não". "E se fulano se machucar?" "Bem, aí, lógico, se alguém se machucar vou ter de convocar alguém". No dia seguinte, a manchete do jornal: "Brandão admite convocar Carlos Alberto". Entende? (...)

Toda manhã ele (Brandão) falava com o Brasil e seus familiares informavam sobre o que traziam os jornais do dia. Havia muita coisa que ele, tinha certeza, não tinha declarado e estava publicado. Um dia ele perdeu o controle e me disse: "Que que eu faço? Dou um murro na cara desse sujeito que publicou essa mentira?"

(...) o que penso é que no Brasil dez ou vinte milhões de leitores queriam saber o que se passava com a Seleção. Mas essas informações eram filtradas por três ou quatro jornalistas que tinham uma diretriz, que tinham objetivos (...) (...) esse pessoal voltava para o hotel e escrevia 300 linhas sem ter falado com o Brandão.

Pró-tudo versus Pró-Brejo

O economista Élio Falcão Vieira, num artigo na Zero Hora (ZH, 25/6/77) organizou uma lista (incompleta) dos projetos e programas criados pelo governo para estimular os vários setores e áreas econômicas. Diz ele: "Somente com a letra *P* foram relacionados os seguintes instrumentos creditícios: Papai, Pafut, Pecob, Pecro, Pesac, Planasa, Planhap. Plasen, PNCS, POC, Poloamazonia, Polobrasilia, Polocentro, Proagro, Proalcool, Proareas, Probor, Procal, Precenso, Prodegan, Prodemata, Prodenor, Prodepan, Prodepe, Propec, Prodepo, Prodeser, Prodoeste, Proemat, Proene, Proesc, Profert, Profertil, Profit, Projeto Sertanejo, Proemp, Pronap, Pronazem, Propasto, Prosem, Proterra, Provale, Pipimor, etc."

Vieira ainda adverte que "se tentarmos em outras letras do alfabeto", o número de siglas atinge as proporções de uma babel capaz de confundir não apenas os empresários, mas os próprios administradores públicos. Para o economista, essa exuberância de projetos choca-se com a exigüidade dos recursos do país e com a própria capacidade da burocracia oficial de avaliar os resultados desses programas.

Já o presidente do Sindicato Rural de Cruz Alta, Antonio Dias da Costa, analisando a política do governo para o setor agrícola afirma que o "único que tem funcionado até agora é o Pró-Brejo — Programa que manda a Agropecuária para o Brejo".

O leitor pergunta: para que escola de Jornalismo?

"Aos bravos amigos do Coojornal, o pangaré da imprensa nanica do Sul, a que não faltam a espora da crítica, o chicote da verdade e a coragem do peão já morto..."

Pelo que se lê, pelo que se sabe, pelo que se vê e pelo que se pressente, pergunto ao caro leitor-assinante: para que escola de jornalismo? Para quê? Quando grandes jornais reduzem o número de redatores, demitem editores, nivelam diagramadores a faxineiros, melhor seria que não mais se preparasse, em nossas muitas faculdades de Comunicação, pobres vítimas que passarão a vida na masmorra das redações do interior, porque as das grandes cidades já não lhes comporta o peso.

Não é uma falta de respeito a tantos jovens ao lhes tomarmos o dinheiro, dando em troca, após anos de curso, um emprego miserável num jornal de Xapuri, no Acre? Por que tanto desrespeito? Dias virão, creio sem ser profeta, que haverá mais jornalistas, comunicadores no Brasil do que advogados, já que esses últimos passaram a desaconselhar seus filhos e amigos a que seguissem a carreira que abraçaram noutra conjuntura, noutro mundo.

Não creio que um Carlos Chagas, um Freitas Nobre, um Audálio Dantas, um Assis Hoffmann, entre centenas de outros, mandassem seus filhos para uma escola de Comunicação, preparando-os de maneira incerta para um futuro menos incerto, pelos muitos aspectos que envolvem a carreira jornalística: cadeia, censura, salários baixos, insegurança empregatícia, flutuações mil e crises aos milhões.

Por que não se evita que tantos jovens, após o curso, sejam postos à margem do mercado de trabalho, dirigindo-os para outras faculdades? Por que não lhes dizem que jornalismo, nesta hora, mais do que antes, é martítio, é luta para pai d'égua, para uns poucos que querem se expor e, às vezes, deixar o nome na história a ferro e fogo? Por quê? É muito perigoso brincar de "jornalista" com tanta gente. O mercado de trabalho não absorve nem dez por cento das muitas rotativas acadêmicas que, a cada ano, produzem centenas de comunicólogos que, à força, vão para outros campos, arranjando-se por lá como Deus na sua bondade o desejar.

Não adianta proteger o jornalista do batente, o formado, o provisionado, quando não se pode dar-lhe condições de trabalho. A CLT na sua simplicidade, sabemos todos, pode pôr na rua o mais notável dos jornalistas, o melhor dos escribas. Já não existe o tempo de casa; valha-se quem puder com o FGTS. Um jornalista na rua, além de perambular para arranjar outro santo, é um jornalista desprestigiado, chateado. Mas, muito pior, é o recém-formado, ainda cheio de ilusões, de romantismos acadêmicos, de idealismo, que é obrigado a aviltar-se para arranjar um salário de faxineiro de bordel do interior da Paraíba!

Temo, repito, pela sorte dos jovens de nossas faculdades de Comunicação. O mercado não está crescendo como se propala, os grandes jornais demitem sempre que possível e, às vezes, que impossível. Aos meus amigos vestibulandos, sempre que posso, lhes digo: façam tudo, menos jornalismo. Não tenham o sonho de viver entre Tóquio e Paris porque isso não existe. O Time, o L'Express, e a tupiniquim Veja, são exceções à regra. O mais tem que penar nas redações.

Sejam felizes, mas não sonhem, meus bons amigos.

Do brasileiro índio-português

Jorge Baleeiro de Lacerda

Para o homossexual, a bichinha e o travesti

Guei, em português mesmo, é o título da coluna *gay* que a dona da boate *266 West* e da sauna Termas Flamengo, Glorinha Pereira, mantém semanalmente no *Correio de Copacabana*, um jornal de bairro que quase dobrou sua circulação depois que passou a falar do nascente movimento *gay* carioca.

Com notas leves, onde divulga pequenas confidências ouvidas no dia-a-dia de seu trabalho junto aos homossexuais, e também notas maiores, informando sobre as conquistas dessa ampla comunidade em todo o mundo, Glorinha faz esse tipo de jornalismo com características muito especiais, mas com um público muito numeroso, como comprovam os mapas de venda.

"Sou uma mulher-mulher, assumida no mundo *gay*", ela se classifica. "Há 16 anos estou no meio deles. Fui manequim, depois relações-públicas de boates cariocas e, finalmente, dona de uma sauna muito freqüentada, inclusive por homossexuais, como todas as saunas. Há um mês abri a boate, onde o homossexual não é discriminado, onde ele fica à vontade". "Acho que o homossexualismo é um ponto de vista, como é o machismo, o feminismo, o lesbianismo, etc.".

A convite dos diretores do Correio de Copacabana, ela escreve há alguns meses a coluna especializada, mantendo um critério duplo para identificar os colunáveis. São usadas apenas iniciais ou nomes de guerra — ou reais, quando são homossexuais *assumidos*.

"Acho que o que falta no Brasil é uma compreensão maior em relação aos homossexuais", diz Glorinha. "É muito duro ser minoria sexual em uma terra onde se discrimina quase tudo. Minha coluna tem o objetivo de integrar o movimento, mostrar aos *caretas* que o homossexual também é gente".

Os homossexuais não assumirem seu sexo é o grande problema *gay*, lembra Glorinha. "Por isto as colunas sobre o movimento têm que sair em jornais neutros. São poucos os homossexuais que têm coragem de ir a uma banca de jornais e comprar um jornal feito especificamente para eles. São poucos os que põem a baiana e saem batendo as tamancas por aí. A repressão é muito grande".

"Muita gente pergunta por que um jornal de bairro, um jornal que entra na casa das famílias, tem uma coluna *gay*. Eu respondo que Copacabana é um mundo. O maior bairro do país. Da mesma forma que a *Última Hora*, de São Paulo, é um jornal que aceita esse tipo de colaboração. Não discrimina".

"Minha coluna surgiu por acaso. Foi um convite dos diretores do Correio. Eu nunca tinha lido a coluna paulista. Depois de ter escrito quatro semanas, um amigo de São Paulo me mandou o jornal de lá. Acho minha coluna mais real, mais autêntica. Não fico apenas noticiando datas de shows ou desfiles. Falo da vida do artista homossexual, do dono de empresa, da *bichinha*, do travesti".

Muckers: a revolta vai ao cinema

A revolta dos Muckers, um fato histórico importante ocorrido no Rio Grande do Sul porém pouco conhecido, vai ser tema de um filme em que os atores principais serão Paulo César Pereio e o gaúcho José Lewgoy.

Os mesmos produtores de *Iracema* (o filme que por ter sido revelado em laboratório do exterior até hoje não recebeu o certificado de exibição obrigatório em cinemas brasileiros), Jorge Bodansky e Wolf Gauer são os idealizadores de *Os Muckers*. Já no final de julho irão a Porto Alegre para fazer os últimos preparativos das filmagens que custarão Cr$ 3 milhões.

A revolta dos Muckers aconteceu no século passado por motivações religiosas. A personagem central, Jacobina Mendes, uma descendente da primeira geração de imigrantes alemães, é uma pessoa simples e analfabeta. Em torno dela acontecem fatos de características sociais muito fortes que recebem adesão popular significante.

Por problemas políticos, os adeptos são todos mortos por outros colonos e por tropas regulares do Exército, deixando marcas profundas e violentas nos habitantes da região. Os principais motivos da revolta foram a pobreza, o isolamento e a ignorância da população.

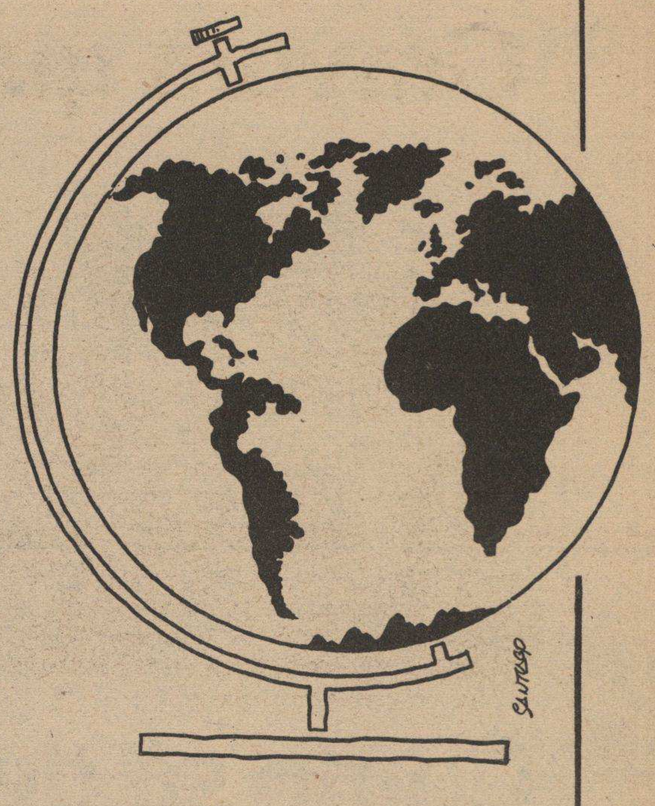
Bodansky classifica este acontecimento como "o Canudos do sul" e acha que por ter sido historicamente mal relatado para as gerações posteriores, chegou a hora "de tirar os Muckers desse clima de fantasma que os envolve e mostrá-los como gente".

O filme será rodado em locais autênticos — nas proximidades da bucólica Sapiranga, pequena cidade a 50 quilômetros de Porto Alegre — e, afora Pereio, os atores serão amadores e profissionais gaúchos. Na busca de autenticidade, Bodanski pretende utilizar a fala característica das pessoas daquela região.

A exemplo de *Iracema,* este filme será feito através de um acordo entre a Embrafilme e o governo alemão. Deve ficar pronto até setembro e já tem exibição marcada na Alemanha.

Antonio Mafra

Imprensa estrangeira leva seus homens embora



Os correspondentes estrangeiros estão abandonando a América Latina e, principalmente, o Brasil. Para eles, depois do "milagre econômico", nada mais aconteceu e o país perdeu lugar para Cuba e Panamá, onde a política é bem mais quente. Além disso, os entraves burocráticos e a dimensão do Brasil, que, praticamente, tem três capitais (São Paulo, Rio e Brasília) conseguiram desanimar os últimos jornalistas internacionais. O inglês David White, que respondia pelos jornais Financial Times e Sunday Times mais a revista The Economist, afirma que aqui o dinheiro é sempre curto para se ter mobilidade e realizar boas reportagens. Os norte-americanos e ingleses acreditam que é bem melhor investir na África, onde vários países foram antigas colônias britânicas e as lutas raciais estão fervilhando. Bruce Handler, do Washington Post e da revista Newsweek que está deixando o Brasil, dá a seguir o seu depoimento:

"A grande imprensa internacional está perdendo seu interesse pelo Brasil. Por vários motivos, muitos correspondentes estrangeiros já deixaram o país e não foram substituídos.

Agora eu também vou embora e não virá ninguém para tomar o meu lugar. Em meu caso, a cobertura do Brasil, por parte do Washington Post e da Revista Newsweek, passará a ser feita pelos respectivos chefes dos dois órgãos para a América Latina, ambos baseados em Buenos Aires. Esses dois jornalistas virão ao Brasil, sim, mas só ocasionalmente, quando houver alguma coisa que lhes chame a atenção ou que desperte o interesse de algum editor, em Washington ou Nova York.

Assim, o Brasil não vai ser abandonado. Mas perderá a cobertura tipo "dia-a-dia", que era feita por um correspondente que conhece bem o país e que fala a sua língua. Isso tornará bem mais difícil a possibilidade de aparecerem no Post e no Newsweek artigos sobre a vida brasileira, o povo brasileiro e "coisas" brasileiras, que derrubam estereótipos e preconceitos e mostram o país ao leitor estrangeiro como ele realmente é.

Por que essa fuga de correspondentes estrangeiros? A verdade é, que numa época de contenção de despesas na imprensa americana, como a atual, poucos jornais podem dar-se ao luxo de manter um correspondente num país de importância secundaria, como o Brasil. Os jornais americanos estão dedicando mais espaço do que nunca ao noticiário local, doméstico, norte-americano e o pouco espaço que resta para o noticiário internacional é tomado por matérias procedentes de áreas onde há verdadeiros interesses estratégicos norte-americanos, como a Otan, o Japão e a União Soviética — ou onde estão acontecendo coisas de grande repercussão e relevância — como na África do Sul, Oriente Médio, etc.

O quadro político brasileiro não apresenta, aparentemente, nenhuma novidade para um futuro próximo. Nem o econômico. Nem o social. Enfim, a story brasileira, simplesmente (infelizmente, para mim) não é bastante importante para concorrer com matérias de outras partes do mundo, pelo espaço limitado e fortemente disputado, das páginas dos jornais e revistas norte-americanos.

Apesar do que muitos possam pensar, as barreiras internas à atuação da imprensa no Brasil não são a causa desse êxodo de correspondentes estrangeiros. Em primeiro lugar, não há censura aos correspondentes estrangeiros no Brasil. Repito, não há censura. É verdade que o acesso às fontes de informação no Brasil é, às vezes, bastante difícil, mas a maioria dos correspondentes estrangeiros, aqui radicados, atribui isso a problemas normais da América Latina, do Terceiro Mundo, etc. O mesmo se diz respeito a aborrecimentos com a Alfândega, maus telefones, preços absurdos, despachantes, etc. *São coisas que o correspondente já sabe que tem de enfrentar, desde o momento em que aceita trabalhar no Brasil.*

Eis um pequeno relatório dos correspondentes que deixaram o Brasil nos últimos meses: Richard O'Mara, do Baltimore Sun *(escritório, no Rio, definitivamente fechado). Leonard Greenwood, do* Los Angeles Times *(escritório, no Rio, definitivamente fechado). Charles Vanhecke, do Le Monde (escritório, no Rio, definitivamente fechado). Bruce Handler, do* Washington Post *e revista* Newsweek *(escritório, no Rio, definitivamente fechado). Barry Hillenbrand, da revista* Time *(vai embora e não será substituído).*

Creio que um ou dois outros correspondentes, principalmente europeus, tenham ido embora, também, mas não tenho certeza.

Na coluna 2, *o Brasil ganhou um correspondente. Ernest McCrary, chefe para a América Latina da McGraw-Hill, editora da revista Business Week. Ele transferiu seu escritório de Buenos Aires para São Paulo, devido aos problemas políticos na Argentina e ao surgimento de São Paulo como grande centro regional de negócios. Mas, em compensação, o novo chefe para a América Latina da importante cadeia de* rádio e tevê, CBS, David Dow, acaba de *montar um escritório. Ele optou por Buenos Aires como sede. Primeiro, queria estabelecer-se no Rio de Janeiro, mas desistiu em face de incríveis aborrecimentos burocráticos criados aqui.*

MENSAGEM AOS COOPERATIVISTAS GAÚCHOS

No transcurso de mais este Dia Internacional do Cooperativismo, é oportuno lembrar que a tarefa a que se propõe o movimento, dentro do binômio "ascensão social através do progresso econômico", ainda não está terminada.

A conquista de nossos objetivos somente será alcançada na medida em que acumularmos experiências, eliminarmos as formas empíricas e integrarmos nossos esforços, em torno da causa comum.

Comemora-se nesta data, 02 de julho de 1977, o 55º DIA INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO.

É a hora propícia para que todos quantos participam do movimento cooperativista, examinem com atenção o alto significado das atividades desenvolvidas pelas empresas integradas ao sistema, que têm como principal objetivo, alcançar a evolução sócio-econômica da comunidade em que vivem seus associados e por extensão, ao próprio País.

SALVE 2 DE JULHO DE 1977.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — OCERGS

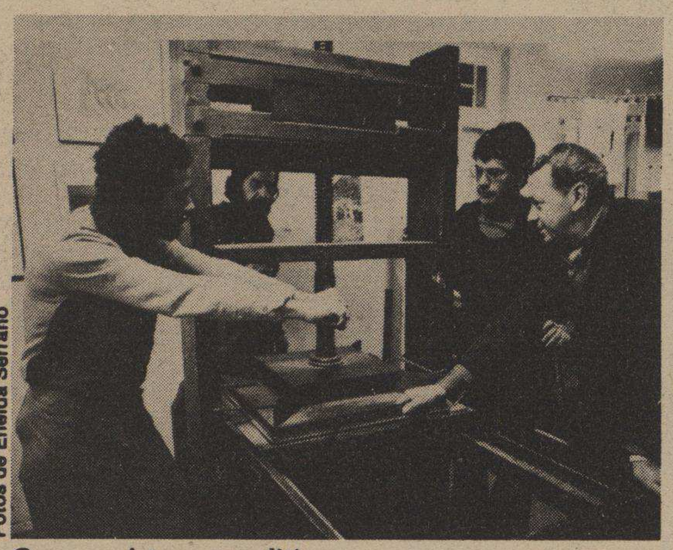
Seno Dreyer
Presidente

AQUI VOCÊ COMPRA COOJORNAL

RIO DE JANEIRO

Nas bancas da
Av. Presidente Vargas
Av. Rio Branco
Copacabana
Ipanema
Leblon
Aeroportos

Gravura quer seu lugar



Fotos de Eneida Serrano

Os gravuristas: sem elitismo

"Ladrão de Laranjas", de Anestor Tavares

Existe um mercado profissional para o trabalho conjunto do artista plástico e do literato? Para Anestor Tavares, 56 anos, Armando Almeida, de 38, Luiz Brasil, de 34, Paulo Peres, de 42, e Jair Dias, de 29, os autores do álbum *Cinco Gravadores,* cuja apresentação foi entregue ao romancista e jornalista Josué Guimarães (A Ferro e Fogo), não há dúvidas que existe. Exatamente por isso, no último dia 30 de junho, seu álbum com uma tiragem de 100 cópias e cinco gravuras, foi lançado, ao preço de Cr$ 1.200,00, no mercado porto-alegrense. Trata-se, segundo os gravadores, do primeiro passo para aproximar os dois profissionais em trabalhos conjuntos.

"Não temos pretensão de criar um grupo fechado", assegura Brasil. "Ao contrário, apenas recomeçamos o que há 17 anos o Atelier Livre da Prefeitura vem pretendendo fazer para aproximar todas as expressões de cultura. Pela falta de participação do artista e também pela desinformação do escritor, muitos erros são cometidos. Um deles é acreditar que somos elitistas. Outro é achar que basta entender uma poesia para saber fazer uma boa capa ou boas ilustrações para um livro. Tem que ser artista gráfico, saber expressar graficamente as emoções. Mas é comum se ver escritores entregar ilustrações de seus trabalhos para amigos e conhecidos que são apenas curiosos". O desejo dos gravadores é de que a situação tenha começado a mudar no dia 30.

"Ninguém ouve a água pela água", de Paulo Peres

Angélica Moraes

Dezesseis na lista negra da Igreja

Dezesseis deputados federais gaúchos estão na lista negra da Igreja, feita por recomendação do secretário geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, com base na votação sobre o divórcio. "Devemos confrontar suas posições por ocasião das campanhas eleitorais", disse D. Ivo. Importante cabo eleitoral nas eleições gaúchas (responsável por duas eleições de Ildo Meneghetti a governador, uma delas contra Leonel Brizola), a Igreja tem poucas cabeças sobre quem derramar suas bênçãos eleitorais entre os parlamentares do Sul. No Senado ela foi vitoriosa: Daniel Krieger, Tarso Dutra e Paulo Brossard votaram contra o divórcio. Mas, na Câmara, o placar ficou assim:

	SIM	AUSENTES	NÃO
Rio Grande do Sul 16 x 13	Alceu Collares (MDB) Aldo Fagundes (MDB) Aluízio Paraguassu (MDB) Célio M. Fernandes (Arena) Eloy Lenzi (MDB) Getúlio Dias (MDB) Harry Sauer (MDB) João Gilberto (MDB) Jorge Uequed (MDB) Lauro Leitão (Arena) Lauro Rodrigues (MDB) Lidovino Fanton (MDB) Nunes Leal (Arena) Odacir Klein (MDB) Rosa Flores (MDB) Vasco Amaro (Arena)	Alberto Hoffman (Arena) Alexandre Machado (Arena) Arlindo Kunzler (Arena) Augusto Trein (Arena) Carlos Santos (MDB) Cid Furtado (Arena) Fernando Gonçalves (Arena) Jairo Brum (MDB) José Mandelli (MDB) Magnus Guimarães (MDB) Mario Mondinho (Arena) Nelson Marchezan (Arena) Norberto Schimidt (Arena)	Antonio Bresolim (MDB)

Um jornal mineiro, de jornalistas, que depende do leitor.

Nome _____

Profissão _____ Idade _____

Endereço _____

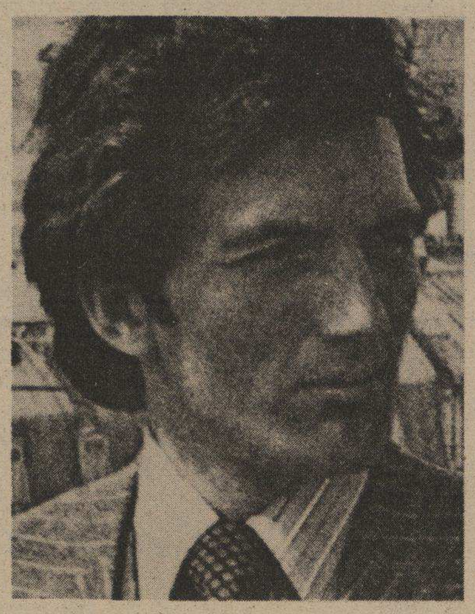
Cidade _____ Estado _____

CEP _____

O interessado deve enviar pelo correio o cheque nominal ao Jornal DE FATO — Avenida do Contorno 2399 — fundos — Floresta — B.H. — CEP-30 000

Assinatura anual
$ 60,00
Com números atrasados
$ 120,00

Se o produto ou serviço que a sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs do dia.



A emissora dos executivos, profissionais liberais e mulheres de alto poder aquisitivo.

RÁDIO UNIVERSAL FM STEREO

REDE RIOGRANDENSE DE EMISSORAS

Drama de Caxias, uma cidade rica: como conter a pobreza que avança?

Empregos de Cr$ 1.500,00 e 30 mil favelados

Qual a cidade do interior brasileiro que não gostaria de ser personagem de uma reportagem de 20 páginas a cores numa revista de circulação nacional? Pois a oferta que qualquer outro prefeito se disporia inclusive a pagar para ver está preocupando Caxias do Sul.

"Não queremos mais nem uma palavra sobre nossa cidade", exclamaram amedrontadas as autoridades da segunda cidade do estado em importância. O que assusta autoridades, empresários e seus habitantes mais bem situados é o incrível fluxo migratório da região colonial italiana que, atraído pela riqueza da cidade traz diariamente de seis a oito famílias a Caxias, localizada a 132 quilômetros de Porto Alegre.

Caxias acha que já está pagando caro demais pelo crescimento — é a segunda em arrecadação do ICM no Rio Grande (33 milhões) e seus 200 mil habitantes (a população dobrou em 12 anos) tem a maior renda per capita do país: 1.400 dólares. A riqueza só atrai mais gente, como diz pessimista o secretário do Trabalho e Ação Social, Leopoldo Claus:

— As rádios divulgam ofertas de emprego a Cr$ 1.500,00 e as famílias de Bom Jesus, Antonio Prado, Cambará, Farroupilha, São Francisco de Paula, Bento Gonçalves e até mesmo do sul de Santa Catarina arrumam suas trouxas e se mandam para cá.

Os problemas ligados à marginalização vêm então ao natural; uma comissão de vereadores está convocando autoridades à procura de soluções. O coronel Riograndino de Menezes Bonilla, comandante da Brigada Militar, deu duas mirabolantes contribuições: primeiro, mandar embora todas as pessoas que chegam na cidade sem emprego; segundo, organizar uma Operação Arrastão nos bairros para deter todos os que não estivessem trabalhando a partir das 11 da manhã.

Evidente que não é bem assim. O já chamado *Cinturão da Miséria,* as favelas que abrigam 30 mil moradores espremidos entre o centro urbano e a zona rural, tem problemas mais complexos como o assustador aumento de criminalidade.

A Prefeitura queixa-se de sua situação delicada — está quase falida numa cidade extremamente rica. "Temos de pagar Cr$ 82 milhões em terrenos e bens desapropriados", diz Clóvis Drago, o vice-preteito (MDB). A gestão anterior deixou uma dívida de Cr$ 4 milhões para o pagamento de 2.200 funcionários municipais que se somarão a mais de Cr$ 58 milhões até o fim do ano. Para tudo isto, o orçamento é de Cr$ 132 milhões. "Assim, alguns secretários menos compreensivos e mais afoitos estão abandonando seus cargos", desabafa Drago, ao se referir às demissões dos secretários de Educação, Viação e Obras Públicas e Transportes. É, realmente, um rojão difícil de segurar.

Sensacional! Redator cabeleireiro trabalha de graça em Santa Maria.

Uma estranha febre de demissões varre as redações das rádios e jornais de Santa Maria. Por exemplo: só na Rádio Medianeira, que pertence à Igreja Católica, foram despedidos cinco jornalistas de uma só tacada. enquanto no jornal A Razão outros estão ameaçados de perder o emprego. Em meio a esse panorama assustador que ameaça estrangular ainda mais o já asfixiado mercado jornalístico local, a aparição do mais novo cronista social citadino não deixa de causar estranheza. Pois, antes de mais nada, o colunista social do jornal A Razão, dos Diários Associados, Oy Pavão da Silva, 27 anos, não é jornalista. Mas é há 11 anos, cabeleireiro profissional.

Convidado pela editora-chefe do jornal, Priscila Lemos, para iniciar suas atividades jornalísticas no fim do ano passado, Oy recusou. "Estava transando outras badalações, andava ocupadíssimo". Há dois meses, novamente convidado, não resistiu e começou, escrevendo à mão, à noite, em seu salão de beleza, a mandar suas crônicas para as páginas de A Razão. Desde então, segundo ele, a tiragem do jornal "começou a voar, com um monte de gente deslumbrada querendo fazer assinaturas". Evidentemente sua clientela também aumentou, já que é das fofocas obtidas em seu salão que Oy retira a sua matéria-prima jornalística. Com todo esse prestígio, Oy só tem uma queixa. "O salário é uma vergonha, não chega a mil cruzeiros e está atrasado há dois meses". E nenhuma culpa na consciência: "Os estudantes de Comunicação não gostam de crônica social. Portanto, Deus me livre de estar tirando o lugar de alguém".

Ariosto Teixeira

Como nos tempos de Felipe

Com a simples portaria que recentemente determinou censura prévia às publicações vindas do exterior, o Brasil de 1977 aproximou-se do saber jurídico do monarca Felipe III, Rei de Portugal, que em 1634, sem saber que teria seguidores no futuro, decretava: "Porquanto nos livros que vêm de fora e se metem neste reino, vêm algumas vezes coisas mal soantes è contra a autoridade e respeito que se lhe deve, se assentou em meza que se não desse licença para se tirarem da alfândega livros novos sem mandarem ver (censura); na forma que se faz com os que se imprimem de novo".

Pouco antes o arcebispo de Lisboa, que acumulava o cargo de inquisidor geral, ordenava que quando se fizessem os autos da fé onde havia a "santa inquisição", "se queimem publicamente todos os livros proibidos" para que se entendesse "com quanta razão se deve evitar e fugir da lição deles". Era uma época em que até os livros dos membros do corpo diplomático passavam pelo crivo dos censores, e para reavê-los era necessário fazer uma petição ao rei. Quem viajasse, tanto em Portugal como Espanha, com livros para as colônias, Brasil incluído, necessitava de uma licença especial.

Ontem, como hoje, as razões da censura prévia aos livros, jornais e revistas editados no país ou no exterior são idênticas. As regras do "index expurgatório" utilizado em 1768 em Portugal e colônias para censurar impressos, aparentemente forneceram a matéria-prima para o decreto-lei-1077 (período Médici/Buzaid), no qual o ministro Armando Falcão se baseou para "proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade". Numa outra lei, a de imprensa (também pós-64) o governo se escudou na mesma portaria para censurar o que ele considera contrário "à ordem pública".

A sexta regra do "index expurgatório" proibia os livros "que contiverem obscenidades e torpezas que possam corromper a pureza dos costumes e escandalizar a

honestidade das pessoas modestas e pias". Também eram visados "os livros e papéis sediciosos que contenham sugestões de que se siga perturbação do estado político e civil" e que desprezassem "os justos e prudentes ditames dos direitos divino, natural e das gentes".

Mas apesar de toda esta intolerância própria do despotismo, não faltaram humildes autocríticas por parte dos reis e rainhas que se arvoraram em legisladores. Assim, em 1768 dom José "por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além mar etc", reconhecia ao criar um novo órgão censório que a censura antes aplicada conseguiu "desterrar desta monarquia toda a boa e sã literatura, precipitando todos os vassalos de Portugal no inculpável e necessário idiotismo, em que forçosamente vieram a cair". A já preocupante "imagem no exterior" era outra motivação para mudança de critérios, pois não faltaram "as severas críticas que as nações mais polidas e cultas da Europa têm feito (...) com a causa dos erros e injustiças dos censores".

Surpreendentemente liberal em comparação a monarcas mais modernos, dona Maria, chamada A Louca, Rainha de Portugal, admitia em 1794 recurso dos autores contra a censura "porque é justo e conforme o direito,que cada um seja ouvido sobre a censura que se faz nas suas obras".

Somente em 1808 o Brasil conseguiu ter uma tipografia sem a repressão do Estado. Explica-se: era a imprensa oficial — impressão régia — criada por dom João que, sempre vigilante, não se esqueceu de atribuir à sua direção a responsabilidade de "examinar os papéis e livros que se mandarem imprimir, e de vigiar que nada se imprima contra a religião, governo e bons costumes". Isso em maio. Cinco meses depois era reiterada a proibição de entrada de livros e impressos no país sem o visto dos censores.

A polícia faz sua primeira aparição no Brasil como censora no mesmo ano de 1808, proibindo "os avisos e notícias impressos que se afixam ao público acerca de livros e obras estrangeiras, que se procuram divulgar muitas vezes sem procurarem a aprovação das autoridades". Os jornais feitos longe das benesses governamentais foram proibidos de entrar no país, como os editados em Londres (por razões óbvias). O Correio Braziliense, "assim como todos os demais escritos do seu furioso e malévolo autor", dirigido por Hipólito da Costa — hoje patrono da imprensa brasileira — foi o primeiro deles.

O país ficou independente, tornou-se uma república e ultimamente tem optado por um modelo brasileiro capaz de, magicamente, torná-lo uma ilha de tranqüilidade em meio a um mundo conturbado. Apesar de não se poder mais abrir a janela para o mundo — conselho presidencial — e fazer esta comparação, devido à portaria de 25 de maio de 1977.

Paolo Marconi

Nota de Redação — Estatística divulgada pelo Jornal do Brasil no mês passado informava que 352 livros estão proibidos no Brasil e que milhões de exemplares dessas edições foram queimados em Brasília.

na festa da aprovação
QUENTÃO, PIPOCA & PINHÃO

COM O URBS VOCÊ CHEGA LÁ

URBS
Salgado Filho, 359

PRÉ - VESTIBULAR E SUPLETIVO

Traças e ladrões atacam no Museu

A imprensa gaúcha está comemorando 150 anos (o *Diário de Porto Alegre*, primeiro periódico, é de 1827) mas a cada dia sua memória enfraquece. Pelo menos 396 jornais, inclusive o próprio *Diário* pioneiro, desapareceram do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, criado há três anos justamente para preservar as publicações surgidas neste século e meio.

O problema crônico é a falta de verbas — o Museu não tem recursos nem para tapar as goteiras do velho prédio onde está, na Rua dos Andradas com Caldas Júnior, que já foi sede do jornal republicano *A Federação*.

Mas a desatenção e talvez até irresponsabilidade também devem ser lembradas. Pois os 396 jornais ausentes *se perderam* em 1974, com uma mudança: neste ano foi criado o Museu, e os jornais transferidos do Arquivo Histórico do Estado para a sede atual, uma distância inferior a dois quilômetros. (Leia carta na página 2).

"Os desaparecimentos atingiram um ponto tal que não dava para deixar passar em brancas nuvens", confessou a diretora do Museu, Lígia Tricot. Por isto, há um inquérito na SEC para apurar o que foi feito com uma coleção inteira do *Diário de Porto Alegre*. Desapareceram 292 edições do *Diário* — e o único exemplar que restou, de número 91, não é o original.

Outros exemplares importantes desaparecidos são de *O Taquariense*, da cidade de Taquari, o jornal mais antigo em circulação no Estado. Foram doados pelo jornalista João Batista Marçal, atual editor de Polícia do *Diário de Notícias*.

A tendência é de os jornais continuarem desaparecendo — misteriosamente ou pela ação do tempo. O Museu não tem verbas para qualquer reparo. O único trabalho neste sentido foi feito no ano passado, quando o professor Jaime de Castro foi contratado para restaurar uma série de jornais, entre eles *O Século*, que estavam comidos pelas traças.

A Secretaria de Educação e Cultura não foi consultada previamente sobre o trabalho, para a autorização de verbas, e o professor continua esperando até hoje para receber pelo menos parte dos 330 mil cruzeiros que cobrou pela restauração. Até o Conselho Federal de Educação negou verbas no ano passado com a promessa de que elas sairiam este ano. Até agora, no entanto, não veio um tostão.

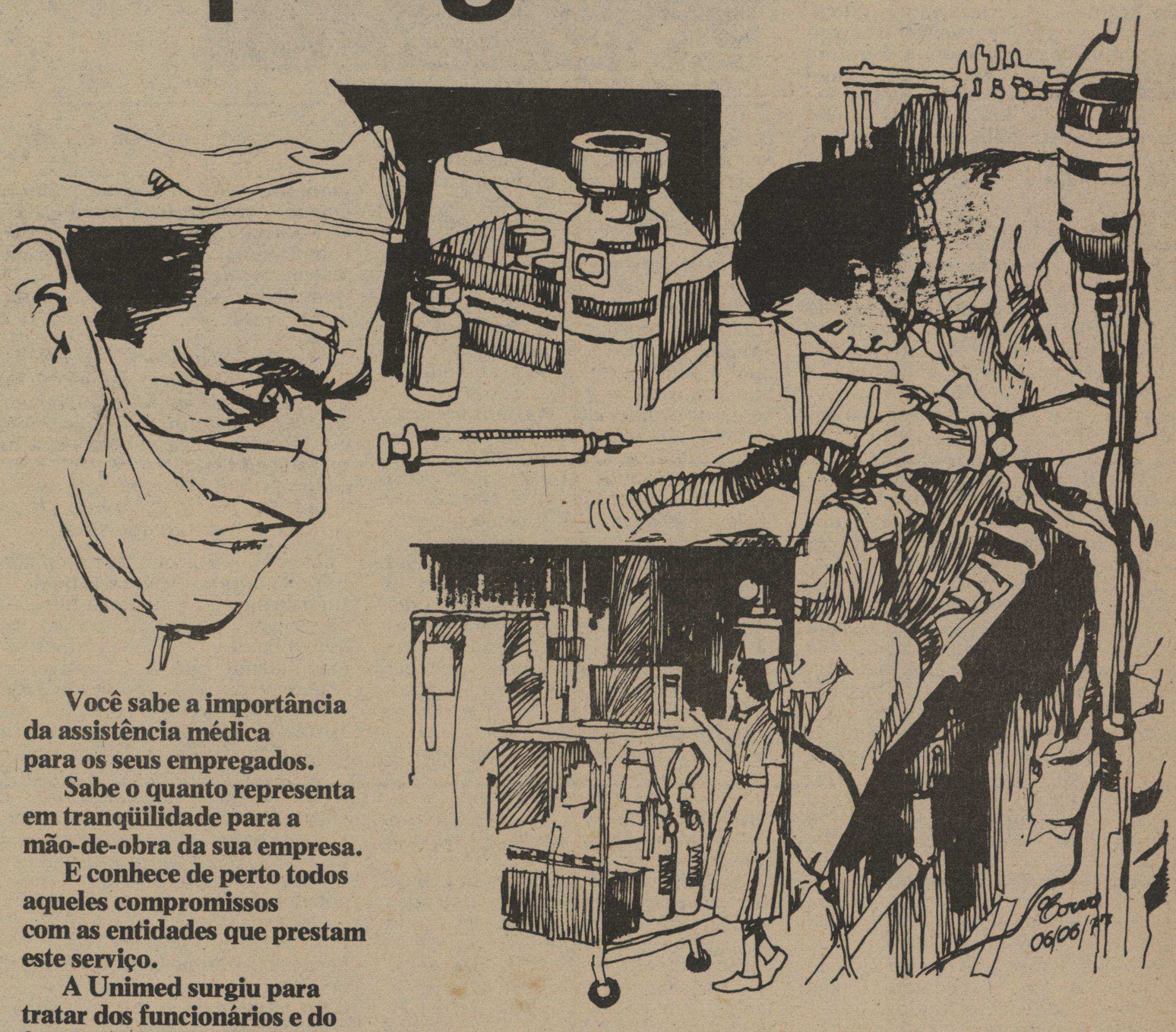
Há ainda outra chance: pode ser que o Museu ganhe uma ajuda do Fundo de Assistência Social — aquele que geralmente dá dinheiro para modernização ou construção de hotéis preterindo hospitais — da Caixa Econômica Federal. O Museu pediu Cr$ 2 milhões para reformar o antigo prédio da Federação, construído no século passado. Isto vai solucionar o problema das goteiras e da falta de espaço. A restauração dos jornais vai continuar esperando.

Najar Tubino

A honra continua defendida

Enviando mensagem de cumprimentos à imprensa gaúcha pelo transcurso de seus 150 anos de existência, a Associação Brasileira de Imprensa lembrou que o *Diário de Porto Alegre*, nascido a 1º de junho de 1827, desencadeou um processo de criação de inúmeros órgãos, todos voltados para a defesa da sociedade da época. Segundo a ABI, não foi por acaso que já nos próprios títulos "essas publicações denunciavam seu compromisso com os interesses sociais, como nos casos de *O Amigo do Homem e da Pátria*, de 1829, de *Sentinela da Liberdade*, de 1830, e de *Correio da Liberdade*, de 1831". A honra dessas raízes, diz a ABI, continua sendo defendida "seja através do octogenário e sempre jovem *Correio do Povo*, seja através da imprensa alternativa em que os gaúchos, como no exemplo do **Coojornal**, mostram-se pioneiros no esforço de criar formas de informar e opinar, como dignos herdeiros do Diário de Porto Alegre".

Contrate 500 especialistas para cuidar da saúde de seus empregados



Você sabe a importância da assistência médica para os seus empregados.

Sabe o quanto representa em tranqüilidade para a mão-de-obra da sua empresa.

E conhece de perto todos aqueles compromissos com as entidades que prestam este serviço.

A Unimed surgiu para tratar dos funcionários e do funcionamento da assistência.

A Unimed é uma cooperativa de saúde. Significa serviços médicos e relacionamento direto com os profissionais.

São 500 especialistas à disposição de quem é beneficiário por convênio.

Conte com a Unimed.

É saúde para os seus empregados e descanso para sua empresa.

Viaje tranqüilo

O convênio com a UNIMED/PA garante o atendimento pelo beneficiário em trânsito por qualquer médico filiado às outras UNIMEDs do País, mediante a simples apresentação da carteira. Isto significa, por exemplo, que só no Rio Grande do Sul há 1.500 médicos à disposição de seus funcionários.

SEDE
Rua Santa Terezinha, 345
Fone 31-1162

unimed
PORTO ALEGRE
Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares Ltda.

Um bispo no império do 38

Entrevista com D. Pedro Casaldáliga, bispo onde o revólver ainda faz a lei

As principais acusações: ser comunista e envolver-se somente em problemas terrenos. "Pela força da própria Encarnação, nada humano é alheio a Cristo e nada humano deve ser alheio ao povo de Sua Igreja", responde dom Pedro Casadáliga, o bispo catalão de São Félix do Araguaia. No mês passado ele esteve em Brasília, onde depôs na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre problemas de terras. Sentado no chão, sem a gravata que pediu emprestada para ir falar aos deputados, calçando os mesmos sapatos espanhóis que usa desde que desembarcou no Brasil, há 10 anos, o bispo mais controvertido da igreja sul-americana respondeu às perguntas do repórter Guillermo Pieres:

Coojornal — Preocupado com as possibilidades de expulsão?

Dom Pedro — Já me acostumei às pressões. Pela minha vontade, hoje, não volto à Espanha. Sinto-me tão brasileiro como espanhol, e depois que a gente se envolve com uma situação dessas fica difícil pensar em outro lugar.

Coojornal — É mais difícil ser bispo na América Latina que na Europa?

Dom Pedro — Mais fácil e mais difícil. Na Europa é mais difícil vencer o círculo do convencional, da própria estrutura política, da Igreja. Graças a Deus, aqui tudo é mais informal. Até a própria estrutura da Igreja. Por exemplo, sou o primeiro bispo na Prelazia de São Félix e por isto pude dar-lhe a sua forma. É mais difícil, no entanto, porque todo o trabalho cai em cima do bispo. Envolvemo-nos em problemas de trabalhadores, colonos, índios, entramos em detalhes de problemas de saúde, em problemas estritamente políticos. É mais difícil porque aqui (Araguaia) continua imperando a lei do 38, e porque atualmente a América Latina vive sob um regime, quase coletivamente, de militarismo e repressão.

Coojornal — Quantas vezes ameaçaram-no de morte?

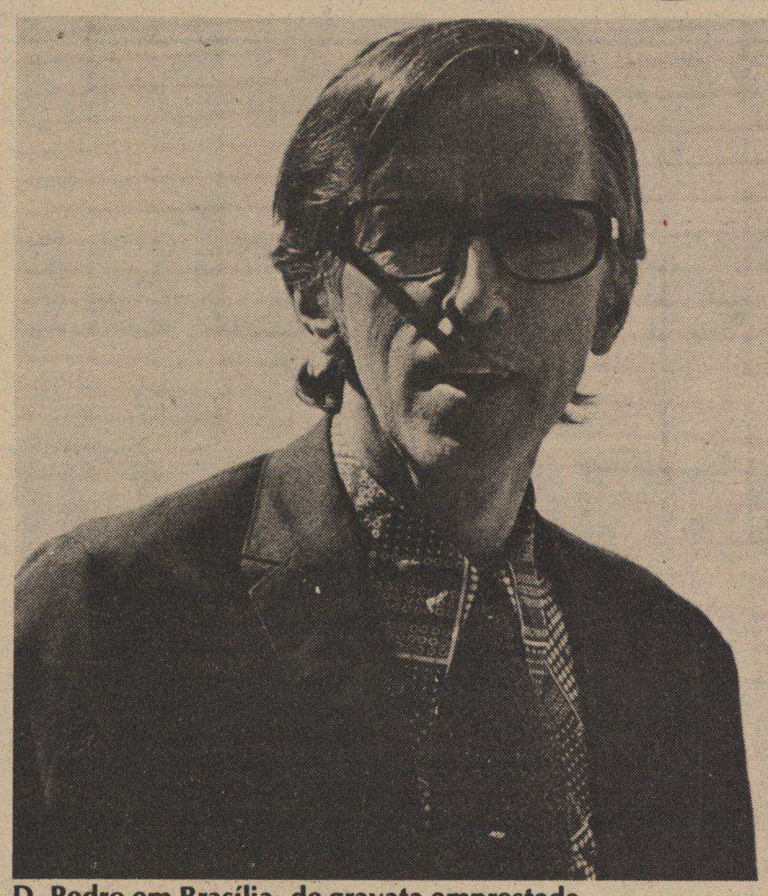
Dom Pedro — Muitas vezes. Inclusive numa oportunidade um fazendeiro mandou matar-me pagando a um pistoleiro profissional mil cruzeiros, mas o pistoleiro, que chegou a preparar a emboscada arrependeu-se depois.

(Em 1973 dom Pedro cumpriu sete dias de prisão domiciliar. Quando foi levado ao destacamento policial para depor, a polícia de Mato Grosso tinha preso o padre valenciano Leopoldo Belmonte. O padre Leopoldo foi arrastado pelos cabelos, na presença de dom Pedro, e golpeado no estômago. O policial que comandava o interrogatório evitou que dom Pedro tivesse a mesma sorte: "Não batam nesse, ele é bispo", disse para impedir a violência do soldado, segundo o relato do próprio padre Leopoldo.)

Coojornal — Pedirá proteção às autoridades?

Dom Pedro — Sou um privilegiado. Nós bispos temos o privilégio de falar, de gritar, o que o povo quer. E por isso não me mataram nem queimaram minha casa como ocorreu a colonos e índios. Não teria sentido pedir proteção, os colonos e índios não a têm.

(Em 11 de outubro de 1976, o padre João Bosco Burnier foi morto na localidade de Ribeirão Bonito, ante os olhos de dom Pedro. O bispo catalão escreveu o seguinte relato sobre o episódio: "...



D. Pedro em Brasília, de gravata emprestada

Duas mulheres, dona Margarida e dona Santana, estavam no destacamento. Era mais de seis da tarde e seus gritos eram ouvidos na rua. 'Não me bata!' Decidi ir ao destacamento interceder por elas. Um jovem da Missão quis acompanhar-me. Temi por ele e não permiti. O padre João Bosco, que estava lendo, rezando, como leu e rezou muito nesses dias que conviveu conosco na Prelazia, não arredou pé de acompanhar-me... Os quatro policiais nos esperavam, em fila, numa atitude agressiva. Entramos pela cerca de arame, que iria ser também o cercado da morte. Eu me apresentei, como bispo de São Félix, oferecendo a mão aos soldados. O padre João Bosco também apresentou-se. E tivemos um diálogo de talvez três a cinco minutos. Sereno, de nossa parte; com insultos e ameaças, até de morte, da parte deles. Quando o padre João Bosco disse aos policiais que os denunciaria a seus superiores pelas arbitrariedades que estavam cometendo, o soldado Ezy saltou sobre ele de apenas três metros para dar-lhe uma bofetada fortíssima no rosto. Inultimente tentei acabar aí o diálogo impossível. 'João Bosco, vamos...' o soldado, em seguida, soltou também no rosto do padre um golpe de revólver e, num segundo gesto fulminante, o tiro fatal, no crânio...")

Coojornal — Muita gente o chama de subversivo?

Dom Pedro — Por que todas as reações dos colonos ou peões, que defendem apenas seus direitos, e aqueles que se colocam a seu lado, por simples dever de consciência ou também do Evangelho, são considerados subversivos e esfalfados, em seguida, pela repressão, imediatamente? Prisões, interrogatórios, a perseguição a supostos líderes, clima de rumores e de terror, expulsão, morte? Por que se encobre, entretanto, a violência dos grandes sobre os pequenos ou dos grandes entre si? Isto já não é subversão, é apenas legítima defesa da propriedade com título de posse, legalizado.

Coojornal — A região amazônica, tão grande em superfície como a Europa Ocidental, não conhece empresas colonizadoras que atuem cristãmente, pelo menos na sua área?

Dom Pedro — Não conheço. Essas empresas visam o lucro e não o bem-comum.

(No seu depoimento na CPI, dia 15 de junho, dom Pedro denunciou que na sua área cresceram assustadoramente os conflitos entre primitivos colonos, índios e as grandes empresas agropecuárias que se estabeleceram na região. Em 1971 registraram-se 37 conflitos; em 1972, houve 56; em 1975, houve 127; e em 1976, dom Pedro contou 156.)

Coojornal — Por que tantos conflitos se há tanta terra na América Latina?

Dom Pedro — É toda uma história, que não começa nem hoje nem ontem. Remontando-nos, chegaríamos à primeira grande agressão contra o primeiro ocupante da terra americana, o índio, perpetrada pelos descobridores. A causa estrutural dessa tragédia é o latifúndio, colonial ou capitalista.

(Em seu estudo sobre as questões de terras na região amazônica, dom Pedro chega à conclusão que as frentes pioneiras traduziram-se no desaparecimento de 44 mil propriedades pequenas e médias e no surgimento de nove mil grandes propriedades ou latifúndios. As 15 fazendas instaladas na região de São Félix ocupam 1 milhão, 131 mil e 129 hectares, onde pastam 348.875 cabeças de gado. Ou seja, 3,5 hectares por cabeça, reiterando a tese de vários economistas latino-americanos que o latifúndio é antieconômico. Segundo ele, o Incra estima em quase 11 milhões de famílias de rurícolas brasileiros que carecem de terras para sobreviver, formando uma migração interna da ordem de 30 milhões de pessoas).

Coojornal — Qual seria o modelo mais apropriado para solucionar o problema das terras?

Dom Pedro — É claro que o problema agrário do Brasil é um problema político, estrutural de causas. Dentro dessas causas, uma das maiores é o latifúndio O único latifúndio admissível e um latifúndio cooperativista socializado. Também a propriedade familiar é muito mais racional e rentável que o latifúndio capitalista. Nesse ponto, posso dar como exemplo minha família que desde o Século IX ocupa a mesma terra em Balsareny, perto de Barcelona.

Coojornal — No Brasil, o Incra distribuiu milhares de hectares...

Dom Pedro — A reforma agrária não é só distribuir terras, mas dar junto com a terra distribuída as condições necessárias para cultivá-la e para enfrentar o mercado, o transporte da produção, a técnica indispensável.

Coojornal — No quadro da distribuição das terras latino-americanas, como estão os índios?

Dom Pedro — Como já afirmei, o índio era o primeiro posseiro das terras. Felizmente, ele desconhecia a obsessão capitalista da propriedade com título. No confronto com a nova sociedade, chamada de ocidental e cristã, o impacto sobre o índio sempre foi devastador Suas terras foram invadidas e tomadas, e ele subjugado e dizimado.

Coojornal — Circulam informações sobre um plano da CIA destinado a ser originalmente aplicado na Bolívia, tendente a desprestigiar os sacerdotes progressistas...

Dom Pedro — Tivemos em nossas mãos cópias do plano. As polícias sul-americanas também o conhecem. O plano consiste em caluniar aos padres progressistas, colocando armas em suas igrejas, documentação comprometedora, para envolvê-los em escândalos. Mas não ponhamos toda a culpa na CIA. Entende, não?

Coojornal — E as acusações de infiltração de idéias comunistas na Igreja?

Dom Pedro — As autoridades sabem perfeitamente que não sou comunista... Uma consciência que não esteja voltada para o social nunca poderá entender uma reforma social. Nunca tive a impressão de estar me afastando do Evangelho pelas minhas atitudes políticas. Eu não creio no Evangelho da Encarnação do Filho de Deus mas na realidade humana. Alguns amigos espanhóis quiçá estejam escandalizados. Recebi uma carta de um tabelião espanhol lamentando minhas atitudes. Ele anexou uma encíclica contra o comunismo, editada pela Opus Dei e pediu-me que seja honesto, que tenha coragem de dizer que perdi a Fé e saia da Igreja. Eu digo a esse amigo notório e a todos os meus amigos que me sinto com mais Fé do que nunca e que não sairei da Igreja.

Coojornal — A Igreja, convertida em vários países latino-americanos em um único movimento crítico organizado, qual o seu papel?

Dom Pedro — A Igreja precisa paciência, compromisso e ação.

(Nesse ponto, dom Pedro, 47 anos, despediu-se, explicando que precisava viajar a Manaus na madrugada seguinte, a mais de 2.600 quilômetros de Brasília. Três dias mais tarde, o príncipe da Igreja chegaria a Manaus... de ônibus.)

Continental. Som de uma orelha a outra.

Nos 1120, rádio à moda da casa.

Picada Geraldo dá papa?

Por Euclides Torres

D. Aloísio Lorscheider, nascido neste perdido rincão, pode chegar ao Vaticano.

Um papa brasileiro? Gaúcho?

Sim. E possível, dizem sorridentes alguns religiosos, mal disfarçando uma grande esperança de que o cardeal Aloísio Lorscheider, nascido em 1924, na Picada Geraldo, distrito de Estrela, no Rio Grande do Sul, seja um dos nomes mais cotados entre o clero não europeu para suceder a Paulo VI.

Mas o Papa está vivo. Como então falar em sucessão?

Simples: Paulo VI faz 80 anos em setembro, anda mal de saúde, tem dificuldades para caminhar e isso pode provocar a sua renúncia. Um indício de que o próprio Papa estaria preparando sua renúncia e sucessão é o fato de que recentemente completou o Colégio Apostólico, nomeando novos cardeais. Há ainda outras pistas: aos 80 anos os cardeais perdem o direito de votar e os bispos devem se aposentar aos 75, por lei de Paulo VI. Assim, para ser coerente, o Papa pode considerar sua renúncia.

Que chances teria dom Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza e primeiro bispo de Santo Ângelo, RS?

Algumas. Recentemente dom Aloísio foi escolhido pelo Papa para ser relator oficial do próximo Sínodo dos Bispos a ser realizado em Roma, em outubro próximo. Ele já tinha sido relator do Sínodo anterior. Além disso, é membro de várias congregações da Cúria Romana: pertence à Sagrada Congregação dos Bispos, à Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares e também é do Conselho Pontifício Cor-unum. Para avaliar a importância de ser membro de uma Congregação na Cúria Romana, basta apenas comparar esta função e honraria do Estado Vaticano com a desempenhada por ministros de governos.

Mas isso ainda diz pouco se ao menos mais de cinco cardeais com as mesmas condições estão no páreo. É que não convém esquecer que o Brasil hoje tem o segundo maior episcopado do mundo, com 307 bispos, perdendo somente para a Itália. Dom Aloísio foi professor de Teologia em Roma, pertence à ordem dos franciscanos, uma das mais importantes e influentes na Igreja.

Estava quase esquecendo de contar: todos aqueles cargos nas sagradas congregações da Cúria Romana são nomeações feitas diretamente pelo Papa. E quem elogia...

Aparentemente Paulo VI está dando as cartas para um jogo que ele não vai participar, mas isto não impede que ele tenha certas preferências. Estas preferências claramente não aparecem e a prova disto é que no mês passado a imprensa européia, falando sobre a possível renúncia e sucessão do Papa ainda este ano, não incluiu nenhum bispo latino-americano entre os cinco ou seis citados como prováveis sucessores de Paulo VI.

Por cargos importantes dentro da Igreja e da Cúria Romana, dom Aloísio é candidato. Bem, podem dizer, qualquer cardeal pode ser Papa. Isto é uma verdade que sempre esquece de acontecer. Na realidade, qualquer pessoa pode ser Papa. Nem é preciso ser cardeal nem bispo nem padre. Até um pagão pode ser Papa, não há nada teoricamente que impeça isso e a Igreja teve um Papa que nunca foi batizado: São Gregório.

Diplomata, "um santo homem", atualizado, equilibrado, integridade de fé, com abertura conciliar, grande capacidade de diálogo, serenidade corajosa e capacidade administrativa são os principais predicados apontados por pessoas que conhecem dom Aloísio e que podem torná-lo um concorrente de respeito.

Atualmente, ele ocupa dois cargos importantes na igreja latino-americana. É presidente da Conferência Episcopal Latino-Americana e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Também é membro permanente do Sínodo Mundial dos Bispos e participou de todos os sínodos episcopais realizados de 1967 até este ano.

Seu prestígio junto ao clero brasileiro é evidenciado pelo fato de ocupar pela segunda vez a presidência da CNBB.

Clero Brasileiro

Quando um sulista quer fazer alguma coisa, é um pé-de-boi: pega e faz mesmo. Em seguida, com pressa, e, às vezes, até mal feito, mas faz.

O paulista primeiro quer fazer um planejamento.

O carioca pede para deixar para amanhã.

O mineiro faz quieto porque se não der certo ninguém saberá.

O nordestino quer fazer mas não tem meios.

Esta classificação foi feita por um padre para exemplificar a atuação do clero no Brasil. Contou que na sede da CNBB, no Rio, só tem padres de outros estados. O Brasil tem atualmente 13 mil padres e seriam necessários 30 mil. E apesar das diversas linhas da Igreja Católica no Brasil, há uma grande preocupação em manter a unidade da Igreja. Os bispos não gostam de ser classificados, mas pela sua atuação pública acabaram, por seu comportamento, batizados como liberais, tradicionalistas, ultratradicionalistas, renovadores.

Quem é quem no clero brasileiro?

Pergunta simples como esta custou o emprego do sociólogo padre Godofredo Deelen, que há oito anos fez uma pesquisa e classificou o clero. Acabou fora do Centro de Estatística Religiosa e Social. Por este exemplo, vê-se que não há uma outra pesquisa sobre o clero no Brasil — ao menos em fontes públicas.

Uma divisão que poderia ser feita:

Bispos com idéias pré-conciliares — é bom lembrar que a modernização da Igreja inicia com o Concílio Vaticano II, realizado em 1965: poderiam estar neste grupo (junto com o bispo Lefèbvre), dom Sigaud, dom Castro Maier.

Num segundo grupo ficariam os bispos que querem aplicar a pastoral do Vaticano II e aqui estaria praticamente quase todo o clero brasileiro. Seriam representantes gaúchos desta linha dom Didonet e dom Paulo Moretto.

E em terceiro lugar estariam os bispos com maior visão conciliar, podendo ser incluídos aí dom Pedro Casaldáliga dom Helder Câmara. São aqueles que, numa linguagem gauchesca, apertam as esporas para apressar o pingo.

Outra divisão também poderia ser feita.

Num primeiro grupo ficariam os ultratradicionalistas como dom Sigaud, dom Castro Maier. Depois viriam os tradicionalistas e aí se enquadrariam o bispo de Mariana (Minas), dom Oscar Oliveira, e dom Vicente Scherer.

Em terceiro lugar viriam os moderados: dom Brandão Vilela,de Salvador; dom Eugênio Salles, do Rio; e os bispos do Vale da Paraíba. A seguir teria o grupo dos liberais, cujos representantes poderiam ser dom Ivo Lorscheiter, dom Antônio Cheuiche. Por fim, os renovadores: dom Helder Câmara, dom Tomás Balduíno.

Estúdio Fotográfico Chacon

Se o clero europeu admitir a candidatura de um cardeal latino-americano, D. Aloísio, nascido em 1924 num distrito de Estrela, no Rio Grande do Sul, é o que reúne as melhores credenciais para suceder à Paulo VI

Nestes tempos de crise você precisa de um carro que gaste pouco.

Use o do Real.

REAL

Supermercados ao gosto do freguês.

AMPLA

De Prestes a Alencar Furtado: 4.682 cassados

Esta reportagem é um resumo de um capítulo, ao que parece não encerrado, da vida brasileira: a história das cassações. Três jornalistas de São Paulo a prepararam especialmente para o *Coojornal*, com base num material inédito por eles recolhido para o primeiro livro sobre o assunto.

Quantos já foram cassados? Fizemos esta pergunta bem antes da última cassação, a do deputado federal Alencar Furtado, líder do MDB na Câmara. Foi no começo do ano, quando o Governo cassou dois vereadores gaúchos — Marcos Klassmann e Glênio Peres. Em busca da resposta, e já determinados a lançar "Os Cassados" em livro, contratamos a pesquisadora Beth Costa, que executou um trabalho inacreditável: à frente de uma equipe de quatro pessoas, durante dois meses, ela folheou página por página, toda a coleção do Diário Oficial, de 1964 até nossos dias.

Os resultados foram quase três mil xerox, colados em 680 laudas, com os atos que puniram, nesses 13 anos de Revolução, 4.682 cidadãos brasileiros. Quase um terço, militares: 1.261. Mais de trezentos professores, quase quinhentos legisladores eleitos pelo voto popular — deputados federais e estaduais, senadores e vereadores; bem como 50 chefes de Executivos — governadores e prefeitos. Três ex-presidentes, Jango, Jânio e Juscelino. Diplomatas, ministros, agrônomos, procuradores, desembargadores, carteiros, motoristas, líderes sindicais, escrivães, policiais, promotores públicos e juízes, taifeiros, garçons, tabeliões, engenheiros, médicos, telegrafistas, pesquisadores, guardas-civis, estivadores, eletricistas, ferroviários, porteiros, assistentes sociais, advogados, dentistas, armazenistas; jornalistas, bancários, músicos e guardas-florestais; fiscais do IR, coletores, serventes, auditores militares, ministros do Supremo.

O que segue é um simples balanço: quantos cassou cada governo revolucionário? Por que cassaram os cassados?

Os textos são de Mylton Severiano da Silva e Joel Rufino, com edição de Hamilton Almeida Filho.

Um crime político: sargento da Marinha dá 5 tiros em defensor das cassações: — O que é que Heitor dos Prazeres tem que ver com Leonel Brizola? — Um denominador comum entre os 700 cassados de abril a agosto de 1964: a liderança popular — Por que cassaram JK? — As multinacionais e as Liberdades Democráticas — Quem cassa, cassa o quê?

Choveu aquele dia, lembra?

Choveu tanto que a terra tremeu em alguns bairros do Rio, mas os geólogos consultados não ousaram proferir a palavra terremoto. No Brasil não há dessas coisas — vulcões, maremotos, tufões; foi simples *acomodação de camadas*. Havia, entretanto, no ar, alguma coisa além dos aviões de carreira.

Uma notícia perdida na página policial não terá chamado a sua atenção. Claro. Tratava-se apenas de um sargento reformado da Marinha que se embriagou, discutiu com um desafeto, dirigiu-se a seu barraco, armou-se, voltou e liquidou o outro com cinco tiros. Friamente, diz a notícia. Motivo do bate-boca: as cassações, na véspera da divulgação da primeira lista. Local: Vila Maria, São Paulo. Data: 10 de abril de 1964.

O sargento era contra ou a favor?

Movidos pela curiosidade, nos debruçamos sobre o pedaço de jornal. Ah, era contra! Não suportara que o outro defendesse, de punhos cerrados, as cassações dos líderes populares — 100 de uma só cacetada! O primeiro dia. E, até o fim de agosto, mais de 600 pessoas cairiam sob o facão revolucionário. O povo acabou por se acostumar e já ninguém mais atirou em ninguém por causa disso.

Corramos agora o dedo pela lista comprida. Não passa um nome sem que nos ocorra uma imagem qualquer. Francisco Julião lembra milhares e milhares de camponeses das **Ligas**. Demistóclides Batista nos traz de novo as assembléias de ferroviários reivindicando melhores condições de trabalho. Roland Corbusier nos faz lembrar as aulas na Faculdade de Filosofia sobre a intervenção estrangeira em nossa economia. José Lamartine Tavora, as campanhas pelo voto nacionalista nos mocambos do Recife. Herval Pina Ribeiro, os médicos baianos em vasta assembléia pela democratização da Medicina.

Qual o denominador comum entre esses 700 cassados de abril a agosto de 1964?

À primeira vista estamos diante do famoso "saco de gatos". Leonel Brizola, Heitor dos Prazeres, Tenório Cavalcanti, Gilberto Mestrinho, José Porfírio, Nelson Werneck Sodré, Lincoln Cordeiro Oest, Dias Gomes, Paulo de Tarso, cabo Anselmo... Criaturas muito diversas entre si, por vezes até inimigas. Qual um *boxeur* estonteado, o movimento revolucionário parecia distribuir golpes a esmo.

Mas os cassados representavam uma liderança popular, cada um à sua maneira. Não foi justamente essa liderança que o movimento de abril pretendeu ferir com as cassações, as reformas, as investigações sumárias?

Entre as primeiras, a cassação mais delicada do movimento de abril: a do senador Juscelino Kubitschek de Oliveira, no dia 8 de junho de 1964. Centenas de comitês populares haviam surgido nos últimos meses para defender o seu mandato: não adiantou. (Naquele mesmo dia, 9 deputados foram também cassados, enquanto 39 pessoas — entre professores, ex-oficiais do Exército e funcionários públicos subalternos — perdiam, por 10 anos, os seus direitos políticos).

Por que cassaram JK?

JK passará à História como o Presidente que mais respeitou as liberdades democráticas do povo brasileiro. Durante seu governo foram livres os sindicatos — e, coincidentemente, o salário mínimo real nunca subiu tanto quanto naqueles anos; foram livres as manifestações artísticas e científicas — apareceram a música de protesto, o Cinema Novo, a Bossa Nova; foi livre a imprensa — e, por isso, a discussão política cresceu como bola de neve; foram livres os partidos políticos e, por isso, uns cresceram enquanto outros definharam naturalmente. Foi também durante o governo de *Nonô* que ganhamos a primeira Copa do Mundo, Suécia, 1958.

O povo é como os elefantes de cinema: jamais esquece! Quando JK morreu, em agosto do ano passado — no mesmo mês da morte de Getúlio o povo tributou-lhe, por isso mesmo, a maior homenagem póstuma que já se viu a um político. (Depois de Getúlio, é claro).

Nonô não foi, porém, apenas o respeitador fraterno das liberdades democráticas. Foi também o aliado fraterno das multinacionais, ganhando, na pressa de abrir o País ao capital estrangeiro, até mesmo de Campos Sales (1898-1902) e de Dutra (1946-1950).

Entregou a indústria automobilística, entregou a construção naval, entregou a indústria farmacêutica, a energia elétrica, os minérios e a rede bancária — e mais não entregou porque não lhe pediram. Seu famoso Plano de Metas foi a morte do capitalismo nacional e o triunfo do capitalismo dependente, prato da moda nos banquetes multinacionais, "Capitalismo Selvagem".

Por que o regime cassou JK?

A resposta é óbvia: o movimento de abril se identificava com o bom e velho camarada *Nonô* por sua política econômico-financeira; mas não podia aceitar a sua preocupação com as liberdades democráticas.

De JK a Geisel, entretanto, o povo brasileiro vem acumulando experiências. E a política vazou da camisa-de-força dos partidos, seja MDB ou Arena, ganhou as ruas. A política sobrevive fora dos partidos, apesar deles.

Hoje a Nação não aceita mais nem mesmo a duplicidade de JK — atrasado no plano econômico e avançado no plano político; isso já não seria mais possível. O que se dirá de um governo que continua cassando a torto e a direito, como antigamente?

Arquivo Fotocontexto

Luís C. Prestes: o primeiro da lista

Senador Campos: por corrupção

Juscelino: sim na economia, não na política

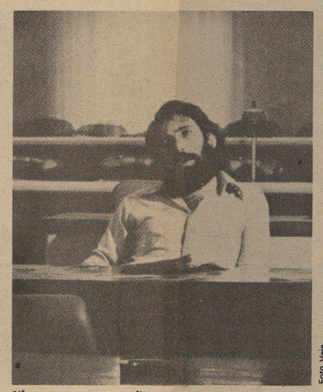


Foto Veja

Klassmann: por um discurso

Márcio: o primeiro do AI-5

O primeiro Listão de 100 nomes: "Luís Carlos Prestes..." — O pente-fino do Comando Supremo da Revolução — O PTB perde de cara 19 deputados federais — Esqueceram Gregório Bezerra na primeira lista — Os 10 dias de abril que abalaram o Brasil: 280 cassações até Castello Branco assumir.

Hoje estamos na média de um por dia: passados 4.680 dias, 4.682 cassados. Mas nada se compara com o furor dos primeiros momentos. Vitoriosos, os chefes militares do 31 de março de 1964 tratavam de começar a limpeza. Dias nervosos, de expectativa.

A 9 de abril, os chefes (Exército, Aeronáutica e Marinha) lançam então a primeira proclamação. *A Nação*, manchete na primeira página do *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*. Os três chefes são Arthur da Costa e Silva, General de Exército; Francisco de Assis Correia de Mello, Tenente-Brigadeiro; e Augusto Haman Rademaker Grünewald, Vice-Almirante. A Nação, ainda semiparalisada com a segunda deposição militar de um chefe de Estado em menos de 20 anos — Getúlio Vargas em 1945 e, agora, o recém-derrubado João Goulart, já refugiado no Uruguai — os militares vitoriosos diziam, em suma:

— É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

— A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução.

— O Ato Institucional, que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria.

— Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País.

— Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo, como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

— Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

Lá estava o Ato Institucional, ao fim da proclamação assinada pelos chefes revolucionários, em nome do Comando Supremo da Revolução.

A Nação tomava conhecimento de que o futuro chefe de Estado seria eleito pelo Congresso dali a dois dias (Marechal Castello Branco); e de que ele teria poderes como o de legislar sobre qualquer matéria, ou emendar a Constituição — desde que o Congresso aprovasse.

Mas para a nossa história particular dos cassados, interessa-nos principalmente a redação destes dois artigos do primeiro Ato Institucional: o Art. 7º, com seus quatro parágrafos, e o Art. **10º com parágrafo único; eles é que forneciam os** poderes para o Presidente da República demitir, aposentar, transferir para a reserva ou reformar aqueles que haviam tentado "contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública"; e ainda suspender direitos políticos por 10 anos e cassar mandatos legislativos do municipal ao federal, "no interesse da paz e da honra nacional".

Estávamos numa quinta-feira. No dia seguinte, 10 de abril, o Comando Supremo da Revolução se antecipa ao Presidente a ser eleito no sábado, e anuncia o primeiro listão de cidadãos cujos direitos políticos estavam suspensos por 10 anos; no mesmo *Diário Oficial*, uma segunda lista cassa também os mandatos de 40 membros do Congresso Nacional. O primeiro e histórico listão não pode deixar de ser transcrito aqui, inteirinho:

ATO Nº 1 — SUSPENDE DIREITOS POLÍTICOS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do art. 10º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos, os direitos políticos dos seguintes cidadãos:

1. Luís Carlos Prestes
2. João Belchior Marques Goulart
3. Jânio da Silva Quadros
4. Miguel Arrais de Alencar
5. Darci Ribeiro
6. Raul Riff
7. Waldir Pires
8. Gen. R/1 Luiz Gonzaga de Oliveira Leite
9. Gen. R/1 Sampson da Nóbrega Sampaio
10. Leonel de Moura Brizola
11. Clodsmith Riani
12. Clodomir Moraes
13. Hércules Correa dos Reis
14. Dante Pelacani
15. Oswaldo Pacheco da Silva
16. Samuel Wainer
17. Santos Vahlis
18. Lincoln Cordeiro Oest
19. Heber Maranhão
20. José Campelo Filho
21. Desembargador Osni Duarte Pereira
22. Ministro José de Aguiar Dias
23. Francisco Mangabeira
24. Jesus Soares Pereira
25. Hugo Régis dos Reis
26. Jairo José Farias
27. José Jofily
28. Celso Furtado
29. Marechal R/1 Osvino Ferreira Alves
30. Josué de Castro Filho
31. João Pinheiro Neto
32. Antônio Garcia Filho
33. Djalma Maranhão
34. Humberto Menezes Pinheiro
35. Ubaldino Santos
36. Raphael Martinelli
37. Raimundo Castelo de Souza
38. Rubens Pinho Teixeira
39. Felipe Ramos Rodrigues
40. Álvaro Ventura
41. Antônio Pereira Netto
42. João Batista Gomes
43. Ademar Latrilha
44. Feliciano Honorato Wanderley
45. Othon Canedo Lopes
46. Paulo de Santana
47. Luiz Hugo Guimarães
48. Luiz Viegas da Mota Lima
49. Severino Schnaipp
50. Meçando Rachid
51. Newton Oliveira
52. Demistóclides Batista
53. Roberto Morena
54. Benedito Cerqueira
55. Humberto Melo Bastos
56. Hermes Caires de Brito
57. Aluísio Palhano Pedreira Ferreira
58. Salvador Romano Lossaco
59. Olympio Fernandes de Mello
60. Waldir Gomes dos Santos
61. Amauri Silva
62. Almino Monteiro Álvares Afonso
63. José Guimarães Neiva Moreira
64. Clóvis Ferro Costa
65. Silvio Leopoldo de Macambira Braga
66. Adahil Barreto Cavalcante
67. Abelardo de Araújo Jurema
68. Arthur Lima Cavalcante
69. Francisco Julião
70. José Lamartine Távora
71. Murilo Costa Rego
72. Pelópidas Silveira
73. Barros Barreto
74. Waldemar Alves
75. Henrique Cordeiro Oest
76. Fernando de Sant'Ana
77. Hélio Vitor Ramos
78. João Dória
79. Mario Soares Lima
80. Ramon de Oliveira Netto
81. Luiz Fernando Bocayuva Cunha
82. Luiz Gonzaga de Paiva Muniz
83. Adão Pereira Nunes
84. Eloy Ângelo Coutinho Dutra
85. Marco Antônio
86. Max da Costa Santos
87. Roland Cavalcante Albuquerque Corbusier
88. Sérgio Nunes de Magalhães Júnior
89. José Aparecido de Oliveira
90. Plínio Soares de Arruda Sampaio
91. José Antônio Rogê Ferreira
92. Rubens Paiva
93. Paulo de Tarso Santos
94. Moysés Lupion
95. Milton Garcia Dutra
96. Ney Ortiz Borges
97. Paulo Mincaroni
98. Armando Temperani Pereira
99. Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo
100. José Anselmo dos Santos

Os cem mais. Havia cassados óbvios. Luís Carlos Prestes, o líder comunista hoje perto dos 80 anos, vivendo em Moscou. O presidente deposto, morto em dezembro passado. O governador Miguel Arrais, de Pernambuco, e o deputado federal Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul. Líderes sindicais como Dante Pelacani, Clodsmith Riani — presidente da então poderosa CGT, Confederação Geral dos Trabalhadores. Os chamados *nacionalistas*, como João Dória. Homens de dentro do governo que acabava de cair. E entre os cem primeiros, 40 deputados federais de todo o País, em sua absoluta maioria pertencentes aos partidos populistas — como o *getulista* PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, que perdeu 19 deputados; ou o "ademarista" PSP, Partido Social Progressista, que perdeu 4. Apenas dois cassados na UDN, União Democrática Nacional, o partido mais *reacionário* da época.

O primeiro pente-fino ia e vinha, varrendo para a reserva — 24 horas depois — 122 oficiais das Forças Armadas (77 no Exército, 14 na Marinha, 31 na Aeronáutica). Veio o domingo, outros 62 direitos políticos suspensos, mais da metade de militares, mas junto com eles também gente que só podia ter sido esquecida no primeiro listão, como o arquilider comunista pernambucano Gregório Bezerra, que ao ser preso foi puxado pela rua de Recife com uma corda amarrada ao pescoço. Mais cinco intelectuais rolaram, e ainda sete oficiais do Exército, mais 17 da Marinha, e assim, numa sucessão de sete listas em quatro dias, o Comando Supremo da Revolução deixava o cenário dos acontecimentos, levando junto 280 cassados.

Em 150 dias, o primeiro presidente da Revolução já atingia o número de 2.700 cassações — Passou 1965 inteirinho sem cassar ninguém — Mas adiou as eleições presidenciais de outubro e prorrogou seu próprio mandato — Cassados 13 partidos políticos: nascem Arena e MDB.

O Marechal Castello Branco, veterano da Guerra Mundial terminada 19 anos antes com a vitória da democracia ocidental e do socialismo sobre o nazi-fascismo, iniciou um governo tão profilático quanto o do Comando Supremo da Revolução. Com regularidade espantosa, em levas ou individualmente, as listas se sucedem, em ritmo quase que semanal, às vezes dois, três dias seguidos, cassam-se deputados estaduais por todo o País, prefeitos, governadores, funcionários da Rádio Nacional como Heitor dos Prazeres e Mario Lago; centenas de militares demitidos, reformados ou aposentados; gente nos Ministérios, nos órgãos públicos — enfim, ao cabo de cinco meses, Castello havia cassado, sozinho, quase 2.700 pessoas. Reservando ainda a surpresa e a emoção de uma cassação de que poucos seriam capazes:

"MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Decreto de 8 de junho de 1964
O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do Artigo 10 do Ato Institucional de 9 de abril de 1964 e tendo em vista a indicação do Conselho de Segurança Nacional, resolve:

Cassar o mandato legislativo e suspender os direitos políticos por dez anos do Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Brasília, 8 de junho de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos"

"A Revolução começou a devorar seus filhos", comentava-se.

Depois deste estirão de fôlego, porém, que terminou em 9 de outubro de 1964, o governo revolucionário parou de repente. Não cassou mais ninguém até o fim deste ano, nem durante todo 1965. Mas neste ano aconteceram três coisas que precisam ser lembradas aqui: a extinção dos vários partidos existentes e a criação de Arena e MDB; o adiamento das eleições diretas para Presidente da República que se realizariam em outubro, em que Carlos Lacerda era virtual candidato; e a prorrogação do mandato de Castello Branco (com término previsto para 31 de janeiro de 1966), para março de 1967.

Então, 16 meses depois de paralisado, o mecanismo de cassações voltou a funcionar: a 16 de fevereiro de 1966, quatro deputados estaduais do antigo Estado da Guanabara perderam seus mandatos e os direitos políticos. Um prefeito em João Pessoa, Paraíba, outro em Livramento, no Rio Grande do Sul, vereadores em São Vicente, São Paulo, líderes sindicais que ainda restavam em atividade, engenheiros do DNER — o governo Castello cassou em todos os meses de 1966, menos janeiro e outubro, e um dia depois do Natal, ao demitir um tabelião em Joinville e dois funcionários da Prefeitura do Distrito Federal. O saldo de punições alcançava já 2.800 pessoas.

Virou o ano, e agora o primeiro governo da Revolução contava apenas com mais três meses. Janeiro, mês de férias. E em fevereiro, com pouco mais de um mês pela frente, Castello começa a sua última limpeza de 119 nomes, sargentos da Aeronáutica, oficiais, funcionários de Ministérios, alguns políticos de menor expressão.

E com um total de 2.927 cassados, Castello entregaria o poder a Costa e Silva, com uma área limpa o suficiente para garantir ao segundo presidente revolucionário, um governo relativamente tranqüilo durante pelo menos um ano e meio.

Foto Veja

Rossetti e Müller: dois gaúchos

Nosso placar indica: até aqui. 4.043 cassados, agora sob o manto do Ato Institucional Nº 5 — De Márcio Moreira Alves a Carlos Lacerda, o pai da "Frente Ampla" — Costa e Silva cassa 631, fica doente e morre — Os 205 da Junta Militar — "Um poder maior que o do rei", segundo Aliomar Baleeiro.

Os estudantes estão se reorganizando. Em maio de 68, parece que o *poder jovem* vai botar fogo no mundo. Barricadas estudantis em Paris. Repressão violenta da polícia. Em São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente, o rastilho das passeatas atiça a contestação nas ruas. Grita-se *abaixo a ditadura* com a maior facilidade. No Rio de Janeiro, uma passeata reúne 100 mil pessoas — um número que os jornais situacionistas dizem ser bem menor. Sob a articulação de Carlos Lacerda, tenta-se ao mesmo tempo organizar uma *Frente Ampla*. Lacerda chega a reunir, nos conchavos, três ex-presidentes: João Goulart, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek. Duas semanas antes de mais este Natal, já se respirava no ar que alguma coisa muito drástica estava para acontecer. E o estopim foi o chamado **caso Moreira Alves.**

Dias antes do 7 de Setembro de 1968, os estudantes da Universidade Nacional de Brasília haviam sido duramente reprimidos pela polícia. Discursando pouco depois, o jornalista e deputado federal Márcio Moreira Alves, da Guanabara, disse palavras consideradas altamente ofensivas às Forças Armadas, ao comentar que não poderiam os estudantes desfilar, no Dia da Pátria, junto com seus repressores. Constitucionalmente, o governo pede ao Congresso licença para processar o parlamentar. E a licença é negada.

A resposta do poder revolucionário foi fulminante, e o remédio aplicado tão poderoso que, pairando acima mesmo da Constituição, iria para a prateleira revolucionária, sempre pronto a ser usado como solução radical.

Era ele, o Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968. O AI-5. Um impacto quase tão forte quanto o movimento que derrubara João Goulart quase 5 anos antes. Em seu preâmbulo, o AI-5 relembra os objetivos da Revolução — combate à subversão e à corrupção; e reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil. Outros trechos:

—*"Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la."*

—*"Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição..."*

Consta que o Marechal Costa e Silva era contra a edição do AI-5. Que o então ministro da Justiça, Luiz Antônio da Gama e Silva, é quem o teria *imposto*, representando uma *linha dura* do poder revolucionário. Pois o presidente da República passaria a poder:

1) decretar o recesso do Congresso, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele.

2) decretar, "no interesse nacional", intervenção nos Estados e Municípios.

3) suspender direitos políticos de qualquer cidadão e cassar mandatos, "ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição".

4) demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade qualquer titular de cargos vitalícios ou estáveis, bem como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

5) demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, "assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço".

6) confiscar, "após investigação", os bens de "todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública".

Estava também suspensa a garantia dos *habeas-corpus* "nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular". Um instrumento tão poderoso, afinal, que — diria mais tarde o jurista Aliomar Baleeiro — com o Ato-5 nas mãos, o chefe de Estado poderia transformar a República em Monarquia e nomear-se rei.

Esse verdadeiro *raio laser* das cassações pulverizaria 11 mandatos federais, botando uma tonelada de cal sobre o "caso Moreira Alves" (os deputados cassados: Moreira Alves, GB; Hermano Alves, GB; David Lerer, SP; Hélio Navarro, SP; Gastone Righi, SP; José Lurtz Sabiá, SP; Henrique Henkin, RS; Matheus José Schmidt Filho, RS; Renato Archer, MA; José Carlos Estelita Guerra, PE; e Maurilio Filgueira Ferreira Lima, PE). O cidadão Joaquim de Souza Neto, Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, perderia seus direitos políticos por dez anos. E mais uma emocionante cassação:

"MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto de 30 de dezembro de 1968
O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista indicação do Conselho de Segurança Nacional, resolve :
SUSPENDER OS DIREITOS POLÍTICOS
Pelo prazo de 10 (dez) anos, do cidadão Carlos Frederico Werneck de Lacerda.
Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.
A. COSTA E SILVA
Luiz Antonio da Gama e Silva
Augusto Haman Rademaker Grünewald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
José Costa Cavalcanti
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
Afonso de A. Lima
Carlos F. de Simas"

Costa e seus ministros acabavam de cassar o líder civil da Revolução, na véspera da véspera do Ano Novo. E com essas 14 cassações, ao apagar das luzes de 1968, a nova arma fez a sua estréia.

Passou-se a cassar quase como no começo. Logo no dia 9 de janeiro, três dias depois do *Dia de Reis* de 1969, o AI-5 removia o diplomata Armindo Branco Mendes Cadaxa de Moscou para Porto Príncipe, no Haiti.

Na quinta-feira seguinte, a degola foi exemplar. Nada menos que 37 deputados federais de todo o País, entre eles agora Raul Brunini Filho, GB; Padre Antônio Vieira, CE; Unírio Carrera Machado, RS; Anacleto Campanella, SP; Freitas Beck, RS; Gabriel de Rezende Passos, MG; Marcos Kertzmann, SP; Ivete Vargas (filha de Getúlio), SP; Aarão Steinbruch, RJ; Almeida Magalhães, GO; Doin Vieira, SC; Mário Covas Jr., que era o líder do MDB; Alcides Flores Soares Jr., RS; Yukishigue Tamura, SP; Roberto Cardoso Alves, SP; Cunha Bueno, SP; João Herculino, MG; e Israel Dias Novaes, SP.

Também era cassado o mandato do recém-eleito vereador por São Paulo, Tinoco Barreto, um auditor da Justiça Militar. Vitor Nunes Leal, Evandro Cavalcanti Lins e Silva, Hermes Lima, aposentados no Supremo Tribunal Federal. Niomar Moniz Sodré Bittencourt, dona do *Correio da Manhã* (GB), direitos políticos suspensos.

Tem-se a impressão de que a Câmara Federal deve ter ficado vazia, pois vinte dias depois lá se iam outros 33 deputados, agora Renato Celidônio, PR; Wilson Barbosa Martins, MT; Aluizio Alves, RN; Epílogo de Campos, PA; Edson Moury Fernandes, PE.

1969 segue a rotina, funcionários aposentados em vários Ministérios, militares reformados, alguns magistrados na Paraíba; o professor Edgard de Godói da Matta Machado, aposentado; funcionários de bancos oficiais; já no fim de abril, 15 deputados federais, como Floriceno Paixão, RS; José de Castro Ferreira, MG; Oséas Cardoso, AL; Souto Maior, PE; José Feliciano de Figueiredo, MT; e ainda 58 deputados estaduais, o prefeito de Colatina, ES; Moacyr Martins Brotas; o de Paranaguá, PR; Constantino João Kotzias; e o de Rolândia, José Maria Galvão; e prefeitos e vereadores em todo o País, no dia 1º de julho de 1969; e Costa e Silva acabou usando o AI-5 631 vezes, até o dia 29 de agosto, quando adoece para não voltar mais ao poder — morreria pouco depois.

A junta governativa que substituiu Costa e Silva até outubro de 69 compunha-se dos três ministros militares: o Almirante Grünewald, o General Lyra Tavares e o Brigadeiro Souza e Mello. Cassaram 205 pessoas, sem grandes novidades — a não ser alguns membros do Congresso Nacional atingidos a 30 de setembro, entre eles o Senador Pedro Ludovico, GO; o deputado Carlos Murilo Felício dos Santos, MG; a deputada Lígia Doutel de Andrade, SC.

E até aqui, quando já contabilizamos 4.043 cassados, ainda não se sabe aonde pode chegar o AI-5; sabe-se que contra ele não há argumento.

O primeiro governo obrigado a enfrentar "a guerrilha urbana" — Os "banidos", trocados por cônsules e embaixadores — Ame-o ou deixe-o — A Copa do Mundo — Afinal, Médici cassou 603, até o fim.

Médici ou mude-se. Brasil, ame-o ou deixe-o. As 200 milhas, a Transamazônica, a monumental ponte Rio-Niterói. "Nin-

guém segura este País", dizia-se na euforia da Copa de 70, e repetia-se durante os pregões de uma bolsa que estava sempre em alta. Nunca se viu tanto maniqueísmo: ou se era absolutamente a favor, ou contra. Uma publicação estrangeira diz que o que se dava aqui era um "milagre econômico", e a expressão vai juntar-se aos outros sintomas de que o País estava vivendo outro tipo de febre. Desenvolvimento. Segurança e Desenvolvimento.

Realmente. O governo Médici cassou pouco: de dezembro de 1969 a novembro de 1973, pouco menos que Costa e Silva, 603. Mas nao se pode, neste capitulo, deixar de abrir um parêntese. Foi o primeiro governo revolucionário obrigado a enfrentar tentativas de *guerrilha urbana*. O terror. Mortes, seqüestros, banimentos. *O grupo de Lamarca e o grupo de Marighela,* os assaltos a banco, um bando de rapazes desesperados — terroristas brasileiros. Negror e fim deste parêntese. Uma coisa que não ficou foi saudade.

Um resumo das cassações de Médici:

29 punidos nos últimos vinte dias do ano de 1969, a grande maioria militares das três Armas. Em 1970, AI-5 a partir de 6 de janeiro, com dois professores aposentados pelo Ministério da Educação e Cultura (Colemar Natal e Silva, da Universidade Federal de Goiás; e Paulo Ferreira Garcia, do Ensino Agrícola Básico). Demissões na Aeronáutica, no Ministério dos Transportes, pesquisadores aposentados no Ministério da Saúde; mais os deputados estaduais pernambucanos Audálio Tenório de Albuquerque, Inácio Mariano Valadares Filho, José Ferreira de Amorim e Paulo Rodolfo Rangel Moreira. Estamos a 20 de maio de 1970 e a lista continua com os deputados paulistas Gilberto Geraldo Siqueira Lopes, Leôncio Ferraz Junior, Lúcio Casanova Neto, Murilo Souza Reis, Nicola Avallone Jr. e Orlando Jurca.

Tínhamos como ministro da Justiça, Alfredo Buzaid; Mario Gibson Barbosa era o ministro das Relações Exteriores; Delfim Netto, o da Fazenda; nos Transportes, Mário Andreazza; Cirne Lima na Agricultura; na Educação, Jarbas Passarinho. Hygino Corsetti era o nome do ministro das Comunicações. O General Orlando Geisel, irmão do atual Presidente, era o ministro do Exército. Ele assinaria junto com o Presidente Médici, a 8 de junho de 1970, os últimos dez decretos *cassatórios* (reformando dez sargentos), antes que alguma coisa nova acontecesse. Os primeiros banidos. Aqueles *terroristas* que eram trocados por cônsules e embaixadores estrangeiros seqüestrados. Eis os 40 estreantes da nova modalidade:

"DECRETO Nº 66.716 — DE 15 DE JUNHO DE 1970

Dispõe sobre o banimento do Território Nacional de Aderval Alves Coqueiro e outros.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969 ("O Poder Executivo poderá, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar, banir do Território Nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional".), decreta:

Art. 1º Ficam banidos do Território Nacional Aderval Alves Coqueiro, Almir Dutton Ferreira, Altair Luchesi Campos, Ângelo Pezzuti da Silva, Apolonio de Carvalho, Carlos Eduardo Pires Fleury, Carlos Minc Baunfeld, Cid Queiroz Benjamin, Daniel Aarão Reis Filho, Darcy Rodrigues, Domingos Fernandes, Tânia Regina Rodrigues Fernandes, Edmauro Gopfert, Dulce de Souza, Eudaldo Gomes da Silva, Fausto Machado Freire, Fernando Nagle Gabeira, Flávio Roberto de Souza, Ieda dos Reis Chaves, Jeovah de Assis, Joaquim Pires Cerveira, Jorge Raymundo Nahas, José Araújo Nóbrega, José Lavechia, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Ladislas Dowbor, Liszt Benjamin Vieira, Marco Antônio Azevedo Mayer, Maria José de Carvalho Nahas, Maria do Carmo Brito, Maurício Vieira Paiva, Murilo Pinto da Silva, Oswaldo Antônio dos Santos, Pedro Lobo de Oliveira, Ronaldo Dutra Machado, Vera Silvia Araújo Magalhães, Melchiades Porcino da Costa, Oswaldo Soares e Tercina Dias Oliveira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Brasília, 15 de junho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.
EMÍLIO G. MÉDICI
Alfredo Buzaid"

Houve 301 cassados no ano em que o Brasil foi tricampeão mundial de futebol. Punições generalizadas, nos Ministérios militares e civis. Mais 68 banidos assim que 1971 começou. Falava-se de um "terrorista" milionário, o "Bom Burguês". Falava-se de "romantismo". Total em 1971: 126 punidos; 1972: 85; 1973: 62.

E fim do governo Médici.

36 cassados até hoje, nenhum em 1974 — O "Caso Moreno" — Marcelo Gato e Fabiano, os deputados paulistas — Amaury Müller e Rossetti, os gaúchos — O escândalo "das calcinhas" de Leonel Júlio — Alencar Furtado, o líder do MDB, recebe o número 4.682, o último cassado.

Diga lá: Geisel cassou muito ou pouco? Quantos cassou? Vamos fazer um balanço:

Comando Supremo da Revolução	280
Castello Branco	2.927
Costa e Silva	631
Junta Militar	205
Emílio Médici	603
Ernesto Geisel	36
	4.682

Pode-se tentar provar que Geisel, então, cassou pouco, ou mesmo que cassou muito. Mas pode-se dizer simplesmente que também cassou. Ou ainda: cassar mais o quê?

Seu primeiro ato cassatório data do início do segundo ano de governo, 16 de abril de 1975, quando era demitido o Juiz de Direito Antônio Alberto Pacca. Seguem-se mais duas demissões, um escrivão em Porto Velho, Rondônia, chamado Durval Gadelha; e um Segundo-Tenente da Aeronáutica, Adérito Ribeiro. Dois meses e meio depois, a 1º de julho de 1975, dá-se o desfecho do *caso Moreno*. E Geisel cassa pela quarta vez, sempre usando o AI-5, punindo um dos envolvidos no caso de corrupção, o senador pernambucano Wilson de Queiroz Campos. Mais 4 punições encerram o ano de 1975 — duas no Ministério da Justiça, duas no das Relações Exteriores. Oito cassados em 1975, quase dois anos de governo.

O ano passado está recente para qualquer um: a 5 de janeiro, cassados os deputados paulistas Alberto Marcelo Gato (federal) e Nelson Fabiano Sobrinho (estadual); a 29 de março, cassados os deputados federais gaúchos Amaury Müller e Nadyr Rossetti; a 1º de abril, a cassação de Lysâneas Maciel, deputado federal pelo Rio de Janeiro; o deputado estadual do MDB Leonel Júlio, cassado a 3 de dezembro por corrupção: o *escândalo das calcinhas* (acusava-se o deputado de desviar verbas pessoais para compras domésticas). Dezesseis punidos em 1976.

Os últimos 12, este ano. *Dois* vereadores, Marcos Klassmann e Glênio Peres, logo no início do ano legislativo, por terem falado mal do governo na Câmara Municipal de Porto Alegre. No meio do semestre, *oito* policiais federais afastados, por suspeita de ligações com um caso de contrabando e morte. Depois, o *caso Marcos Tito,* verdadeira pândega nacional, se houvesse mais humor: um deputado mineiro do MDB, Marcos Tito, lê um discurso na Câmara Federal e não acontece nada; dias depois, seu colega de casa, o arenista Sinval Boaventura, mineiro também, diz que já leu aquele discurso em algum lugar: a *Voz Operária,* órgão clandestino do Partido Comunista, o deputado acusador rebate as acusações de que seja um dedo-duro; o acusado diz que não sabia de nada, que algum assessor desconhecido preparou o discurso; durante alguns dias — e a mulher do Presidente norte-americano nos visitava — os dois deputados mineiros parecem dois jogadores de futebol que ficam trocando pontapés sem bola, pensando que o juiz não está vendo nada, e o juiz acaba sempre expulsando de campo o jogador *de fora*. Uma falta bem cavada.

E, por último, o cassado número *4.682*. De Luís Carlos Prestes a Alencar Furtado, do comunista ao udenista. Um comunicado do Ministério da Justiça:

"O Ministério da Justiça comunica que o Sr. Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, assinou decreto cassando, por 10 (dez) anos, os direitos políticos de José Alencar Furtado, membro da Câmara dos Deputados.

Brasília, Distrito Federal, em 30 de junho de 1977."

Não podia existir *happy-end* mais feliz para nossa história. O último dos cassados, líder do Movimento Democrático Brasileiro na Câmara, recebe sua punição momentos antes do jogo Brasil x França, realizado no Maracanã na última quinta-feira de junho. Nenhum jornal havia noticiado nada ainda, mas as rádios irradiavam boletins: cassado o deputado que três dias antes havia falado na televisão, contra a Revolução. Curiosamente, pouco antes do jogo, os telespectadores franceses tinham visto o Presidente Geisel falar sobre nossa democracia. Deve também ter sido curioso para os franceses ouvir, via satélite, o coro do Maracanã quando os adversários do Brasil reagiam para empatar por 2 a 2, um jogo que chegou a ficar 2 a 0 para nós:

— França! França! França! França!

Geisel parece cassar com parcimônia. Mas cassa.

ASSINE coojornal

12 EDIÇÕES: APENAS Cr$80,00

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate. Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira. Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião. Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Assinatura por doze edições: Cr$ 80,00

Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do nº 11. Assinale no quadrinho a edição em que você quer que comece a valer sua assinatura:

☐ 11 ☐ 12 ☐ 13 ☐ 14 ☐ 15 ☐ 16 ☐ 17 ☐ 18 ☐

Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

CEP: _____ **Cidade:** _____ **Estado:** _____

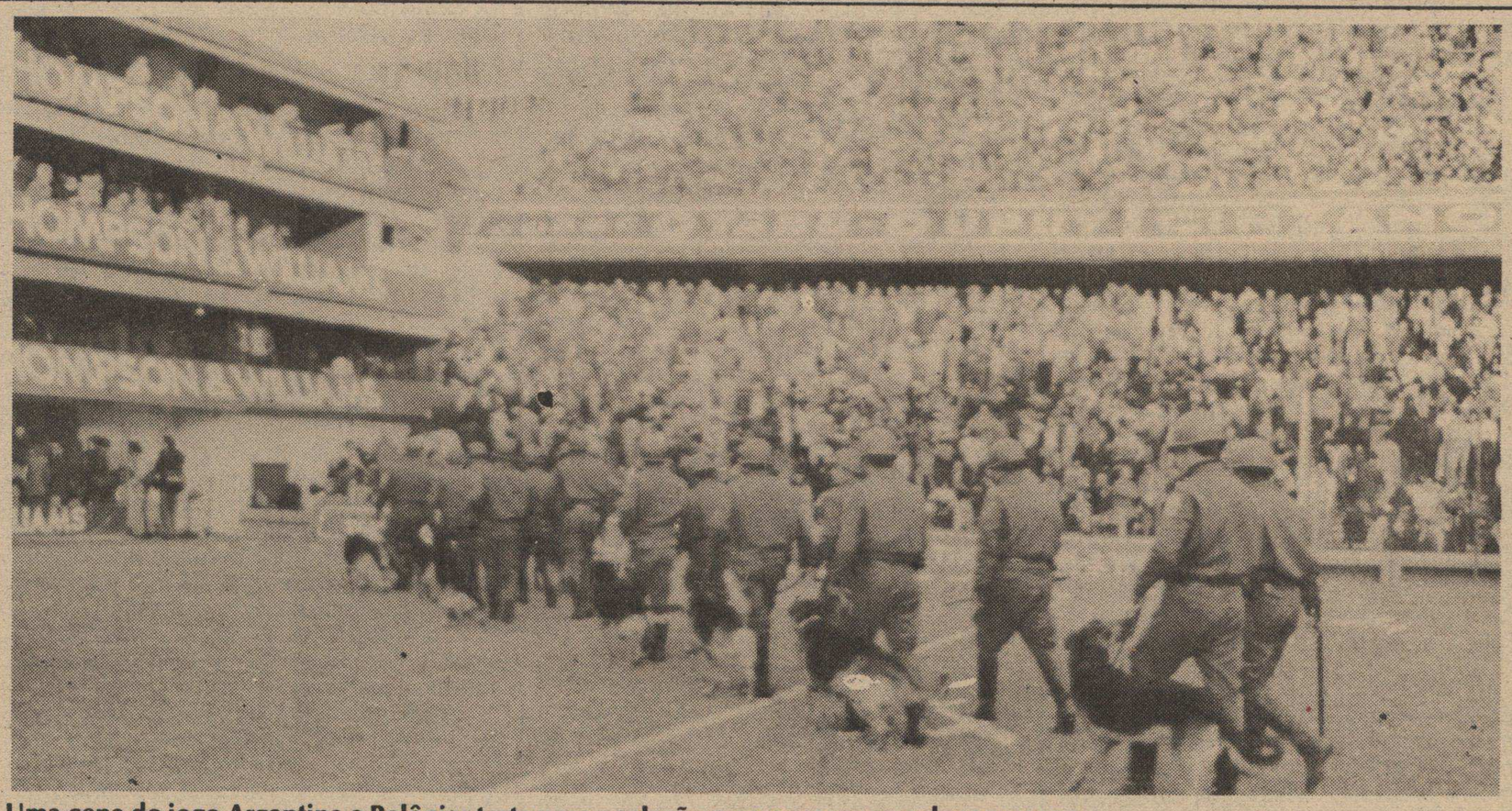
Argentina 78: "No pasa nada, pero..."

Por Luiz Cláudio Cunha

"No hay guerrilla en Argentina". A primeira vez que ouvimos isso foi no táxi, entre o aeroporto e o hotel. Em quase um mês de viagem pelo país, visitando os locais da Copa do Mundo de 78 para uma reportagem da revista *Veja*, eu e o fotógrafo Ricardo ("Kadão') Chaves escutamos, dezenas de vezes, esclarecimentos, comentários e advertências de que não há guerrilha na Argentina. Pero, algo hay...

Senão, por que em suas rondas de rotina pelas ruas de Buenos Aires, os homens da Polícia Federal em traje de campanha, capacetes de aço e armas de grosso calibre sobrando janela afora das radiopatrulhas? Nossas dúvidas aumentaram na entrada do cine Ambassador, na calle Lavalle, quando o porteiro exigiu que o fotógrafo deixasse sua bolsa com equipamento na gerência. Kadão, contrariado, afastado de sua câmara, viu nisso um suspense maior do que no filme, aliás *Trama Macabra,* do Hitchcock. Noutros locais, especialmente prédios públicos, a revista é praxe, tanto que, depois de algum tempo, a gente já chegava nos lugares com a cédula de identidade na mão, a bolsa aberta e os braços erguidos, com a explicação pronta: "Somos periodistas brasileños".

Explicação que, em certos casos, funciona mais em português. Como constatamos na madrugada do 19 de maio, quando caminhávamos pela avenida Córdoba, rumo ao hotel: uma patrulha da Polícia Federal parou, três soldados desceram de arma em punho e nos intimaram. Enquanto um nos calçava pelas costas e outro dava cobertura com uma metralhadora, um terceiro examinava os documentos, enquanto ouvia nossas explicações. Comprovado que éramos estrangeiros, fomos liberados. Afinal, "no pasa nada". Pensando assim, numa bela manhã de sol, decidimos subir ao terraço do moderno hotel Sheraton para algumas fotos gerais da cidade e do próprio hotel. Os problemas começaram no saguão: o chefe da segurança proibiu fotos internas e nenhum argumento nosso conseguiu convencer o gerente da inocência de nossas intenções. Mais tarde, descobrimos que ele tinha suas razões: em 75, uma bomba explodiu um dos apartamentos, provocando um início de incêndio no prédio de 24 andares. Mesmo no terraço, as medidas de segurança são tão rigorosas que as fotos são permitidas apenas através das amplas janelas com vidro fumê. Uma dica: se você precisar de uma foto como esta, tente em outro edifício.



Uma cena do jogo Argentina e Polônia: teste para a seleção e para o esquema de segurança

Fotos Ricardo Chaves/Veja

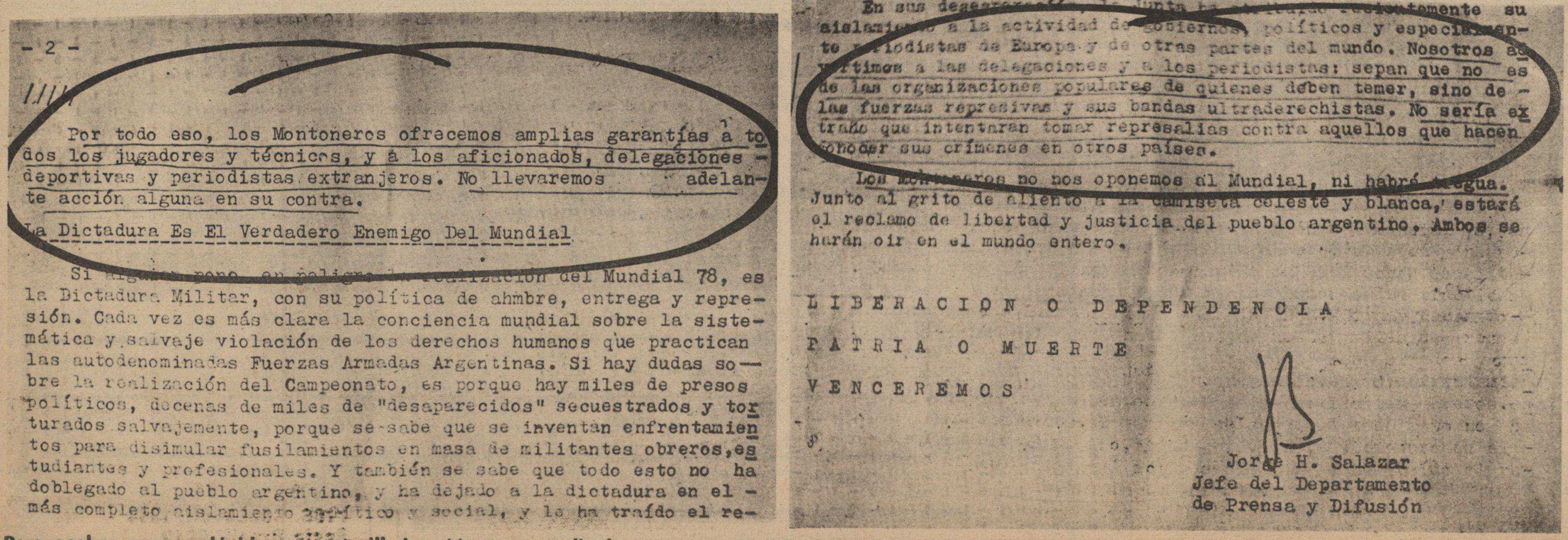
Pior, mesmo, é conseguir fotografar, ser detido e ameaçado de perder os filmes, como aconteceu no aeroporto de Mendoza, onde o enorme letreiro de "bienvenidos" não combina com os soldados fortemente armados espalhados pela pista. Por tentar registrar este conjunto, meu companheiro foi mais uma vez detido por dois oficiais da Aeronáutica e liberado apenas porque o próprio chefe da segurança não quis confiscar os filmes e transformar o episódio num "quilombo".

Futebol, assunto de segurança nacional

Por tudo isto, suspeitamos que uma máquina fotográfica, hoje em dia na Argentina, constitui um trauma. Principalmente nas mãos de um jornalista. Estes sintomas vêm desde 24 de março de 1976, quando as Forças Armadas derrubaram o governo peronista de Isabelita e se instalaram no poder. Em todos os níveis do poder. Além da Junta Militar que preside o país, todos os ministérios (com exceção da Fazenda e da Educação), governos provinciais, prefeituras e entidades oficiais estão sob a direção de militares. Até mesmo a Copa do Mundo de 78, transformada num "assunto de interés nacional", passou a ser missão militar: de seus 22 departamentos e gerências, o recém-criado Ente Autárquico do Mundial (EAM) possui 12 sob controle de oficiais das Forças Armadas — incluindo a presidência, a cargo do general de brigada (da reserva) Antonio Luis Merlo. A área ocupada pelos estádios da sede do campeonato, em Buenos Aires, e das subsedes, em Mendoza, Córdoba, Rosario e Mar del Plata, é severamente vigiada, inclusive com soldados e cães policiais, e visitas são admitidas somente com autorização do EAM.

E, para prevenir maus humores, o governo militar argentino baniu a política do território nacional, encerrando as atividades de todo o Poder Legislativo, desde o Congresso até as câmaras de vereadores. Sintomaticamente, estes espaços vazios (popularmente conhecidos, entre nós, como "ponto futuro", graças ao capitão Coutinho) foram ocupados pelo futebol: em Buenos Aires, Mendoza e Rosario, o EAM instalou-se nos prédios locais do agora inativo Honorable Consejo Deliberante (câmara de vereadores). O EAM desaparece depois do Mundial, mas não se sabe quando reaparece o Consejo. (Segundo a revista "Convicción", de Buenos Aires, os civis voltarão ao poder apenas em 1991).

O futebol foi reforçado também por outros lados. "Jornalistas que antes escreviam sobre política e economia trabalham, agora, em esporte", nos dizia um jovem repórter econômico, peronista e desempregado — "por supuesto". Na imprensa argentina, quem não se adaptou aos novos tempos e exigências teve que se calar ou abandonar o país. Muitos jornais, desde a ascensão dos militares, foram fechados ou aconselhados a desaparecer sob o rótulo genérico de peronistas ou



- 2 -

Por todo eso, los Montoneros ofrecemos amplias garantías a todos los jugadores y técnicos, y a los aficionados, delegaciones deportivas y periodistas extranjeros. No llevaremos adelante acción alguna en su contra.

La Dictadura Es El Verdadero Enemigo Del Mundial

Si alguien pone en peligro la realización del Mundial 78, es la Dictadura Militar, con su política de ahmbre, entrega y represión. Cada vez es más clara la conciencia mundial sobre la sistemática y salvaje violación de los derechos humanos que practican las autodenominadas Fuerzas Armadas Argentinas. Si hay dudas sobre la realización del Campeonato, es porque hay miles de presos políticos, decenas de miles de "desaparecidos" secuestrados y torturados salvajemente, porque se sabe que se inventan enfrentamientos para disimular fusilamientos en masa de militantes obreros, estudiantes y profesionales. Y también se sabe que todo esto no ha doblegado al pueblo argentino, y ha dejado a la dictadura en el más completo aislamiento político y social, y le ha traído el re-

En sus desesperados esfuerzos, la Junta ha logrado recientemente su aislamiento a la actividad de gobiernos, políticos y especialmente periodistas de Europa y de otras partes del mundo. Nosotros advertimos a las delegaciones y a los periodistas: sepan que no es de las organizaciones populares de quienes deben temer, sino de las fuerzas represivas y sus bandas ultraderechistas. No sería extraño que intentaran tomar represalias contra aquellos que hacen conocer sus crímenes en otros países.

Los Montoneros no nos oponemos al Mundial, ni habrá tregua. Junto al grito de aliento a la camiseta celeste y blanca, estará el reclamo de libertad y justicia del pueblo argentino. Ambos se harán oir en el mundo entero.

LIBERACION O DEPENDENCIA

PATRIA O MUERTE

VENCEREMOS

Jorge H. Salazar
Jefe del Departamento
de Prensa y Difusión

Para acabar com as dúvidas, os guerrilheiros Montoneros divulgaram um comunicado esclarecendo a sua posição: nem contra nem a favor, pero...

Aeroporto de Mendoza: apesar do "bienvenido", depois desta foto o fotógrafo foi detido

esquerdistas. Com exceção do próprio futebol, analisado com a paixão e o envolvimento que os jornalistas não dedicam a outros assuntos, a imprensa argentina não sabe ou não pode fazer críticas — e uns e outros variam entre o cauteloso silêncio e a vibrante exaltação às atitudes da Junta Militar. Um velho padrão do jornalismo local, o tablóide *La Opinión* — uma espécie de versão portenha do *Le Monde* — foi envolvido no chamado "caso Graiver" (um escândalo complicado que mistura negociatas financeiras, empresários e guerrilheiros) e sofreu intervenção do governo militar no último dia 24 de maio. Neste clima cor-de-rosa que caracteriza a atual imprensa argentina, uma honrosa exceção é o conservador diário *La Prensa*, liberal e fanático antiperonista, tanto quanto *O Estado de S. Paulo* em relação a Getúlio Vargas e ao trabalhismo. O *La Prensa* também é contra o governo militar.

Em seis meses, quase 600 mortos

Quem é a favor, no entanto sempre acha uma justificativa para tudo — até mesmo para a guerrilha, quando reconhecem que ela existe. Como faz o presidente da Associação Argentina de Agências de Viagem e Turismo, Roberto Rezzio: "O Esquadrão da Morte de vocês matou mais gente do que o nosso Exército", nos disse ele, momentaneamente acometido de modéstia. Afinal, o nível de violência política na Argentina demonstra que as forças de segurança são das mais eficientes: entre os 1.419 cadáveres oficialmente identificados em 76, a grande maioria era de guerrilheiros. E até 25 de junho passado, segundo cálculos extra-oficiais, o placar deste ano chegava a 515 mortos, guerrilheiros ou não. "O curioso é que, até hoje, nunca se ouviu falar de um guerrilheiro capturado vivo, ferido ou não. Nos enfrentamentos, o Exército identifica apenas guerrilheiros mortos ou fugitivos", nos explicou um jornalista europeu em Buenos Aires. Embora algumas organizações de exilados argentinos no exterior falem em cerca de 5 a 10 mil presos políticos no país, o governo militar nega a sua existência: "Acá no hay detenidos políticos, solamente delincuentes subversivos". E a fórmula para acabar com esta delinqüência, ao que parece, não mudou: em apenas cinco dias, entre 24 e 28 de maio, em dois combates nas localidades buenairense de Monte Alegre e Haedo, o Exército matou 31 guerrilheiros.

Este clima de insegurança, que se reduzira durante o recente período constitucional peronista com o "pacto social" entre patrões e empregados, cresceu depois que os militares tomaram o poder, intervindo nos sindicatos e impondo uma nova ordem econômica. Os trabalhadores, ao que tudo indica, não estão muito satisfeitos: uma das raras estatísticas conhecidas, a da Fundación de Investigaciones Latino-Americanas (FIEL), mostra que o salário real do trabalhador argentino decaiu 53% entre outubro de 75 e fevereiro passado. E o custo de vida, apenas nos cinco primeiros meses do ano, atingiu a 42% devendo a inflação chegar a 128% até dezembro. Números que não ajudam, em nada, no desestímulo à "delincuencia subversiva".

Para complicar ainda mais este quadro, o diário *La Prensa* descobriu que os jogadores da seleção nacional, que atualmente disputa uma série de sete jogos internacionais amistosos, preparação para a Copa do Mundo, ganham por cada jogo disputado o equivalente ao salário de 63 professores: 180.000 pesos, cerca de 9.000 cruzeiros. Prêmio fixo, ganhe ou perca a partida. Os professores de cinco províncias do norte do país, coitados, em junho não tinham ganho ainda nem mesmo seus salários de abril, embora não passem de 20.000 pesos. Um professor primário recebe, por cada minuto de aula, 11 pesos, enquanto que um minuto de jogo representa, para cada jogador da seleção, 2.000 pesos. Espera-se que a Argentina vença a Copa do Mundo de 78.

Um comunicado dos Montoneros

As suspeitas de boa parte da opinião pública internacional, que apostam na ocorrência de graves atos terroristas capazes de comprometer o desdobramento tranqüilo do campeonato mundial de futebol, talvez não se justifiquem. Pelo menos é o que promete um documento mimeografado, datado de março passado e recebido por todos os correspondentes e agências estrangeiras em Buenos Aires. É o comunicado número 8, de 23 de março passados, dos Montoneros, o grupo guerrilheiro da esquerda peronista que, apesar dos sérios reveses sofridos diante das forças de segurança, diz ainda manter 10 mil homens em armas. Neste documento, assinado pelo "jefe del Departamento de Prensa y Difusión", Jorge H. Salazar, os Montoneros explicam que apoiam a realização da Copa, como "hombres y mujeres del pueblo". Durante o torneio, que deverá ter a cobertura de 4.5000 jornalistas do mundo inteiro, 2.100 mil espectadores nos estádios e outros 2 bilhões pela TV, via satélite,os Montoneros confiam que "milhares de aficcionados,desportistas e homens de imprensa estarão aqui ou terão suas atenções postas sobre a Argentina". E esclarecem: "A ditadura é o verdadeiro inimigo do Mundial", acreditando que "homens de todo o mundo poderão ser testemunhas desse enfrentamento. Conhecerão, pela boca do povo, na rua, nos estádios, o que pensam os argentinos deste governo gorila e assassino, quais são nossas ânsias de liberdade, justiça, paz e bem-estar". Os Montoneros prometem afinal, que o alento à camiseta *celeste y blanca* e o grito de liberdade e justiça do povo argentino serão entoados juntos no Mundial: "Ambos se harán oír en el mundo entero".

Por confiar nisso, aliás, é que o governo argentino prepara um rigoroso esquema de segurança para a Copa do Mundo. Em todos os seis estádios onde se disputarão os jogos, barreiras de segurança serão dispostas numa distância mínima de dez quadras dos portões principais, revistando-se todos os torcedores com detectores de metais. Êste serviço será feito por soldados da Polícia Federal e do Exército, comandados por um general, segundo um estudo secreto que será submetido ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas até setembro próximo. No próprio EAM, esta preocupação com a segurança existe, na presença do coronel (da ativa) de Exército Walter Cezar Ragalli, chefe do setor de segurança da Copa, eufemisticamente identificado nos corredores e no organograma do EAM como "gerente de asuntos especiales".

Uma evidência, afinal, de que não há guerrilha na Argentina. O que existe, realmente, são "asuntos especiales". Nada más.

Um dos três estádios novos que a Argentina constrói para o Mundial. A segurança já é preocupação

ESTUDANTES
PROFESSORES
JORNALISTAS
ECONOMISTAS
ARTISTAS
ADVOGADOS
ADMINISTRADORES
PUBLICITÁRIOS
REDATORES
POETAS
ESCRITORES
ENSAÍSTAS
FOTÓGRAFOS
CENÓGRAFOS
DESENHISTAS
TEATRÓLOGOS
RADIALISTAS
CINEASTAS
COMPOSITORES
MANEQUINS
DIRETORES
ILUMINADORES
ATORES
ATRIZES
FREE-LANCERS
ARQUITETOS
DESIGNERS

REFLEXUS

Só não compra na Cepal quem não faz nada e, dizem os filósofos que nada é tudo, portanto, todos compram na Cepal, à vista com descontos de até 15% ou pelo crediário sem igual.

Cepal

André da Rocha, 216
Pres. Roosevelt, 1344
Assis Brasil, 2642

O que pensam os sindicatos

Por Vera Costa

Francamente otimista, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Porto Alegre, Lourenço Ullmann, afirma que o País está atravessando uma fase de grande progresso. Não há maiores problemas nem entre os trabalhadores, pois "o achatamento salarial não foi tão grande como dizem". O presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio da capital, Hilton Valdir da Silva, também consegue animação suficiente para acreditar que os índices de reajustes salariais têm sido superiores às taxas da inflação. O que, naturalmente, leva-o a louvar os benefícios com que foram presenteados os 80 mil comerciários porto-alegrenses, a maioria ganhando salário mínimo mais comissões.

Nem tudo, porém é otimismo. O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias do Rio Grande do Sul, Mário Provense, declara, com inquestionável convicção, que "a política salarial só trouxe prejuízos aos trabalhadores" e aponta mecanismos como o PIS como paliativos, amenizador de uma situação decididamente desfavorável. "A fórmula matemática só funciona para o governo", brada João Paulo Baptista Marques, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Porto Alegre. "Porque o que nós vemos é que realmente está congelado o salário do trabalhador".

Oscilando entre sentimentos tão opostos, 12 dirigentes sindicais gaúchos foram convidados pelo *Coojornal* a opinar sobre movimento sindical, política salarial, custo de vida, Fundo de Garantia e até mesmo a respeito das manifestações estudantis. Suas respostas dão uma mostra da divergência de idéias e comportamentos dos líderes sindicais atuais. Eleitos após seus nomes terem sido aprovados pela Delegacia Regional do Trabalho, depois da apresentação de um atestado de bons antecedentes, obrigados a ter mais de dois anos de sindicalização e dirigindo entidades dependentes economicamente do Estado (que redistribui a verba conseguida com o imposto sindical), os dirigentes de hoje pensam assim:

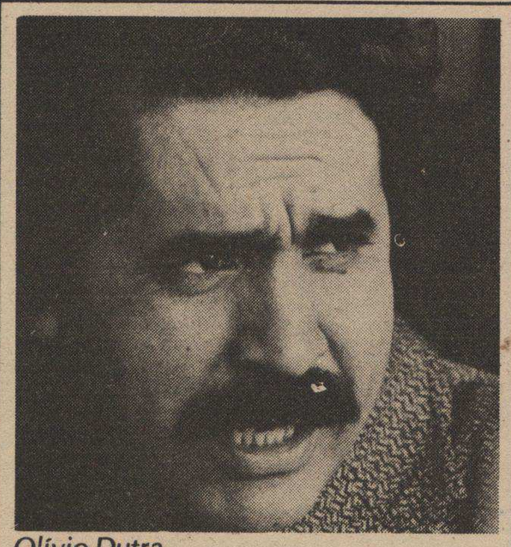
"Ainda não temos dissídio e o reajuste é feito de forma especial. Mas devemos entender que a Rede Ferroviária passa por dificuldades em todo o País porque está caminhando para a sociedade anônima que deve ser. Infelizmente temos uma imundície que é o FGTS em um aspecto, embora por outro lado apresente benefícios quando o funcionário se aposenta. Os sindicatos deviam fazer tudo, escola, assistência social, recreação, reajustes, tudo. Deveria existir o livre debate, só que para discutir é preciso que os dirigentes conheçam a realidade, do País e da categoria, para não dizerem besteira. Deveriam ser um pouco mais tecnocratas, conhecer a fundo as questões. Acho que temos que ver a empresa e o empregado como uma coisa só".

(Édison Correa de Correa, presidente do Sindicato dos Ferroviários do RS)

"A função dos sindicatos é melhorar o nível de vida do trabalhador, melhorando o seu poder aquisitivo. No entanto, os sindicatos estão mais voltados para o assistencialismo. Há uma intenção clara de transferir a responsabilidade sobre a saúde — que é obrigação dos órgãos governamentais — para os sindicatos. O problema maior, porém, são os salários. Não adianta ter assistência médica se o poder aquisitivo não acompanha o custo de vida. Os salários são impostos e na matemática não há mesmo participação. O trabalhador é mercadoria nas mãos do empregador, com o advento do FGTS, que não tem ônus algum para despedir.

(Adão Haggstram, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre)

"Nosso reajuste foi de 44% no ano passado, 2% a mais do que o índice oficial porque fizemos acordo. Mas a inflação atingiu 46%. Então é certo que o governo, tranqüilamente, vai dar a diferença este ano. Se não fosse o governo a gente teria índices menores e não seria bom. O que não é certo é pensar em greve num país ainda subdesenvolvido como o Brasil. A



Olívio Dutra

greve só iria atrapalhar a política do governo e o progresso que estamos conseguindo. Por exemplo, o empregado foi o grande beneficiário do FGTS porque eles podem sair e procurar outro emprego. Enfim, progredir e não ficar acomodados. Claro que aumentou a rotatividade, mas para o patrão não mudou nada porque ele indeniza mês a mês com o Fundo. Sobre o movimento dos estudantes? Essa pergunta, me desculpem mas eu não respondo".

(Hilton Valdir da Silva, presidente do sindicato dos Empregados do Comércio de Porto Alegre)

"Não aceitamos a política salarial porque ela impede o livre debate entre as partes e só veio beneficiar o patronato. Essa política contribuiu para esvaziar os sindicatos, pois os trabalhadores sabem que é muito difícil conseguir alguma coisa mais do que os índices oficiais. Então a luta maior dos sindicatos é a conscientização do associado, já que os dissídios é que mobilizam mais. Hoje eles vêm ao sindicato em busca de assistência médica ou jurídica. Falta renovação no movimento sindical e sobra desinteresse. Seria necessária a revogação da política salarial e de toda legislação que tolhe os sindicatos. O ideal seria um movimento autônomo. Se os estudantes estão fazendo manifestações é porque há descontentamento. Então é preciso ouvi-los também".

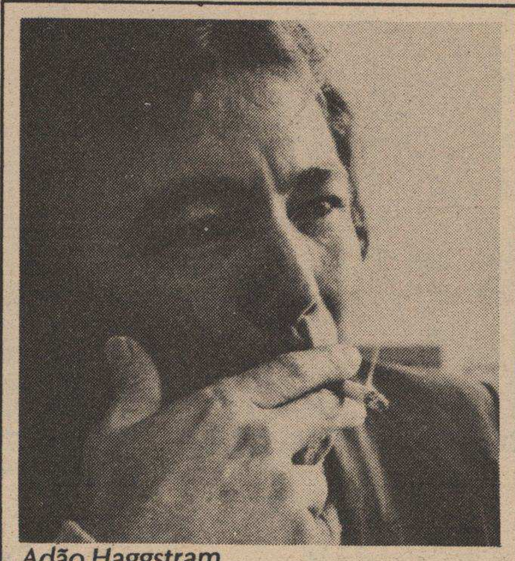
(Paulo Abdalah presidente do Sindicato dos Propagandistas e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Porto Alegre)

"O governo está com dificuldades para conter a inflação mas tem seus técnicos para fixar os reajustes salariais. E se pode dizer que essa maneira de fixar os índices prejudicou os trabalhadores. Mas nem por isso se justifica a tese das greves porque o Brasil ainda não tem condições de mantê-la. Seria prejudicar o andamento da Nação, e de uma forma dos próprios trabalhadores. Felizmente não existe nenhuma reivindicação dessas no nosso sindicato nem na nossa federação. Depois das greves, antigamente, sempre aconteciam muitas rescisões de contrato. Se não se tem meios de lutar pelo dissídio, temos que dar assistência. Para isso foram criados os sindicatos".

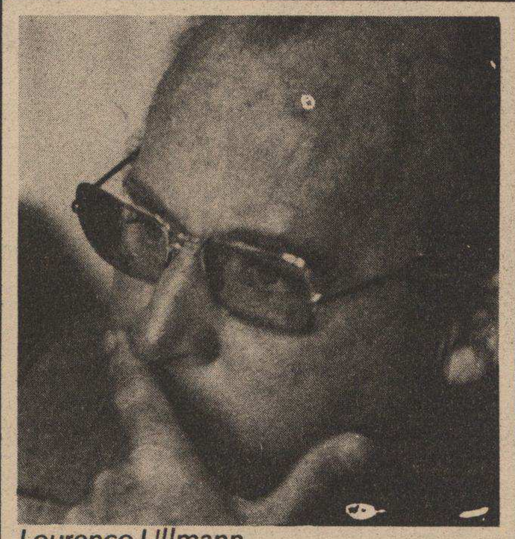
(Álvaro Passos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Combustíveis do Estado do Rio Grande do Sul)

"A política salarial foi usada muitas vezes como pretexto no combate à inflação e funcionou como desculpa para o aumento do custo de vida, quando, na verdade, foi o instrumento de uma política econômica que fez o milagre falado. Para mudar isso só com a livre negociação. E revogando-se a lei 4330 que regulamenta a greve. O FGTS foi um dos maiores males acontecidos na área trabalhista, pois foi usado como instrumento para baixar o preço da mão-de-obra através da rotatividade. Os estudantes são os únicos que estão saindo para levantar bandeiras de interesse geral da população. O movimento sindical só irá para a frente com a extinção do imposto sindical porque então só vão sobreviver as entidades que conseguem mobilizar e que se identificam e trabalham com as bases".

(Paulo Steinhaus, presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul)



Adão Haggstram



Lourenço Ullmann

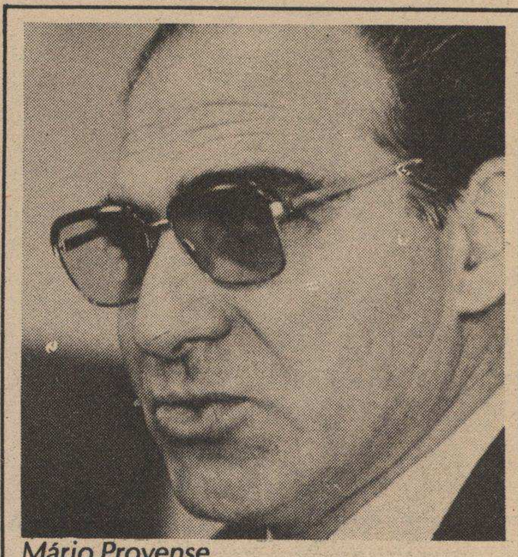
"É certo que os salários não vêm acompanhando o custo de vida, mas existem os convênios de assistência médica e o nosso Tribunal da Justiça do Trabalho no estado, eu sempre digo, é muito bom, porque vem deixando passar acordos de reajustes acima do índice. O FGTS nós já fizemos a proposta de que a empresa deve depositar 50% e não 10% no Fundo, porque assim a rotatividade diminui. O Brasil tem leis trabalhistas fabulosas, mas o nosso povo tem que ser mais educado, é por isso que não se pode ter greve. Nós estamos muito bem no movimento sindical gaúcho, eu sempre digo, nós temos os líderes mais autênticos do País. Os sindicatos aumentaram a sindicalização depois da assistência médica e das bolsas de estudo. Eu sempre digo que os sindicatos devem ter mais responsabilidades, mas também dar assistência, recreação, colônias de férias, festas, bailes..."

(Edir Inácio da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário)

"A própria Fundação Getúlio Vargas declara que os índices de reajustes salariais são inferiores aos da inflação. A responsabilidade por isso é da política salarial. Por isso sou a favor da livre negociação entre empregados e empregadores, sem a interferência do Ministério do Trabalho. Não temos liberdades sindicais. Os sindicatos não prestam contas, mas o Ministério fiscaliza: dá no mesmo. Liberdade é ter direito real de reivindicação. Com o FGTS a rotatividade aumentou e os trabalhadores não se aposentam mais por tempo de serviço mas por idade. Se houvesse estabilidade iria ficar mais difícil as despedidas em massa que acontecem, por exemplo, no setor do vestuário. É importante falar em liberdades democráticas porque está implícito também maior liberdade para os sindicatos".

(João Batista Marques, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário)

"Os salários continuam achatados e a política salarial é responsável porque os índices são fictícios. O que ainda anima um pouco as assembléias para reajustes salariais é a possibilidade do acordo. Acho que a ação reivindicatória ficou prejudicada nos últimos anos mas ainda é possível devido a outras vantagens como a assistência médica. O movimento sindical continua vivo e atuante. O trabalhador já



Mário Provense

Fotos de Eneida Serrano e Luis Abreu

sabe o que reivindicar e o momento oportuno para isso. Por isso achamos que os estudantes devem ficar atuando na sua faixa. Cada macaco, diz o ditado, no seu galho".

(Euclides Bento da Cruz, presidente do Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre)

"A assembléia costuma abusar um pouco dos direitos de reivindicar e exagerou no pedido de reajuste: 60% amigável e 65% litigioso. Nós agora estamos gestionando com diplomacia. Os salários são baixos, mas não vamos esquecer as leis sociais. A gente tem que ter confiança nos homens do governo. Nós da construção civil não podemos nos queixar pois temos obtido índices maiores que os oficiais. Eu também acho que se faz muito estardalhaço com a questão dos acidentes, porque todo dia morre gente no trânsito. Existe liberdade sindical, nós temos. Há uns dez anos, o trabalhador estava muito pior. Antes de 1964 eram as greves que prejudicavam o trabalhador e o País. Eu vivi e sei o que era. O salário mínimo não dava para comprar nada".

(Lourenço Ullmann, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Porto Alegre)

"A política salarial faz parte da política econômica que se caracteriza por um modelo concentrador de riquezas. Treze anos de arrocho e maus resultados não convenceram os magos da economia e donos do poder de que não é o salário o principal causador da inflação. A saída está na negociação livre com os sindicatos desatrelados do Estado e os trabalhadores com a possibilidade real de exercitarem o direito da greve — que não tem nada de tenebrosa como o oficialismo quer fazer crer. A imobilidade dos sindicatos está fundamentada hoje em um tripé: a política salarial, o FGTS e a lei de greve, onde é estabelecido o controle, onde o empregado está colocado nas mãos do empregador e por onde se aniquila o nascimento de lideranças. Entendemos que o FGTS também foi uma das exigências do investidor estrangeiro para se instalar aqui sem os riscos apresentados nos países de origem, onde a estabilidade e a seguridade são um fato. Enquanto toda a sociedade não desabrochar para a democracia não existirão sindicatos de trabalhadores verdadeiramente livres".

(Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre)

"A política dos salários eliminou o diálogo com seus reajustes fixos. O empresário também está amarrado porque se quiserem dar reajuste maior o governo tranca os financiamentos. É necessária uma nova estrutura sindical menos vertical, feita pelos trabalhadores. Deve existir obediência às normas constitucionais, mas não todo este atrelamento que existe. Atualmente os sindicatos estão piores que água de poço, vivendo apenas de assistencialismo e sem participação real nas assembléias. Na área da semiqualificação o FGTS é muito usado para baixar ainda mais os saláiros. Existem setores do movimento sindical que estão lutando, mas a dianteira será mesmo dos trabalhadores".

(Mário Provense, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação do Rio Grande do Sul)

Pense.

Pare para pensar.

Uma paradinha qualquer, um pensamentinho que seja.

Pense idéias ao alcance da realização, coisas práticas.

Num meio melhor de executar uma tarefa, de cumprir uma função.

Dê uma boa pensada na vida que você leva, no modo como reage e na sua postura em relação às mudanças do nosso tempo.

Reflita sobre problemas que lhe interessam ou lhe dizem respeito. Problemas seus, da sua comunidade — todos merecem maior reflexão.

Refletindo, você encontra soluções inesperadas, oportunas, construtivas e renovadoras.

Fazer do hábito de pensar uma forma de questionar fatos e atos é evoluir.

E todos nós, de um jeito ou outro, uns mais outros menos, estamos precisando de uma dose de evolução.

Não dessa evolução carregada de know-hows, **tecnologias, avanços científicos e progressos. Não.**

Estamos falando de idéias de ser humano para ser humano.

Se nós chegamos a este estágio cultural, foi porque há milhões e milhões de anos um ancestral nosso resolveu assumir o seu mais antigo e exclusivo privilégio biológico: o de pensar.

Não fosse isso, o Homem ainda seria um animal a mais na natureza.

Não teria acumulado conhecimentos nem sentido a necessidade de preservar e transmitir idéias.

Mas parece que todas essas conquistas estão nos custando muito caro. Estão impedindo da gente pensar.

Nós, da Pallotti, vivemos de imprimir idéias e não podemos conceber esse impedimento.

Porque achamos que ficar calado, engavetar criações ou desistir de imaginar, é ruim para você e para os que vivem ao seu redor.

A Pallotti, com este anúncio, não quer mudar o mundo. Só não queremos que pensem que por não opinarmos estamos satisfeitos com ele.

Vamos pensar. Com originalidade, com teimosia.

Pode ser que uma idéia sua contribua para aumentar a esperança ou otimismo em sua casa, no seu trabalho, na sua escola.

Pode ser que vire um conto, um livro. Uma peça de propaganda. Um manual de instruções. Um cartaz, um folheto ou um prospecto de utilidade pública. Pode ser que se torne um boletim de empresa ou mesmo um catálogo comercial.

Não importa. O que mais interessa é que pensando você pode participar intensamente de qualquer processo funcional que estiver envolvido e assim se realizar melhor.

Demos esses exemplos de idéias porque essa é a parte que nos toca no contexto geral. E porque nós da Pallotti acreditamos muito no que fazemos.

Mas se a sua felicidade depender de uma idéia que não precise de papel, tinta e impressora, não faz mal.

Nem só de idéias impressas vive o Homem.

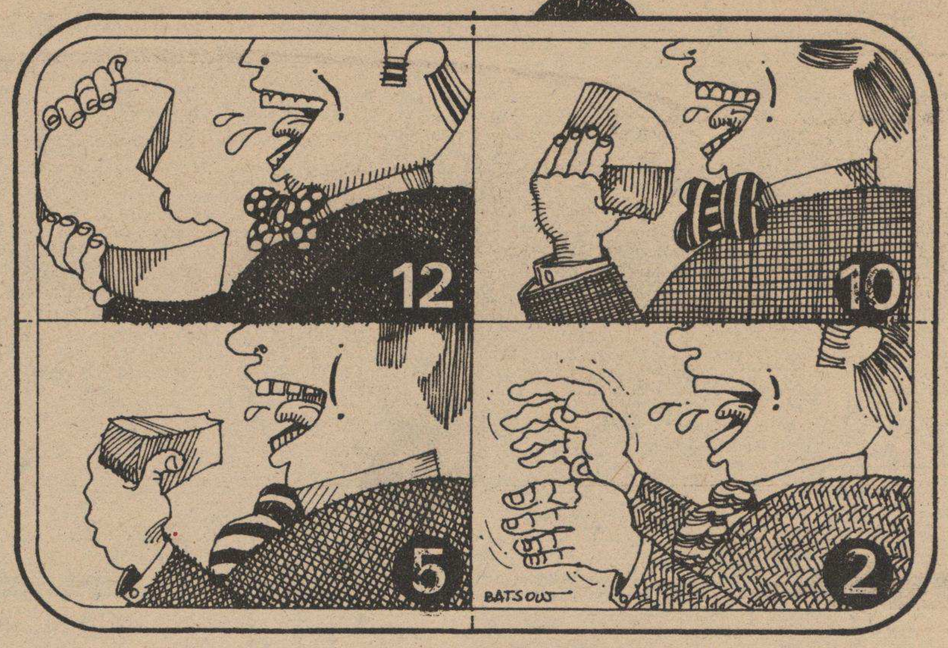
LIVRARIA EDITORA PALLOTTI

Rua Tupi, 200 — Passo D'Areia (Volta do Guerino)
Fone 41.3976 — Cx. Postal 6010
90.000 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

COMPOSIÇÃO/FOTOLITAGEM/IMPRESSÃO

Livros • Catálogos • Boletins • Folhetos • Revistas • Cartazes • Anais • Prospectos • House-organs • Malas-diretas

Tv no Sul: Cabe mais um?



Por Ricardo Schmit

Existe uma grande expectativa. No começo do mês (dia 2) a TV Guaíba pôs o sinal no ar em caráter experimental. E pouca coisa se sabe sobre sua programação. Ou melhor, quase nada, pois são as conversas dos profissionais já contratados e de funcionários da Companhia Jornalística Caldas Júnior que indicam a tendência da nova emissora fazer o jornalismo seu grande trunfo. "Meras especulações", garante o diretor da futura TV Guaíba, o jornalista Francisco Antônio Caldas. De concreto, apenas a sua palavra de que está "rigorosamente dentro dos prazos".

Ao meio publicitário isso não satisfaz. Os mídias de agências de publicidade, que programam a aplicação das verbas dos clientes, consideram o silêncio uma manobra para causar impacto. Há quem diga que nem tudo corre bem no projeto de instalação da nova emissora de televisão de Porto Alegre. Enfim, antes de invadir os lares gaúchos com sua programação misteriosa, a TV Guaíba está dando o que falar.

O diretor-geral dos Diários e Emissoras Associados no Rio Grande do Sul, Estácio Ramos, se apega a um recente estudo de mídia para afirmar que existe "a viabilidade de mais um canal para Porto Alegre". Não poderia ser de outra maneira. Desde o começo do ano a TV Piratini, das Associadas, tenta mudar sua imagem bastante desgastada. É justamente aqui no Rio Grande onde a Rede Tupi de Televisão não consegue manter seu já tradicional segundo lugar, atrás da Rede Globo. E parece, segundo um consenso entre os mídias, que levará algum tempo para se recuperar e ver seu apelo comercialmente retribuído. Um dos que assim pensa é o mídia da Lauffer & Dalke, Roberto Taboada: "Não surtiu efeito na publicidade a mudança. Tentaram mudar a imagem mas não conseguiram. Em termos de empresa e de imagem. Lá em casa continua pegando mal o Cinco".

O diretor-geral das Associadas sabe perfeitamente dos problemas que seu comercial enfrenta na hora de vender a programação. O primeiro deles é o passado do canal 5, que para Estácio Ramos "está enterrado". Por isso, tentando fazer com que os clientes e agências "não se apeguem ao passado para fazer uma mídia", ao mesmo tempo a preocupação maior é a de "vender o nosso presente e mostrar qual é a expectativa futura, sem vender o que não temos. Não se vende promessa, só o que se tem na prateleira", garante ele.

Exatamente com o Cinco buscando abastecer a sua prateleira é que a TV Guaíba entrará no mercado para disputar uma fatia do bolo publicitário. Na Piratini ninguém duvida do sucesso da emissora de televisão da CJCJ. E Estácio Ramos tem certeza de que ela "não afetará, em termos comerciais, a TV Piratini, mas virá, isto sim, contribuir para uma melhor distribuição do bolo. Isso em virtude, principalmente, do conjunto de veículos em que ela vai se enquadrar. A TV Piratini pode se sustentar no mercado de Porto Alegre. A estimativa de mídia eletrônica (rádio e televisão) corresponde a uma previsão de Cr$ 333 milhões e 700 mil para o ano publicitário (de outubro de 76 a outubro de 77). Com 19% de participação no mercado seria uma emissora rentável".

"TIRAR O NOSSO"

— Com esse dinheiro o Estácio é um homem rico — surpreende-se Roberto Gianonni, ex-cantor do antigo programa *Clube do Guri* e hoje diretor do Comercial da TV Difusora canal 10. Seu otimismo em relação às verbas é maior que o sonho do próprio Estácio. Gianonni acredita que até outubro a aplicação de verbas em televisão chegue aos Cr$ 400 milhões. Por isso está preocupado:

— Porque a TV Guaíba vai tirar o nosso, principalmente. Ela vem em cima do nosso segmento de mercado. É capaz de comprar mercadoria na mesma fonte. E o mercado não comporta uma quarta emissora de tevê comercial. No final, no final uma irá se dar mal. Pelo ineditismo, a curto prazo a Guaíba periga entrar em primeiro lugar. Agora, vai agüentar? Não sei.

De uma coisa o ex-cantor tem certeza: a entrada da Guaíba fará com que cada vez mais as emissoras se especializem em determinados segmentos de público. Exemplificando: "A Gaúcha em novelas, a Difusora procurando qualificar cada vez mais um público de bom poder aquisitivo".

Obedecendo essa filosofia, de junho do ano passado ao deste ano a receita do Comercial aumentou "em 54%". Durante esse período a Difusora faturou Cr$ 73 milhões. Dinheiro arrecadado em São Paulo, Rio de Janeiro e no Rio Grande. O Rio Grande do Sul foi responsável por 73% do faturamento, isto é: Cr$ 56 milhões. Por isso, Gianonni é categórico ao dizer que "pelo menos 35% do bolo é nosso".

Como a tendência desse bolo "é aumentar vegetativamente, ou seja, ficar o mesmo", e como a Guaíba "vai entrar justamente no nosso padrão", é inegável sua preocupação. Mas providências serão tomadas:

— Nós queremos fazer com que a nossa equipe — tanto a de produção artística como da parte de vendas — se profissionalize mais para dar melhor atendimento às agências, para enfrentar o que sabemos será uma competição das mais amargas. Das mais acirradas.

O chefe de programação do canal 10, Sérgio Signo, esclarece que a programação ficará inalterada até a metade do ano que vem. Depois disso, conforme entrar a TV Guaíba, poderá modificar algumas coisas. "A televisão toda — diz ele — tem que modificar de acordo com o interesse do público. Atualmente a novela está no auge. Amanhã não. Acho que a tevê brasileira vai caminhar para o jornalismo; a informação em primeiro lugar."

CONFORME A MÚSICA...

Tranqüila é a situação da TV Gaúcha. Mantendo um crescimento "deflacionado" de 5 a 10% ao ano e absorvendo "pelo menos 65% do bolo" o gerente-executivo do Comercial do canal 12, José Maurício Alves, rapidamente estipula "uns 6%" como sendo o máximo que se pode perder de verba publicitária:

— No início — diz Maurício — pela novidade. Depois, não vamos perder mais nada. Mas não existe um valor que se possa perder e que afete o esquema operacional. Deve-se dançar conforme a música. E, se for o caso, aí se trabalha com um faturamento mais real, com menores custos. Mas a nossa preocupação é continuar crescendo.

Zé Maurício é dos que pensam que o bolo crescerá com a entrada da TV Guaíba. Sabe que perderá um pouco da sua verba. "um acentuado volume da Difusora e um bom volume da rádio Guaíba — que são as verbas políticas da (mídia) eletrônica, que na Caldas Júnior estão na rádio Guaíba".

Fernando Miranda, diretor da TV Gaúcha, não se preocupa com a diminuição de verbas. Tampouco com a TV Guaíba. A TV Gaúcha, garante, "está preocupada com ela mesma, em termos de desenvolvimento, de reinvestir em equipamento e incentivar cada vez mais o jornalismo eletrônico. A Gaúcha não está preocupada com a TV Guaíba. Vai manter a sua linha de programação que tem sabor nacional".

Por sua vez, o Comercial do canal 12 pretende melhorar cada vez mais o atendimento, explica Zé Maurício. E isso não quer dizer só estar presente nas agências e nos clientes, e sim estar presente de uma boa maneira, com pesquisa não só de audiência como de hábitos dos telespectadores e da qualidade da audiência. Ao mesmo tempo, a Gaúcha está voltada para o cumprimento das questões legais. A RBS é uma empresa em crescimento precisa de concessões".

Justamente uma questão legal de audiência serve de conflito entre o que a Difusora mostrou no último Seminário de Mídia e o que o 12 pensa. Acontece que o comercial do Canal 10 bem usou a pesquisa anual da Marplan que apontava o seguinte: de 700 mil pessoas ouvidas, 80% assistem normalmente televisão. Dos que assistem 53% são mulheres e 47% são homens. Dos telespectadores, 35% (194.700) vêem só a Difusora e 28% a Difusora e outras. Com o que não concorda a TV Gaúcha, que reclama maior audiência para si.

É dentro desse quadro (com o canal 5 tentando se reerguer, com o canal 10 definindo um segmento de mercado classe A e com o 12 pensando em manter sua fatia) que a Guaíba entrará nas próximas semanas. Irá ao ar em meio a uma expectativa não só do público como dos profissionais. Entrará para disputar um lugar nas oscilações de audiência do Ibope e do Marplan, desde que "não haja uma reversão da expectativa", insinua Zé Maurício, querendo dizer que ela só mexerá na situação atual se não frustrar as aspirações dos telespectadores. Que aspirações são estas? Segundo a pesquisa da Marplan: 68% preferem filmes e notícias; 58% shows e musicais; 57% novelas; e 36% esportes.

O que estão pensando os mídias

—Basta a Guaíba entrar bem qualificada que vai haver verba. De início o pessoal não vai se atirar, por isso, talvez nos primeiros quatro meses não haja muita alteração. A Gaúcha não vai sofrer nada. A Guaíba vem para disputar um segundo lugar; deve entrar na faixa da Difusora. O custo de tevê é bem elevado: três comerciais de 30 segundos, no horário nobre, é Cr$ 18 mil. Por isso, em São Paulo e Rio a grande mídia é o jornal, depois, o rádio e a televisão sustentam. E isso acontecerá aqui também. **(Opinião de Marcos Zani, mídia da Santer Publicidade — que destina à TV pouco mais da metade dos "600 a 700 mil" da verba que manipula, sendo uns 60% para a TV Gaúcha. Maiores clientes: Carro do Povo e Dosul.)**

— O gaúcho custa muito a acreditar nas coisas novas. Por isso, vai tirar verbas de outras para aplicar na TV Guaíba. Sempre há um descrédito em relação aos veículos novos. Mas existe mercado para essa quarta emissora, principalmente porque a terceira não tem condições de dar um bom retorno de aplicação de verbas. Infelizmente não temos conhecimento nenhum do que será a programação, mas a concorrência será com a TV Difusora, que é a opção para público masculino. O grande problema de mídia tem sido o público feminino. Temos só uma tevê com quatro novelas e o Jornal do Almoço. E, durante a novela das 20 horas, 30 segundos custam Cr$ 6 mil e, depois de junho, Cr$ 6.840,00. Muito caro, por isso há uma tendência à mídia impressa e até em jornais naniços. Isso em Rio e São Paulo porque aqui os anunciantes estão totalmente voltados para a televisão. O empresário se condicionou que a tevê é o melhor veículo. A primeira coisa que ele cita com ênfase é a tevê. **(Opinião de João Manoel Martins Silva, da Martins & Andrade Ltda. Propaganda, que tem 50% de sua verba mensal de quase Cr$ 5 milhões voltado para revistas de circulação nacional, e 20% para televisão, sendo mais da metade para aTV Gaúcha. Maiores clientes: Olvebra, Carrocerias Randon, Eberle, Marcus Pozza, Forjas Taurus.)**

—A MPM já tem uma previsão de aplicação de verbas na TV Guaíba. Se ela entrar no próximo mês será bom, pois aí entrará já no planejamento anual. Dependerá da aceitação. O esquema no papel é um, a aceitação do público é outra. O que deve acontecer com a entrada da Guaíba é uma nova modalidade de comercialização de tevê. Vai acarretar uma diminuição das fatias, que serão proporcionais ao segmento de público atingido por cada uma. Pra nós não existe uma disputa de audiência. Existe uma opção maior de mídia. Talvez uma pequena audiência seja mais significativa pra se tocar o produto que se quer. A grande verba da televisão é o varejo. Uns 60%. A tevê comunica a liquidação e o jornal explica. Mas ainda temos deficiência nas pesquisas. Existe muito cliente que não sabe se sua mensagem está sendo eficiente, de fato, e outros não sabem como e por que aplicam a verba. Aqui na agência, a verba do cliente é aplicada de acordo com o índice de audicência. **(Depoimento de Marne Osório, supervisor de mídia, da MPM Propaganda S.A. — que veicula, no estado, apenas 31,20% da verba mensal de Cr$ 6 milhões e 400 mil na televisão. O jornal vem em primeiro lugar com 34,55%. Os maiores clientes são: Grupo de Petróleo Ipiranga, JH Santos, Lojas Renner, Samrig, BRDE, Banrisul.)**

— Tenho minhas dúvidas se o mercado comporta quatro televisões. Se entrar outra ao estilo Gaúcha, não. Tem que ser um veículo mais seletivo, dirigido à classe A, onde se possa, por exemplo, vender um whisky mais caro. Mas enquanto não se tem certeza da programação não dá para dizer nada sobre a TV Guaíba. Um veículo novo não estimula o cliente a aumentar a sua verba de publicidade. Fica com um pé na frente, outro atrás. Até formar o hábito. Mas como mídia, nós temos obrigação de testar, investir alguma coisa para esses veículos novos sobreviverem. Caso contrário não se criam novos veículos e ficamos com o mesmo mercado. Em todo caso, nos próximos tempos tende a aumentar a participação do jornal. A tevê está se tornando muito cara e o pessoal está mordendo muito. Com isso o cliente está diminuindo a verba. **(Depoimento de Nídia Pacheco Pereira, mídia da Raul Moreau Propaganda, que divide sua verba mensal assim: 60% televisão; 30% jornal e 10% rádio. Maiores clientes: Marinha Magazine, Grupo Vontobel — com a Charrua e Fonte Ijuí — Hotel Fonte Ijuí, Lavanderia OK, Agroterritorial Cidreira e Escostegui.)**

EQUILÍBRIO

O País necessita não apenas reduzir deficit, mas também alcançar superavit. A preocupação converte-se em dever de todos. Das autoridades e dos cidadãos. Dos indivíduos e das empresas.

Mais que nunca é preciso exportar.

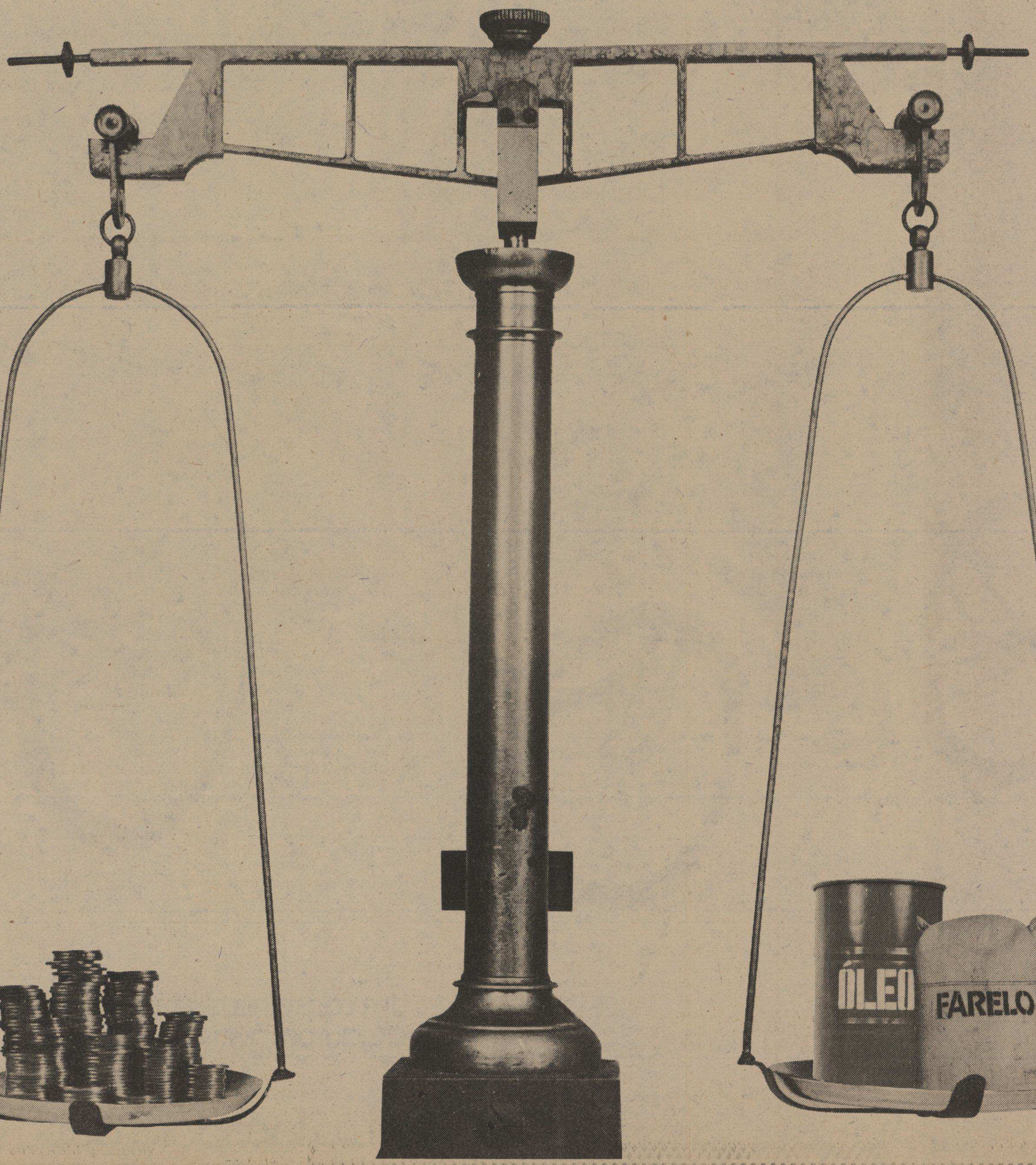
A SAMRIG, além de produzir farinhas, farelo, óleo comestível, margarinas, gordura vegetal, lecitina, sabões, proteína isolada de soja, para milhões de brasileiros, há muito que vem participando do mercado exterior, escoando seus excedentes para diferentes países do mundo.

De 1972 a 1976 a SAMRIG exportou US$ 314,894,300.00, despendeu US$ 7,763,360.00, gerando, portanto, US$ 307,130,970.00 em divisas líquidas.

Ajude o Brasil a produzir divisas e a economizá-las também.

Assim, vencendo os desafios do presente, construímos solidamente para o futuro.

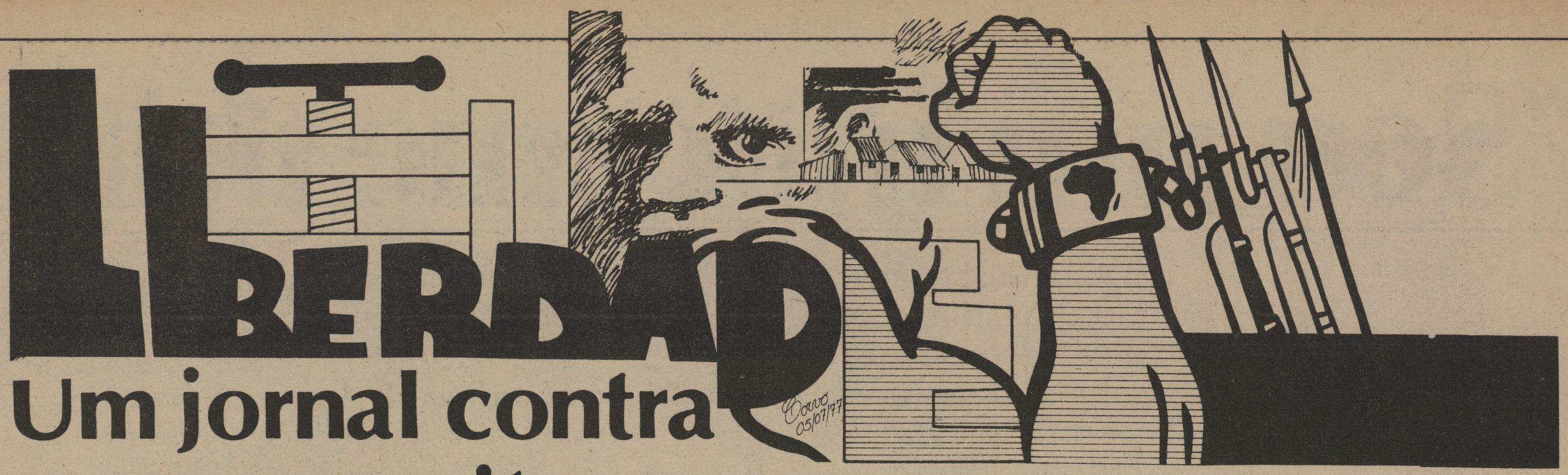
SAMRIG
S.A. MOINHOS RIO GRANDENSES



Domingo que vem, alugue uma bicicleta na Redenção.

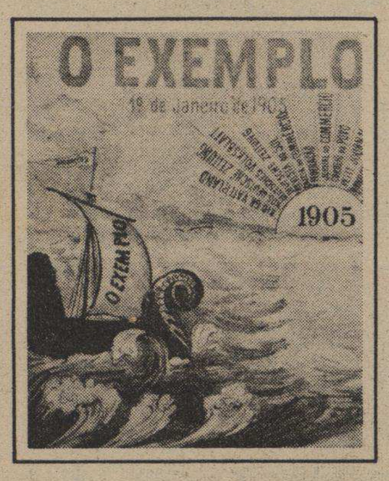
Um conselho da maior locadora de automóveis do Brasil.

auto locadora gaúcha



Um jornal contra o preconceito e a perseguição

Por Jorge Freitas



Talvez por ter vindo em pequeno número e porque sua presença na atividade pastoril não fosse tão necessária quanto nas plantações de cana-de-açúcar do Nordeste, o negro do Rio Grande do Sul vive uma situação bem distinta da de outros negros brasileiros. Até mesmo sua influência na cultura rio-grandense é freqüentemente desconhecida pelos estudiosos mais preocupados com sua ascendência européia. No entanto, em 1892, apenas quatro anos após a Abolição da Escravatura, o negro do Rio Grande do Sul já reagia contra esta tendência racista do gaúcho: um grupo de doze homens negros reunidos numa barbearia da Rua da Praia decidiu fundar o jornal *O Exemplo*, que duraria 37 anos, só deixando de circular definitivamente em 1930.

Durante sua existência, O Exemplo cumpriu com a promessa feita em seu primeiro número, no dia 11 de dezembro de 1892, quando dizia: "Nosso programa é simples e podemos exará-lo em duas palavras: a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos". A aparente humildade da segunda frase se justifica e demonstra a lucidez do grupo liderado por Espiridião Calisto, a figura mais importante da história de O Exemplo: o negro, em 1892, estava marginalizado do processo de produção, não tinha condições de disputar empregos com os brancos, porque além de carregar consigo as conseqüências dos anos de cativeiro, não tinha acesso às escolas e, ainda, sofria o preconceito que se mantinha, embora formalmente a escravidão tivesse acabado.

Como todo o jornal que possua a intenção de combater preconceitos e atuar em áreas que dispensem o aspecto comercial, O Exemplo encontrou muitas dificuldades, durante seus 37 anos de existência. Pelo menos em quatro oportunidades, o jornal teve que interromper sua circulação. E os motivos, evidentemente, eram financeiros: circulando com pouco mais de mil exemplares e tendo seu público na comunidade negra, que apresentava altos índices de analfabetismo, O Exemplo não obteve o apoio que desejava. No entanto, mostrando mais uma vez lucidez, em 1902, quando o jornal retornava à circulação, o redator Espiridião Calisto propôs a criação de uma escola noturna, que funcionaria gratuitamente na própria redação. Embora os alunos só tivessem que assistir às aulas ministradas pelos próprios redatores, a idéia não teve sucesso.

Mas se a tarefa de aperfeiçoar medíocres conhecimentos teve sucesso apenas no que se referia aos próprios redatores do jornal e a um público bastante restrito, a defesa dos interesses da comunidade negra sempre pautou as atividades do jornal. Já na primeira fase, quando a discriminação racial sem nenhum disfarce partia dos órgãos públicos, o jornal era um crítico severo: "Prendem um homem de cor, honesto, laborioso e pacífico e soltam brancos vagabundos, desordeiros e perniciosos à nossa sociedade", denunciava O Exemplo em 1893, quando a polícia prendia negros e os obrigava a sentar praça nas tropas Castilhistas, que lutavam contra os liberais de Gaspar Silveira Martins.

Não faltaram oportunidades a O Exemplo para se colocar ao lado da comunidade negra. Morando na chamada Colônia Africana, os negros de Porto Alegre não podiam realizar reuniões em suas próprias casas sem solicitar anteriormente uma permissão das autoridades policiais. Quando isto não acontecia, a reunião era interrompida por agentes da polícia administrativa, que exigiam até mesmo certidão de casamento dos donos da casa. O Exemplo nunca deixou de denunciar tais fatos, assim como também defendeu o direito dos negros realizarem seus cultos religiosos, sempre interrompidos pela polícia, que nestas oportunidades não exigia permissões de outras autoridades, mas agredia moral e fisicamente as pessoas, que eram presas e humilhadas.

"Uma vez que as autoridades são impotentes para conter os abusos de meia dúzia de engraçados, resta-nos usar do direito de força", dizia O Exemplo, em 1893, para justificar a surra que alguns soldados levaram ao invadir uma festa familiar, em casa de negros. Provavelmente, este tipo de argumento foi o que determinou alterações no comportamento racista: o preconceito racial passou a ser menos ostensivo, até alcançar as sutilezas que enganaram o próprio negro. A maior prova disso pode ser encontrada no próprio jornal O Exemplo, num artigo de Marcílio Freitas, ao festejar o 29º aniversário da publicação:

"O preconceito existe e existirá, mas muito mais brando, de maneira que eu julgo até contraproducente estar-se mantendo atitudes agressivas, como alguns entendem, a acirrar ódios que se vão apagando", dizia o redator.

O jornal mudou muito durante seus 37 anos de vida. Inicialmente, sob a direção de Espiridião Calisto se preocupou em defender a comunidade negra e as classes mais pobres. Chegou até mesmo a falar em feminismo: Calisto registrava o surgimento do jornal feminista *O Excrinio* e aproveitava para analisar um problema muito atual, ainda hoje: a baixa remuneração do trabalho da mulher. Ligado à Confederação Socialista Brasileira, Calisto era barbeiro, mas colaborou nos jornais *A Federação* e *A Liberdade*, antes de morrer trabalhando como porteiro em uma repartição pública.

Substituto de Calisto na direção de O Exemplo, a partir de 1920, Dario Bitencourt representava a nova tendência de mascaramento da questão racial em Porto Alegre. Formado em Direito, Bitencourt transformou o jornal em uma tribuna literária de elite, onde desfilavam ao lado de negros com formação universitária, brancos como Athos Damasceno, Vargas Neto e Raul Bopp. No entanto, o jornal não conseguiu fugir de seu compromisso inicial, porque a realidade não podia ser desconhecida: em 1921, o Congresso Nacional vota o projeto

que proíbe a imigração de negros no país, e o presidente da República, Arthur Bernardes, intervém na seleção nacional de futebol, para impedir que a delegação que viaja à Argentina inclua atletas negros. O Exemplo teve conduta digna nestas oportunidades, mas assim que pôde abandonou a defesa ostensiva dos direitos sempre desrespeitados da comunidade negra.

Em 1930, o jornal deixa de circular, e Dario Bitencourt transforma-se no primeiro chefe provincial do Movimento Integralista. Escreve cartas ao segundo homem do Terceiro Reich, Rudolf Hess, e acaba preso e vítima de intensa campanha de difamação por defender idéias arianas, que entravam em evidente conflito com sua posição de ex-diretor de um jornal preocupado em defender interesses da gente negra.

Além de O Exemplo, Porto Alegre teve mais duas publicações de imprensa negra: *A Liberdade* e *O Ébano*. A Liberdade foi fundado em Bagé e funcionou também em Jaguarão, antes de vir para Porto Alegre. Seu diretor era Juvêncio Joaquim de Lima. Não foi um jornal tão caracteristicamente negro como O Exemplo: embora noticiasse as atividades sociais da comunidade negra, pautava seu noticiário pela efervescente discussão política da época anterior aos anos 30. Quanto a O Ébano, editado em 1963, por Elói Dios dos Angelos, foi um jornal que só conseguiu circular em duas oportunidades. Mais preocupado com uma briga da Prefeitura com a fábrica de refrigerantes, que acabou promovendo o carnaval de rua da cidade, O Ébano não tratou do mais importante: embora seja uma das mais fortes influências negras na cultura brasileira, o carnaval se elitiza e segrega o próprio negro.

Em exposição, 67 anos de imprensa negra

A imprensa negra mereceu no mês passado uma exposição dos jornais editados entre 1918 e 1965 em São Paulo. Os jornais do início do século até 1920 mostram a preocupação do negro em se fazer notar como classe social, assumindo inclusive comportamentos semelhantes aos da sociedade dos brancos. A segunda fase, após 1920, traz reivindicações ideológicas, questionando o regime vigente e tentando mostrar ao negro que ele tinha ou deveria ter uma posição social. Da década de 30 à de 60 a imprensa negra viveu de lampejos de alguns jornais de periodicidade irregular e influência pequena. Mesmo assim os negros buscavam outras formas de manifestação e de afastamento das imposições dos costumes sociais de cada época — e as escolas de samba, antes ilegais, passaram a ser os principais redutos da classe.

AQUI VOCÊ COMPRA COOJORNAL

SÃO PAULO
Principais bancas do centro
Universidades
Aeroporto

VITÓRIA
Capolillo Distribuidora
Rua Duque de Caxias, 32
Edifício Nicolla

BELO HORIZONTE
Livraria José Maia Gomes
Livraria Caixa de Música
Principais bancas

RECIFE
Livraria Livro 7
Rua Sete de Setembro, 307

CURITIBA
Principais bancas do centro

FLORIANÓPOLIS E LAJES
Principais bancas do centro

RIO
Principais bancas do centro e bairros

"Sou um inocente útil"

Em abril deste ano, Alceu Amoroso Lima recebeu o prêmio maior, oferecido ao melhor conjunto de obra, do 11º Encontro Nacional de Escritores. Mas recusou-se a ir com um grupo de participantes do encontro numa visita ao ministro da Educação. Houve quem ficasse surpreso, mas foi uma atitude coerente deste escritor que nos últimos anos tem feito sérias críticas aos governos. Tristão de Athayde, pseudônimo adotado em 1919, aos 26 anos, já foi adido do Itamaraty, crítico literário, professor, reitor... Escreveu mais de 80 livros. Em todo caso, acredita que atravessar os Andes a cavalo, conversar com Thomas Merton e passar um dia com Jacques Maritain foram fatos marcantes em sua vida.

Foto de Marcos Santilli

Coojornal — À luz de sua longa experiência no jornalismo, como o senhor vê a nossa imprensa hoje?

Tristão de Athayde — Sempre se disse que a imprensa é o quarto poder. Mas, hoje, no Brasil, a imprensa, por força das contingências, é o segundo poder. O terceiro e quarto poderes são o Legislativo e o Judiciário. Temos o poder efetivo, que é o poder Executivo — onipotente, autocrático, autoritário, caminhando para o totalitarismo monocrático. Considero que o primeiro poder é o que de fato manda no país. Esse poder é militar, mas é também civil. Insisto nesse ponto: não são apenas militares. O poder emana do conúbio dos militares autoritários com os civis reacionários. São muito mais violentos e prejudiciais à liberdade homens como José Bonifácio, Petrônio Portela ou Francelino Pereira, sem falar nos de segunda categoria como os Dinartes Mariz. Os civis são corresponsáveis por esta situação. Os militares foram educados na perspectiva de que os brasileiros são um povo indisciplinado, que precisa de controle, mas os civis estão contra eles mesmos, contra o civilismo, fenômeno que é uma das características do povo brasileiro, civilista por natureza.

Coojornal — O senhor poderia ser mais específico quando fala na centralização de poderes no Executivo?

Tristão de Athayde — Acabamos de ter uma demonstração da absoluta ausência do povo e dos outros poderes nos destinos da Nação. Nossa constituição foi substancial e profundamente modificada sem qualquer consulta ou participação do povo ou dos outros poderes. Se vivêssemos uma democracia, o poder Legislativo e o Judiciário seriam consultados, mas esses dois poderes estão subordinados ao Executivo. O primeiro, o Legislativo, acompanha diretamente as determinações do Executivo, e o Judiciário ainda conserva uma certa rebeldia, independência, autonomia. Enfim, são dois poderes realmente sufocados a um poder monopolizador, que continuo esperando que seja temporário. Portanto, cabe à imprensa o segundo poder. O poder de resistência, de oposição. Apesar de todas as restrições, ainda contém ou exprime e consegue ser a tribuna do povo. A imprensa representa a grande válvula de escape da opinião pública, dessa pobre opinião pública brasileira.

Coojornal — O senhor acredita que a imprensa brasileira tem condições de exprimir a opinião pública?

Tristão de Athayde — A imprensa é o segundo poder, mas é um poder sufocado. Existe uma tolerância do poder Executivo em relação a determinados assuntos e jornalistas. Lembro que a liberdade é um direito substancial, não é uma tolerância, autorização ou permissão. Me perguntam como é que eu posso dizer certas coisas quando escrevo. Respondo apenas que sou tolerado pelo poder. É como disse numa cerimônia lá em Brasília: sou um inocente útil, eles usam o meu exemplo para dizer que a imprensa é livre no país. Qualquer pessoa que levante um pouco a cabeça está arriscada a ser cassada e não poder publicar nos jornais aquilo que diz. Não existe liberdade de imprensa no Brasil. O que existe é impostura.

Coojornal — Ainda há a censura prévia...

Tristão de Athayde — Sim, a censura prévia... Temos jornais como Movimento, Opinião, Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, e O São Paulo, da Arquidiocese de São Paulo, entre outros, que são censurados previamente. Fazia parte do conselho consultivo do Opinião e, recentemente fui informado por seu diretor que ele não poderia mais prosseguir com o jornal. Não havia mais condições econômicas de prosseguir com o jornal. Era necessário mandar dois jornais para a censura aprovar o que havia de pior e cortar a metade do material. As matérias desses jornais censurados representam o ridículo da época em que estamos vivendo. A maioria das matérias são matérias inócuas, que não têm a menor relação com a subversão ou contestação do regime...

Coojornal — O próprio presidente da República já foi censurado. O jornal Opinião tentou publicar um discurso do general Geisel em que ele condenava os extremismos de direita e de esquerda e o texto do presidente não passou na censura federal.

Tristão de Athayde — Estimo muito isto. É bom que ele sofra na pele o que os outros sofrem direta ou indiretamente. Faço questão de falar aqui sobre o caso da Tribuna da Imprensa, esse pequeno jornal que não sei como ainda consegue sobreviver e que vem perdendo seus colaboradores como o Paulo Francis, que foi para a Folha de São Paulo por não poder viver de brisa. Além disso o jornal é obrigado a dar manchetes sem o menor interesse jornalístico para poder compor a primeira página. Finalizando: é preciso que a imprensa aproveite as brechas do autoritarismo e veicule informações que sirvam para manter esse fogo sagrado do debate. Nunca houve tão pouca liberdade de imprensa e tão grande responsabilidade de imprensa como no Brasil de hoje.

Coojornal — O senhor podia identificar algumas raízes do autoritarismo, dessa concentração de forças nas mãos do Executivo?

Tristão de Athayde — Estamos vivendo um período artificial de nossa história. O reforçamento do poder Executivo, fenômeno inconstitucional ou ditatorial, justifica-se por um período temporário. O próprio movimento de 1964, no princípio, quando era presidente o general Castello Branco, a idéia era de uma concentração temporária de poderes no Executivo. Foram lançados os IPMs e ele determinou que sua duração seria de seis meses. O país deveria voltar ao estado de direito. Ele também afirmou que de modo nenhum seria candidato à presidência, mas no fim de poucos meses ele se viu envolvido numa onda e a própria Revolução começou a se contradizer. Se se comparar os ideais da Revolução e a situação de hoje, veremos uma grande diferença. A Revolução foi feita em nome da liberdade e hoje temos uma Revolução em nome da autoridade. Naquela época falava-se na iminência de uma revolução sindicalista, socialista e até mesmo comunista. Isto eu nunca acreditei. Havia, isto sim, a anarquia. Mas e hoje? O que é que existe?

Coojornal — O senhor acredita nas intenções do governo de reabertura política?

Tristão de Athayde — Atualmente vivo isolado. Moro em Petrópolis e só venho ao Rio nas quintas-feiras, para a sessão da Academia Brasileira de Letras. Prego o diálogo, mas uso o monólogo. Não estou informado o suficiente sobre os fatos, mas estou profundamente cético quanto a pronunciamentos oficiais. Como o ceticismo leva ao cinismo, à medida que existem declarações oficiais desmentindo um fato, eu passo a acreditar no contrário, na existência real do fato. Acho que está se fazendo uma manobra para tranqüilizar a opinião pública. O governo só aceita Poder e Ordem. Ordem é uma grande virtude, mas quando ela emana da liberdade. A ordem imposta é a desordem estabelecida, como dizia o grande escritor francês Emanuel Mounier. Por esses motivos, sou levado a crer que existe uma nova lei de imprensa e que possam vir cassações.

Coojornal — Essa situação de imprevisibilidade ainda vai perdurar muito tempo?

Tristão de Athayde — Eu não verei a restauração ou fundação da democracia no Brasil. Com 83 anos não tenho essa ilusão.

Vocês que são moços é possível que vejam. Talvez durante todo o século vinte o país terá que viver sob essa chamada democracia à brasileira, que a meu ver é a antidemocracia institucionalizada.

Coojornal — Como o senhor se sente ao admitir que não verá no Brasil a realização das idéias que sempre pregou?

Tristão de Athayde — Estou habituado a viver em oposição. Os salmos dizem que a vida vai até os setenta, acho que a curto prazo essa situação não vai se alterar. Apesar disso, meu lema é "esperar contra a esperança", uma frase francesa que coloquei no meu livro *Memórias Improvisadas*. Como o Brasil é fora de lógica, paradoxal e mágico, é possível que de repente alguma coisa aconteça. São esses paradoxos que não nos dão o direito de nos desesperarmos. Esses paradoxos próprios dos latinos, ibéricos, que nos colonizaram. Vejam o exemplo da Espanha de hoje e da revolução dos cravos vermelhos em Portugal. Quem poderia prever o que veio a ocorrer em Portugal e o que está ocorrendo na Espanha?

Coojornal — Falando em economia, como o senhor se situa nesse terreno?

Tristão de Athayde — Eu sou liberal em política e autoritário em economia. Não sou pelo liberalismo econômico. Acho que o Estado não tem apenas o direito, mas o dever de intervir, dirigir, distribuir a economia. Acho que o mais perigoso é esse desnivelamento tremendo que existe entre ricos e pobres. Paulo VI denunciou essa concentração de riqueza nas mãos de poucos e de miséria nas mãos de muitos.

Coojornal — O senhor podia falar um pouco das reformas que foram realizadas..

Tristão de Athayde — Esse "pacote" de reformas aprovado. Aliás, "pacote" é uma classificação pejorativa para exprimir o verdadeiro "empacotamento" da opinião pública brasileira. Negou-se ao Judiciário a devolução de suas garantias, que deveriam ser o fundamento básico da verdadeira reforma do Judiciário. Foi feita uma alteração burocrática, circunstancial e pequena que não altera em nada o desmerecimento por que passa o poder Judiciário. Paralelamente, o MDB, o partido da Oposição, foi punido e reduzido. Em todo o mundo, os partidos da oposição, quando existem, foram criados para fazer oposição. O MDB, quando teve a pretensão de colocar a cabeça acima do mar, levou uma remada, para saber que ela só pode nadar embaixo d'água.

Coojornal — Na sua opinião, o Brasil não vive uma democracia plena. Não estamos ainda atravessando uma fase de transição?

Tristão de Athayde — O advogado Sobral Pinto, em entrevista ao Pasquim, disse não conhecer "democracia à brasileira", só conhece "Peru à brasileira". Democracia à brasileira é uma tautologia. É uma forma de negar a existência do conceito.

Coojornal — O senhor, como um eminente pensador católico, tem posição firmada contra o divórcio?

Tristão de Athayde — Sou antidivorcista não apenas porque a Igreja é antidivorcista. Como uma parcela do MDB, acho essa discussão secundária, dentro das contradições que o país vive e que deveriam receber todas as atenções dos congressistas. Toda a teoria e tradição católica é contra o divórcio. As sagradas escrituras falam na indissolubilidade do casamento. Filosoficamente e religiosamente sou contra o divórcio. Sou antidivorcista, mas sociologicamente sou obrigado a admitir que o divórcio é um problema secundário, em face ao problema muito mais grave que é a miséria e o imoralismo. Nas camadas pobres, as famílias não têm possibilidade de manter seus filhos fora do contato com os pivetes, os trombadinhas, e a família se dissolve em face às injustiças sociais. Nas classes altas existe o imoralismo, que aprova ideologicamente a degradação. Essas camadas já estão degradadas pelo excesso de riqueza, enquanto que as pobres estão degradadas pelo excesso de miséria, de fome. A luta da Igreja, hoje, é muito menos contra o divórcio do que a favor da família, a favor da pessoa humana. Vejam as declarações corajosas do bispo de Marabá, a favor dos posseiros e contra os grileiros e as grandes companhias opressoras. Para combater a dissolução da família, temos que combater as injustiças sociais. Acho que o divórcio, sociologicamente, é uma causa, não um efeito. A dissolução da família é ocasionada por causas muito mais complexas, como toda essa propaganda em favor da precocidade sexual que entra em nossa casa pelo cinema ou televisão. Pelo desespero que dá viver sem ter o que comer e ainda ter que **alimentar seus filhos.**

1º LUGAR

A REVISTA GAÚCHA Ppremiada COMO "A MAIS RELEVANTE CONTRIBUIÇÃO À AGRICULTURA BRASILEIRA EM 1976"

FECOTRIGO **Agricultura & Cooperativismo**

Entre 42 trabalhos de jornais e revistas de todo o país, A&C foi premiada no mais importante concurso do jornalismo agrícola brasileiro, em São Paulo, com a reportagem *A Luta Contra os Venenos.*
A&C: a defesa e a integração de 165 mil agricultores gaúchos. A defesa da produção protegendo a ecologia.

Publicação mensal da Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja Ltda.
Editada pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
Depto. Comercial — Rua Comendador Coruja, 372 fone: 24-0951 e 21-8984
Assinatura por 1 ano
Brasil: Cr$ 50,00
Exterior: US$ 20,00
Envie o cupom e o pagamento para FECOTRIGO — Rua dos Andradas, 1234 Conj. 807 — Caixa Postal 2679
90.000 — Porto Alegre, RS

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Vale postal nº: _____ ordem de pgto nº _____

Banco: _____

Cadernos de cooperativismo

No começo de agosto circula o terceiro Caderno Especial de Cooperativismo editado pela Cooperativa dos Jornalistas.
Desta vez, o assunto principal são as teses selecionadas para debate no VIII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, marcado para setembro em Fortaleza, Ceará.
Este Caderno será editado em oito páginas, tamanho tablóide, impressão off-set, e vai circular na edição de agosto do **Coojornal.**
As cooperativas interessadas em distribuir o Caderno entre seus associados e dirigentes ou encartá-lo em seus jornais devem fazer as reservas até o dia 25 de julho mediante pedido por escrito à Cooperativa dos Jornalistas — Rua Comendador Coruja, 372.
As teses que o Caderno vai publicar representam os aspectos mais importantes em debate no cooperativismo brasileiro hoje.

coojornal

Flores, o caudilho

Flores da Cunha não morreu como desejava: "Como um puro-sangue, na pista, ou no ato supremo do amor". Uma lesão cardíaca matou-o no dia 4 de novembro de 1959 — já aposentado da política — e exatamente no dia em que completaria seus 80 anos de idade.

Sua vida, no entanto, foi tal como ele queria: marcada pela bravura, pelo amor à política, às mulheres, aos cavalos e à aventura.

Como político foi deputado estadual, pelo Rio Grande do Sul, deputado federal (elegeu-se pelo Ceará, com apoio do Padre Cícero, mas nunca foi lá), senador e presidente do estado (nomeado interventor gaúcho em 30).

Como guerreiro, participou de todos os movimentos armados que agitaram o Rio Grande do Sul nas décadas de 20 e 30. "Era um bacharel em direito improvisado em guerreiro", conta o seu sobrinho Guilherme Flores da Cunha, advogado em Porto Alegre. Iniciou-se como coronel de um corpo de provisórios e mostrou grande coragem num violento combate com as tropas de outro caudilho lendário entre os gaúchos — Honório Lemes, o Leão do Caverá.

Nesse combate, sobre a ponte do Rio Ibirapuitã, em Alegrete, tombou seu irmão, também Guilherme,e ele próprio saiu ferido, assim como Osvaldo Aranha que lutava a seu lado.

Honório Lemes, um dos caudilhos que aderiram à Revolução de 1923 para derrubar Borges de Medeiros que se perpetuava no governo do estado, foi contra quem Flores mais combateu, foi o seu inimigo mais astucioso e valente. Ao derrotá-lo no Passo da Conceição, em 1925, Flores demonstrou respeito a esse inimigo:

—Devo chamar-lhe de doutor ou general? — perguntou Lemes.

— Sou bacharel em Direito — respondeu Flores. — Pode me chamar apenas de doutor.

—É melhor, porque general até um índio rude como eu pode ser.

Em torno da sua personalidade fronteiriça, de gestos galantes e atitudes espetaculosas, criaram-se lendas incontáveis. Ele orgulhava-se das suas conquistas, mas fazia questão de salientar que "jamais desgracei uma moça solteira ou desmanchei um lar".

Consta que quando governador (interventor) do RS costumava desconcertar autoridades ao recebê-las só de cuecas, nas tardes quentes de verão. Na época, o prefeito de Porto Alegre, engenheiro Alberto Bins, deu como prova de que não tinha intimidade com Flores o fato de nunca ter sido recebido por ele em cuecas.

Ao que Flores, quando soube, respondeu:

—Pode deixar, que da próxima vez vou atender esse alemão nu.

É também anedótico o seu gosto pelas cartas e pelos cavalos de carreira, assim como sua aversão por perus **(os que ficam por trás dos carteadores espiando). Conta-se que uma vez, ao puxar uma carta que precisava, um desses assistentes deixou escapar um** oh'. **Flores ergueu-se e enfiou a carta na boca do homem. Outra vez, no Uruguai, teria aberto um guarda-chuva para ver-se livre dos que cercavam a mesa de jogo.**

Borges de Medeiros disse dele: "Flores não é uma conduta, é um temperamento".

Em 35, clandestinamente importou tanques e canhões antiaéreos da Tcheco-Eslováquia, armas que nem o Exército possuía. Armava o estado para lutar contra Getúlio e por isso foi obrigado a renunciar e se exilar no Uruguai, em 37. Cinco anos depois, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, voltou e se apresentou ao governo. Ficou preso por um ano e foi indultado. Em 46 foi eleito deputado federal e reeleito até 54. Do parlamento mereceu uma homenagem até hoje inédita: uma placa de bronze com seu nome gravado na cadeira que ocupava, que ele passou a chamar de "Cadeira Cativa".

Seu último gesto guerreiro foi a participação no impedimento dos presidentes Carlos Luz e Café Filho, em 55, quando apoiou o golpe do Marechal Lott. Três anos depois encerrou sua carreira política ao concorrer pelo PTB e obtendo apenas uma quarta suplência. Pouco antes de morrer declarou ao deputado Ulysses Guimarães, atual presidente do MDB, que chegara ao fim da vida sem bens para inventariar. Empobrecido por causa "de éguas e mulheres ligeiras".

A seguir trechos do último depoimento do caudilho, dado ao jornalista Nilo Ruschel, seis meses antes de morrer. É uma gravação de 70 minutos feita para a Rádio da Universidade do RS.

Arquivo CJCJ

Flores da Cunha, pouco antes de sua morte em 1959

Do meu ponto de vista regional, o ídolo de minha geração foi o doutor Júlio de Castilhos. Que da minha geração e até da atual foi o maior na República, porque encontrou o Rio Grande do Sul como um caos e reestruturou o Rio Grande, que é o que até hoje dura aí. Júlio de Castilhos, do ponto de vista doutrinário, do ponto de vista de estadista, pra mim ele foi o maior. Ele montou toda a estrutura que esta aí. Eu o conheci, mas nunca fui íntimo dele. Eu era muito menino. Quando ele terminou o governo dele no Rio Grande do Sul, eu estava na Escola de Engenharia, na primeira turma.

"(...) Agora, do ponto de vista prático, do ponto de vista, patriótico, do ponto de vista da visão política, o outro maior foi o senador José Gomes Pinheiro Machado, do Rio Grande do Sul, grande brasileiro. Este eu vivi muitos anos junto dele, depois de meu pai, foi meu maior amigo. Ele dominou a política brasileira por largo tempo e nunca ouvi este homem dar um conselho imoral ou impatriótico a um político. Grande amor à República e ao Rio Grande que era o pequeno canto de terra que lhe sorria mais. Foi morto por um outro, um miserável, um celerado com uma punhalada pelas costas.

"Pinheiro Machado era de uma grande inteligência e de uma cultura relativa. Tinha sido um bom aluno de Direito, mas é preciso não esquecer que ele, menino de quinze anos, desertou do lar para ir servir no Paraguai. De maneira que ele não teve tempo de aprimorar os seus estudos. Ele era uma inteligência latinista, mas não era uma cultura universalizada, compreende?(...)

"(...) A ação de Gomercindo Saraiva na revolução de 93 eu conheço porque, mesmo sendo menino colegial na época, acompanhava tudo. Ele era morador de Santa Vitória do Palmar, onde foi delegado de polícia do Império e tinha uma fazenda. Ele nasceu em Arroio Grande e o pai dele depois transportou-se com a família para o departamento de Cerro Largo e fundou a estância num lugar chamado *Cordovês*. A família era muito grande, muitos filhos, e o Gomercindo ficou, casou aí por Jaguarão ou Santa Vitória. Como ele tinha sido autoridade nos últimos anos do Império ele era 'gasparista' (1), contaram com ele no começo da revolução de 93, e ele foi o primeiro quartel levantado. Depois é que mudou de lado, se incorporou aos federalistas de Bagé, do Joca Tavares. Mas como ele tinha feito muitos inimigos como autoridade do império, naturalmente ele teve que emigrar. Já tinha família no Uruguai, pai e irmão, quando voltou chefiando a invasão de 92 para 93, percorreu toda a fronteira do Rio Grande e depois atravessou o Ibicuí pela serra, no Passo Mariano Pinto, e seguiu naquela excursão que foi até os limites do Paraná com São Paulo, em Itararé. Em 30, quando chegávamos a Itararé ainda vimos algumas fortificações das forças do Floriano Peixoto, que esperavam por ele, depois da Lapa. Com tamanha resistência, ele teve de voltar. No regresso com suas forças foi morto aqui no oeste do nosso estado. Foi morto por uma bala perdida que o pegou no ventre. O juízo que eu posso fazer pessoalmente dele é que ele era um gaúcho destemido, não sei de crimes cometidos por ele.

"Sobre o Honório Lemes eu posso falar mais. Porque esse, em 23, eu persegui-o e combati-o durante dez para onze meses, na revolução que *eles* levantaram contra a reeleição do doutor Borges de Medeiros. Tive mais de vinte encontros sangrentos com ele, inclusive o último, quinze ou vinte dias antes de vir o armistício, no passo do Ibicuí da Armada, que foi para mim o mais sangrento de todos, tchê! O do Galpão do Ibirapuitã e depois aquele. Ele era um homem de letras gordas,quase um analfabeto, tenho até cartas dele, de 30, uns garranchos. Agora, era um gaúcho astuto e grande vaqueano, conhecedor de atalhos e lugares, ele já era guerrilheiro de 93. Não era um homem sanguinário, não sei de crimes cometidos por ele. Valoroso, mas quase analfabeto. Pegou aquele renome de **Leão do Caverá**, porque, de fato, a Serra do Caverá tem meandros que muita gente não pode decifrar e conhecer, eu fiquei conhecendo à força. E fez aquele renome de guerrilheiro, fugia muito bem, porque não podia mesmo enfrentar a minha tropa, que tinha outra potência de fogo, que não a dele. Quase toda a tropa de cavalaria dele se locomovia com muita facilidade. De maneira que nunca pude prendê-lo em 23, vim prendê-lo na invasão que ele fez em 25, no quarto dia de marcha.

"Não houve combate, ele se entregou. Eu ganhei a dianteira dele. Nós perseguimos eles uma, duas léguas. Ele encontrou o riozinho, o Ibicuizinho da Conceição, fazenda do meu sogro, o velho Antônio Guerra, em Santa Rita (Livramento). Encontrou cheio e varou o Banhado das Marrecas de Santa Rita para um outro campo, lá dos Escostegui. E eu vim pela estrada velha e ataquei pela frente, ele pensou que era outra gente e levantou bandeira branca. Se entregava. Isso era um momento trágico. (...)

"A prisão dele foi um momento brutal. Eles estavam esperando faca e eu abraceio, arrancou do revólver e me entregou e eu disse: 'Guarde o seu revólver'. Ele tinha cento e tantos homens, havia invadido Santana pelo Marco do Lopes, tinha depredado a Estação da Porteirinha e se internou no Caverá. Eu tinha recebido ordens do Borges e do general Eurico de Andrade Neves para sair com a força de Uruguaiana e incorporar o Osvaldo (Aranha) no Alegrete para perseguir ele. Tinham saído outras forças para se reunir a ele, mas não conseguiram juntar.

"Muitos anos depois nos reencontramos. Ele foi a Uruguaiana porque iam homenagear ele. Eu estava no Clube do Comércio, por acaso, quando aqueles moços, os Milanos de Alegrete, entraram com ele no clube o trouxeram-no e ele veio me abraçar".

Foi preciso esporear o Getúlio para que ele não recuasse na Revolução de 30

"Bem, sobre o início da Revolução de 30 eu lhe falo com prazer e facilidade. O grande articulador da Revolução de 30 foi o doutor Osvaldo Aranha, que era secretário do Interior e que no meio da articulação deixou a secretaria, justamente para, de certo modo, encobrir a sua manobra. O que também, de certo modo, me revoltou, por isso eu protestei contra a saída dele do governo do Getúlio. Nessa época eu morava em Uruguaiana, onde tinha sido prefeito. Mas depois percebi que era para encobrir o trabalho dele de articulação, tanto no Rio Grande como fora do Rio Grande.

Arquivo CJCJ

Sentados, Flores e Honório Lemes (à esquerda) em Uruguaiana

"O Osvaldo é que se entendeu com esta gente do norte, se entendeu com aquela tenentada que estava na desertura. Aqui conferenciaram com ele o Luis Carlos Prestes e aquele João Alberto que morreu afogado em Montevidéu, o Siqueira Campos, até o desastre aéreo que o matou, e o Miguel Costa. O Osvaldo procurou atrair para o movimento o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que comandava um regimento de cavalaria em São Luís das Missões. Por intermédio do doutor Antônio Saint-Pastous ele foi atraído e aceitou. Daí o fato de no dia três de outubro ele estar aqui no Palácio, com o Getúlio, já assumindo o caráter de chefe do Estado Maior do movimento. Mas até então a intervenção dos Góis Monteiro tinha sido mínima, daí em diante, sim.

No movimento de 30, o doutor Getúlio foi parte mínima, porque até o último momento nós desconfiávamos que ele queria recuar, mas todos o tínhamos como que acicatado, eu não quero dizer esporeado porque fica muito forte. De maneira que ele teve de marchar conosco e foi levado nas águas da vitória. Naturalmente ele teve seu papel aqui como presidente do estado, principalmente por ter trazido enganado o general Egídio, que comandava a região aqui, até espocarem os primeiros tiros lá no Quartel General.

"O ataque ao quartel foi feito pelo Osvaldo e por mim, tanto que eles exigiram de mim que eu me fardasse, eu já era general honorário, para prender o Egídio. Quando eu entrei no Quartel General, me saiu do apartamento da família no primeiro andar, a filha dele. Veio direto a mim e disse: 'General, não deixa entrar no quarto do meu pai, ele vai se matar', e eu disse: 'Vai lá, ninguém entra, tire o revólver dele'. Era varonil essa moça, sabe. Dizem até que ela meteu um revólver na barriga de um tal de Lamaison, um grandote que tomou parte lá no ataque, um de Passo Fundo. Mas essa moça procedeu com muita varonilidade. E eu fiquei a noite toda ali na calçada da Brigada Militar, cuidando ele lá.

"(...) Quando eu me aproximei dele lá no Quartel General, eu lhe disse: 'General, esteja tranqüilo que está perfeitamente garantido', tinha uma porção de oficiais reformados por ele esperando para desfeitá-lo na porta de frente, e ele ainda fez uma cara assim, de ódio. Quando ele embarcou eu disse um palavrão, lá no porto.

"Foi duro, foi uma coisa brutal. Olhe eu estou para morrer, estou velho e doente, mas vocês são moços. Aquilo que foi um ato que não se reproduz muitas vezes no mundo. Trinta guardas civis com um comandando por fora, que saíram ali dos fundos da Brigada Militar, onde era a guarda civil, onde nós estávamos, eu, meus filhos, Osvaldo, e eles saíram como que para serem distribuídos para policiamento, e saíram assim... plan, plan, plan... e quando frontearam aquele ângulo monstro do quartel da região, o Costa, um gordo que depois um guarda civil companheiro dele matou por causa da mulher, já no meu governo, pois o Costa gritou: 'A carga' e o Otacilio Quinela foi atirado para dentro, ele estava na porta do quartel; eu nem vi que fim deram nele. E aqueles homens que estavam à mão limpa, gritando, subiram as escadas. Que gesto! Mataram três ali. E deram um tiro na cara deste Costa, o gordo bojudo que saía sangue. Encontramos os oficiais da região atrás dos birôs e um com dois revólveres. Eu é que fiz baixar e tirei a arma daquele menino Cunha que era casado com a ... não me lembro... Levamos todo mundo para o quartel da Brigada, inclusive o Costa com a cara jorrando sangue, depois um guarda civil matou ele no meu governo, no volante de um automóvel. Estava com a mulher do outro e o outro veio e matou.

"A oficialidade da Brigada Militar era contra o movimento. Estavam na calçada vendo matar os guardas civis e de braços cruzados. Outra parte da Brigada na rua Santana, que perdeu muitas praças, portou-se esplendidamente, atacando o 7º no Beco do Oitavo. No ataque ao QG o Ferraz, que era então o aviador da Brigada, deu umas descargas para a janela do outro QG, lá. Um guarda civil caiu morto. Quando eu cheguei na porta do QG, para não pisar nos miolos dele, eu passei por cima, saltei, quer dizer, o tipo levou as duas circunvoluções e os miolos estavam a um ou dois metros do corpo. Mas aquele guarda civil era irmão da negra que criou os meus filhos e eu não sabia. Bem, quando eu cheguei no ângulo morto do QG gritei lá para os oficiais da Brigada: 'Tragam a padiola para levantar o homem', e de lá me respondeu aquele coronel Felício de Almeida, que depois foi meu prefeito de Viamão: 'Nós não temos padiola aqui!'

"Quando eu entrei no pátio, já se quadrou para mim e fez continência o ajudante de ordem de Egídio, um rapaz bravo mesmo. Depois foi embora e morreu em São Paulo. O nome dele era Sebastião Dalísio Menna Barreto. Era primeiro-tenente. Ele deu o nome e disse: 'Parei de atirar porque não tenho mais munição'. E eu digo: 'Baixe a mão, tenente'. Ele se portou como um touro. Então, aí eu entrei no pátio, rente ao chão. O Osvaldo já estava e esse que depois foi chefe da Casa Militar do Getúlio, Firmo Frei do Nascimento, estava lá.

"O Firmo estava junto à Igreja das Dores, mas ainda no QG. Ele deu um tiro de "Mauser" no Osvaldo (não acertou). Quando eu entrei o Osvaldo disse : 'Olha ele lá!' Me atirei ao buraco na parede velha. Então os guardas civis entraram conosco querendo atirar. 'Não atirem! Não atirem!' Eu disse para ele: 'Desça daí', ele desceu e nós o aprisionamos. Às sete da noite continuava o 7º resistindo, comandado pelo meu cunhado, coronel Acauã, marido da irmã de minha mulher. Atravessei a rua do QG do Exército para o QG da Brigada. Mas como aquele tiroteio do 7º baixava pela rua e vinha, era forte o tiroteio. O Firmo, baiano velho, disse para mim: 'Eu estou preso, mas os senhores não levarão a melhor'. Eu digo: 'Pois agora o senhor vai descansar lá em cima', e o mandei subir para o andar de cima. Mais tarde em mim me caiu o reboco da parede no chapéu e depois o menino Chico (Francisco) Brochado da Rocha levou um tiro no pé. No fim do dia a situação estava dominada".

Histórias de grandes júris e do suspeito que confessou o crime na hora da morte e não morreu

"Eu tinha meus preparatórios tirados no curso anexo à Faculdade de Direito, em São Paulo, mas quando abriu a Faculdade de Engenharia aqui (Porto Alegre, 1897) eu ia muito lá e passei um ano quase que só estudando mineralogia com aquele sábio jesuíta... o Schupp (Ambrósio Schupp), que escreveu sobre os Muckers. Aí eu tirei, sem o pai saber, Física, Química e História Natural, aqui na instrução pública, pois naquele tempo se tirava os preparatórios esparsamente. Um dia quando eu ia para a fronteira disse para meu pai: 'Posso tirar Direito, Medicina, o que o senhor quiser'. E ele me respondeu: 'Bom, se queres estudar Direito então volta para São Paulo'. Então voltei para São Paulo. Por isso me formei em Direito(...)"

"(...) Um mês depois de formado fui nomeado delegado de Polícia do Rio de Janeiro. A minha nomeação não a devi aos políticos e às recomendações dos rio-grandenses. Quando fazia o meu curso até o quarto ano em São Paulo, a minha república de estudantes era com os goianos, na rua da Vitória. O senador Leopoldo de Bulhões, grande alento, grande financista e grande patriota, quando ia passar as férias parlamentares em São Paulo parava na nossa república, onde estudavam dois sobrinhos seus, órfãos e brilhantes talentos. Eu dava minha cama para o senador de Goiás e dormia no chão, num colchão. Ele era grande fumador de cigarro crioulo de fumo goiano, perfumado e delicioso. E ficávamos conversando até altas horas da noite. E ele notou alguma qualidade em mim, tanto que depois de eu me formar e tendo sido ele nomeado Ministro da Fazenda do governo Rodrigues Alves, que se iniciara dois meses antes, me disse: 'Não vá para o Rio Grande, fique aqui que eu vou aproveitá-lo no lugar do delegado de polícia e vou recomendá-lo'. Devo a minha primeira nomeação a ele, a Leopoldo de Bulhões. Muita gente acreditava que eu a devesse a homens do Rio Grande, entre estes tinha grandes amigos, principalmente entre os castilhistas extremados. Lá fiquei exercendo o cargo durante quase um ano. Depois tive um incidente na rua do Ouvidor com um jornalista, um incidente violento...

(Neste ponto do depoimento, por mais que Nilo Ruschel insistisse, Flores não quis explicar o incidente, dizendo: 'Não me lembro mais do homem'.)

"(...) O meu chefe, doutor Antônio Augusto Cardoso, que depois foi ministro do Supremo Tribunal Federal, tinha uma grande predileção por mim, porque me acolhia até no seu lar, eu era um menino. Ele ficou grandemente sentido com o incidente ocorrido entre mim e o jornalista, mas eu pedi a minha demissão de modo irrevogável, por isso mesmo eu precisava depois de formado vir ao Rio Grande visitar minha família e até reatar os meus amores, porque aqui eu deixara uma moça de quem me fizera noivo, e que é a minha atual esposa. Isto foi em 1903, mas eu casei em 1905, no começo do ano, porque tendo vindo para cá por meados de 1904 fui advogar na fronteira e só depois é que constituí o meu lar.

Montei minha banca em Livramento, em minha terra e de minha esposa também. Depois disso advoguei durante vários anos ali, em lombo de burro, pois que não havia ainda estradas de ferro e eu advogava nas comarcas vizinhas: Quaraí, Alegrete, Uruguaiana, Rosário e Santana. Tomei parte também num júri famoso, em Bagé, quando fui acusar os três irmãos Madureira, os barbeiros, que mataram numa noite o moço Marcilio Orlando da Silva. Este moço (Marcilio) era um partidário do doutor Fernando Abott e os chefes republicanos de Bagé, naquele tempo Nabuco de Gouvêia e José Otávio, pediram para mim ir lá fazer acusação dos assassinos.

"(...) Foi um júri sensacional em que eu não obtive ganho de causa , pois que havia uma grande preparação sentimental e política, ao mesmo tempo, para libertar os acusados. Eram protegidos dos chefes do federalismo ali, doutores Penha, Médici e Augusto Vinhas. Mas o júri me deu algum renome na tribuna criminal e eu depois dali fui chamado para tomar parte em outros processos de relativa importância.

"(...) Bem, aí na fronteira eu tive outros júris sensacionais, mas sobretudo quero referir um que naquela ocasião foi a defesa mais bem paga dos anais forenses do Rio Grande. Foi muito. Logo depois da revolução de 93, numas corridas de cancha reta em Rosário, um antigo chefe federalista da cidade, coronel Patrício não sei de quê, agora não me lembro, matou um indivíduo numa altercação na cancha de corridas. Homem rico, passou para o Uruguai depois, onde viveu dezesseis anos homiziado. O processo ficou, foi decretada a prisão preventiva dele e foi lançada hipoteca legal contra seus bens. Logo que eu comecei a advogar em Livramento, ele que vivia no departamento de Rivera (Uruguai), limite com Livramento, ele me mandou chamar e me perguntou se eu me animava a ir defendê-lo em Rosário. Eu pedi um prazo para conhecer o processo, conheci o processo e resolvi aceitar a defesa dele. Rosário naquele tempo era termo da comarca de São Gabriel, portanto não tinha juiz de comarca (hoje juiz de direito). Veio de São Gabriel para presidir o júri em Rosário o doutor Penágio de Almeida, filho do Barão de Nonoai. O que tem de original no processo foi o seguinte: Rosário naquele tempo era um vilarejo, e tinha um hotel só. Como tinha muita gente na cidade, a gente tinha de dormir na praça, debaixo das árvores. Levei o homem de Rivera e apresentei-o à justiça, mas levei comigo, à minha custa, alguns homens armados. Acontece o seguinte: na mesma ocasião chega a Rosário o doutor Carlos Maximiliano, grande jurista com sede em Santa Maria, para defender outro réu. Aí é que está o caso interessante: ele era 'maragato' e eu 'castilhista de nascença'. Pois bem, lá no hotelzinho ele recebeu uma manifestação dos federalistas, com charanga e tal, e depois os republicanos fizeram uma a mim, no mesmo local. Dois ou três anos o doutor Maximiliano era eleito deputado federal, mas pelo meu partido, ele tinha se bandeado. O coronel Patrício foi absolvido, fiz um pouco de demagogia na tribuna, um pouco de política e depois levei ele para o Uruguai . Com isto levantei a hipoteca sobre os seus bens e eu ganhei 180 contos, que, naquele tempo, era uma fortuna.

"O mais curioso é que ao mesmo tempo eu defendi três ou quatro réus de graça no mesmo júri. Um destes era um indivíduo morador na Fazenda Nacional de Saicã, que se chamava Claro Nunes. Bem, no ano de 25, mais de vinte anos depois, na véspera de eu prender o Honório Lemes, eu estava acampado entre Rosário e Alegrete, no divisor de águas. Quando veio notícia da vanguarda do capitão Antoninho Pacheco (que o Honório Lemes matou naquela tarde ali na costa do Vacacuá) de que o inimigo estava na estação do Guará, aquela primeira estação depois que o trem sai de Rosário para Livramento, mandei encilhar de novo... encilha, encilha, encilha... O Osvaldo Aranha estava ali comigo, era intendente em Alegrete. Mas aí, nesse momento, quando eu estava me vestindo, eu vejo um homem no costado do aramado da estância dos Vasconcelos. Ele se chegou ao acampamento, e quem havia de ser o homem? Era aquele Claro Nunes, então eu lhe disse: 'Pois hoje você vai pagar o que me deve, você vai me servir de vaqueano (guia) agora para eu varar ali nas nascentes do Vacacuá, pros lados do município de Santana'. E ele disse: 'Dá licença, vou pegar um cavalo', e me serviu de vaqueano nesta noite. No dia seguinte prendi o Honório, já no município de Livramento.

Minhas histórias com o Claro Nunes não terminam aí. Anos depois ele e outros vizinhos mataram um bandidaço, um tal de Chico Boi, num daqueles banhados de Rosário. Houve grande pesquisa policial, mas nunca chegaram a conclusão nenhuma. Tempos depois o Claro Nunes cai doente ' in extremis' na Casa de Caridade de Rosário. Na hora de morrer ele confessa a autoria do crime com os outros. Confessa mas não morre. E aí acaba indo a júri..."

DO OUTRO LADO DO RIO, ENTRE AS ÁRVORES

São 55 hortos florestais.
Mais de 45 milhões de árvores novas.
Uma média de seis pés de acácia e eucalipto por habitante do Estado.
Para cada árvore cortada, outras quatro foram plantadas.
Tudo isto faz da RIOCELL uma das maiores reflorestadoras brasileiras.
Dependemos das árvores para desenvolver o nosso trabalho e ajudar o Brasil a crescer.
Do outro lado do rio, trabalhando pelo desenvolvimento industrial, pensamos também na conservação do meio ambiente.

RIOCELL
RIO GRANDE – CIA. DE CELULOSE DO SUL

Promonte